



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA**

BOA VISTA - RR
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA



REITOR DA UFRR

Prof. Dr. José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Prof. Dr. Silvestre Lopes da Nóbrega

PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antônio Carlos Sansevero Martins

DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

Profª. Dra. Nilza Pereira de Araújo

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes

COORDENADORA PEDAGÓGICA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA- CNM

Profª. Dra. Denise Andrade do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DO PPC

Ato do Coordenador Portaria nº 08/2019

Profa. Dra. Arlene Oliveira Souza
Profa. Dra. Alessandra Rufino Santos
Prof. Dr. Carlos Alberto de Souza Junior
Profa. Dra. Denise Andrade do Nascimento
Profa. Dra. Gladys Maria Bezerra de Souza
Profa. Dra. Jeneffer Araújo de Assunção
Profa. Dra. Karla Colares Vasconcelos
Profa. Me. Melanie Kaline Truquete
Prof. Dr. Paulo Sérgio Maroti
Profa. Dra. Rosidelma Pereira Fraga
Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes
Profa. Dra. Sheila de Fátima Mangoli Rocha

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: MATRIZ CURRICULAR DO CURSO.....	39
QUADRO 02: COMPONENTES CURRICULARES COM CARGA HORÁRIA DEDICADA AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	42
QUADRO 03: FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO.....	46
QUADRO 04: NÚCLEOS DE CONHECIMENTO, CONFORME AS DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO.....	47
QUADRO 05: NÚCLEO DE CONHECIMENTO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS.....	48
QUADRO 06: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS DOS COMPONENTES CURRICULARES CONSTANTES NA ESTRUTURA CURRICULAR, ASSOCIADOS AOS NÚCLEOS DE CONHECIMENTO DESCRITOS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA.....	49
QUADRO 07: ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO LEDUCARR DA UFRR. BOA VISTA, 2020	50
QUADRO 08: REQUISITOS LEGAIS NORMATIVOS	59
QUADRO 09: DIRETOR DO CENTRO	66
QUADRO 10: COORDENADOR DO LEDUCARR	67
QUADRO 11: NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	68
QUADRO 12: CORPO DOCENTE DO CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO-CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA.....	68
QUADRO 13: CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	70
QUADRO 14: EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DO NOVO PPC E DO PPC ANTIGO/EM EXTINÇÃO (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES.....	81
QUADRO 15: EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DO NOVO PPC E DO PPC ANTIGO/EM EXTINÇÃO (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – PEDAGOGICAMENTE EQUIVALENTES (FORMALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO).....	81
QUADRO 16: EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DO NOVO PPC E DO PPC ANTIGO/EM EXTINÇÃO (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES (MUDANÇA DE DESIGNAÇÃO).....	82
QUADRO 17: EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DO NOVO PPC E DO PPC ANTIGO/EM EXTINÇÃO (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – PEDAGOGICAMENTE EQUIVALENTES (FORMALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO E COM MUDANÇA DE DESIGNAÇÃO).	82
QUADRO 18: EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DO NOVO PPC E DO PPC ANTIGO/EM EXTINÇÃO (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES (MUDANÇA DE DESIGNAÇÃO E CARGA HORÁRIA).....	83
QUADRO 19: PLANEJAMENTO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR.	83



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	IV
1. APRESENTAÇÃO	8
1.1 JUSTIFICATIVA.....	11
1.2 BASES LEGAIS	14
2. OBJETIVOS DO CURSO	21
2.1 OBJETIVO GERAL	21
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	22
3.1 POLÍTICA DE ENSINO.....	22
3.2 POLÍTICA DE EXTENSÃO	23
3.3 POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA	25
3.4 POLÍTICA DE PESQUISA	26
3.5 POLÍTICAS DE GESTÃO	26
3.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL	27
3.7 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE	28
3.8 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	29
3.9 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA	30
3.10 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	31
3.11 POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	32
4. PERFIL DO EGRESSO	33
4.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO	34
5. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	35
6. PERFIL DO INGRESSO	37
7. FORMAS DE INGRESSO	38
8. ORGANIZAÇÃO DO CURSO	39
8.1 MATRIZ CURRICULAR.....	39
8.2 ESTRUTURA CURRICULAR.....	39
8.3 ATIVIDADES DE EXTENSÃO	40
9. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	50
10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	52
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	53
12. METODOLOGIA DE ENSINO	54
13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC	55
14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO DISCENTE	57
15. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS DO MEC	59
16. GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	61
16.1 CONSELHO DE CENTRO	61
16.2 CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	63
16.3 DA DIREÇÃO GERAL DO CEDUC	64
16.4 COORDENAÇÃO GERAL DA GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	66



16.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	67
16.6 RECURSOS HUMANOS	68
17 APOIO AOS DISCENTES	71
17.1 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG	71
17.2 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E EXTENSÃO – PRAE.....	72
17.3 PROGRAMA COORDENADO PELA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGESP	74
17.4 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG	74
17.5 ACESSIBILIDADE ACADÊMICA AOS PORTADORES DO ESPECTRO AUTISTA E OUTRAS DEFICIÊNCIAS	75
17.6 ATENDIMENTO PROFESSOR-ALUNO	75
17.7 SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO (SAP).....	76
18 INFRAESTRUTURA MATERIAL E TECNOLÓGICA.....	77
19 TRANSIÇÃO E MIGRAÇÃO CURRICULAR	79
19.1 TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DIFERENTES	80
19.2 PLANEJAMENTO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR	83
BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS	85
APÊNDICE A: EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	88
EMENTAS OBRIGATÓRIAS.....	89
LEDC 111 - EDUCAÇÃO DO CAMPO	89
LEDC 112 - LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	91
LEDC 113 - AGROECOLOGIA.....	92
LEDC 211 - INTRODUÇÃO A FÍSICA NA AGRICULTURA.....	94
LEDC 114 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM.....	96
LEDC 212 - MATEMÁTICA I.....	98
LEDC 115 - FUNDAMENTOS DA TECNOLOGIA	100
LEDC 213 - QUÍMICA E SOCIEDADE	102
LEDC 116 - DIDÁTICA GERAL.....	105
LEDC 117 - INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	107
LEDC 221 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO	109
LEDC 118 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA DIFERENÇA	111
LEDC 222 - MATEMÁTICA II.....	113
LEDC 223 - QUÍMICA I.....	116
LEDC 224 - BIOLOGIA I.....	118
LEDC 225 - FÍSICA I	121
LEDC 120 - ANTROPOLOGIA E IDENTIDADE.....	124
LEDC 231 - MATEMÁTICA III	126
LEDC 121 - LIBRAS E EDUCAÇÃO.....	129
LEDC 232 - FÍSICA II	132
LEDC 233 - QUÍMICA II	134
LEDC 234 - BIOLOGIA II	136
LEDC 241 - GRAMÁTICA, TEXTO E REDAÇÃO CIENTÍFICA.....	138
LEDC 122 - HISTÓRIA AGRÁRIA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	140
LEDC 242 - QUÍMICA III.....	142



LEDC 243 - FÍSICA III.....	144
LEDC 245 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA	147
LEDC 246 - BIOLOGIA III.....	150
LEDC 123 - EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA	151
LEDC 251 - FÍSICA IV.....	153
LEDC 252 - ESTÁGIO EM MATEMÁTICA.....	156
LEDC 253 - QUÍMICA IV.....	158
LEDC 254 - BIOLOGIA IV	160
LEDC 255 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA.....	162
LEDC 261 - ESTÁGIO EM BIOLOGIA	164
LEDC 124 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	166
LEDC 262 - MATEMÁTICA IV	168
LEDC 263 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E FÍSICA	170
LEDC 125 - TCC I	172
LEDC 271 - ESTÁGIO EM FÍSICA.....	173
LEDC 126 - NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: IDENTIDADE E CULTURA.....	174
LEDC 272 - MATEMÁTICA V	176
LEDC 273 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIA E QUÍMICA.....	179
LEDC 127 - TCC II.....	181
LEDC 281 - ESTÁGIO EM QUÍMICA	182
LEDC 411 - FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADE.....	184
LEDC 412 - LITERATURA EM RORAIMA.....	186
LEDC 413 - ARTE EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS.....	188
LEDC 414 - EDUCAÇÃO E PERCEÇÃO AMBIENTAL.....	190
LEDC 415 - NOÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	191
LEDC 416 - ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO	193
LEDC 417 - AS TIC'S NO ENSINO DE CIÊNCIAS	195
LEDC 418 - ETNOBIOLOGIA E ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA	197
LEDC 419 – ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	199
LEDC 420 - HISTÓRIA DE RORAIMA	201
LEDC 421 - HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	203
APÊNDICE B: REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	208
APÊNDICE C: REGULAMENTAÇÃO DE ESTÁGIO.....	227
APÊNDICE D: NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO ATIVIDADES ACADEMICAS-CIENTÍFICA-CULTURAIS-AACC	248
APÊNDICE E: REQUERIMENTO PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR	253



1. APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Roraima (UFRR), CNPJ: 34.792.077/0001-63, fundação pública federal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, foi autorizada pela Lei nº 7.369, de 12 de setembro de 1985, e criada por meio do Decreto Lei nº 98.127, de 08 de setembro de 1989, tendo sua aula inaugural ocorrido em março de 1990.

Presentemente, a UFRR atua na educação básica, no ensino técnico e tecnológico, na educação superior, nas modalidades presenciais e a distância e na pós-graduação, lato e stricto sensu. Na educação básica tem atuação o Colégio de Aplicação da UFRR (CAp-UFRR), criado pela Resolução n.º 002/95 do Conselho Universitário - CUNI, de 09 de janeiro de 1995. O embrião da Escola foi uma creche, então denominado “Espaço da Criança”, criado em 1994, sob a tutela da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. Em janeiro de 1995, transformou-se em Escola de Aplicação como órgão da Faculdade de Educação, em sessão extraordinária do CUNI, vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação. O Colégio de Aplicação contou, inicialmente, com onze salas de aula e uma sala para os professores, ocupando uma área do bloco I da Graduação. A implantação oficial ocorreu em 03 de maio de 1995. Em 1997, a Escola foi transferida para um prédio construído pelo Governo do Estado, com doze salas de aula, sala de vídeo, um laboratório e demais dependências administrativas, construídos no campus da UFRR, a qual recebeu o nome de “Escola Estadual Professor Paulo Freire”. Em 2002, a Escola voltou a ser uma Instituição Federal servindo de laboratório para as práticas das licenciaturas da UFRR. A escola tornou-se parte do Centro de Educação – CEDUC, criado pela Resolução n.º 012/2003 – CUNI, de 17 de julho de 2003, (unidade administrativa e acadêmica vinculada à UFRR). O CEDUC, hoje, oferece Educação Básica compreendendo os níveis de Ensino Fundamental e Médio, os Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Psicologia e Educação do Campo, além de Pós-Graduação na área de Educação e cursos de Extensão. Em 17 de novembro de 2006, o nome de “Escola de Aplicação” foi alterado para Colégio de Aplicação-CAp, conforme a Resolução n. 001/2006 – CGEB, por ser, na época, a única instituição a ter denominação de “Escola”, no Conselho de Diretores dos Colégios de Aplicação – CONDICAP. O colégio oferta cursos no Ensino Fundamental e Médio, além de funcionar como campo para estágios.

A UFRR ampliou seu campo de atuação incluindo a educação profissional na Escola Agrotécnica de Roraima (EAGRO). A Escola Agrotécnica foi criada em 24 de maio de 1982 pelo então governador do ex-Território Federal de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto. Como



metodologia de ensino, a escola buscava conciliar educação e trabalho, assim, adotou dois regimes de matrículas: semi-internato (tempo integral) e internato, sendo que este, destinava-se primeiramente aos alunos que não residiam na capital, Boa Vista. Na década de 90, Ottomar Pinto, regulamentou em 25 de maio de 93 a Lei Estadual de nº40 que doava integralmente a Escola Agrotécnica para Universidade Federal de Roraima. Incorporada à UFRR recebeu a denominação de Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - EAgro. Desse modo, passou a atuar como uma unidade de ensino técnico profissionalizante, vinculada ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFRR, e tinha sua sede no Campus Cauamé, situado na BR 174, distrito Monte Cristo. Atualmente, a escola beneficia em especial os moradores do Projeto de Assentamento, das comunidades do Passarão, Murupú, Truarú e localidades próximas, facilitando o acesso à educação. A Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima tem oferecido o curso Técnico em Agropecuária em três modalidades: integrado ao ensino médio, subsequente ao ensino médio, PROEJA e Tecnólogo em Agroecologia.

Já na Graduação a UFRR oferece 48 cursos em seus três Campi (Paricarana, Cauamé e Murupu), além de disponibilizar 03 licenciaturas na modalidade a distância. Na Pós-graduação, a UFRR dispõe de 10 mestrados e 2 doutorados de programas próprios. E na oferta em rede, conta com 5 mestrados e 1 doutorado. Em 2020, a UFRR ofereceu 1.822 vagas nos processos seletivos de ingresso, contando naquele ano com 7.828 alunos na graduação presencial e 829 alunos no ensino a distância (EAD) matriculados. Atualmente, a UFRR possui cerca de 720 professores (incluindo substitutos) e 381 técnicos, e tem em seus registros, aproximadamente, mais de 8 mil alunos ativos. Nos seus 33 anos de existência, a UFRR formou mais de 12 mil alunos nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Este Projeto Político do Curso (PPC) é o resultado de um processo de construção coletiva, que contou com a participação de um grupo de professores de diferentes unidades acadêmicas da UFRR: efetivos, substitutos, colaboradores advindos dos Movimentos Sociais e acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR). Objetivou-se neste percurso rediscutir o primeiro PPC do LEDUCARR, construído em resposta ao Edital de convocação nº. 09 de 29 de abril de 2009, do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), o qual é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade (SECADI), com apoio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Universidade Federal de Roraima participou deste processo de seleção por meio do



curso de Pedagogia na pessoa da professora Dr^a. Gilvete de Lima Gabriel. Após a aprovação do projeto pelo MEC, o mesmo foi submetido à aprovação nas instâncias deliberativas da Universidade, a saber: Câmara do Curso de Pedagogia, Conselho do Centro de Educação (CEDUC), Câmara de Graduação, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho Universitário (CUNI). Desse modo, a primeira seleção de alunos foi realizada em julho de 2010, e em janeiro de 2011 as aulas iniciaram.

Vale salientar que a reformulação e a adequação apresentada inicialmente, partiram das experiências, dificuldades e perspectivas que surgiram no processo de implantação do curso durante o ano de 2011, devido a realidade vivenciada pelos acadêmicos(as) do Curso, que são ao mesmo tempo, trabalhadores do Campo e acadêmicos da UFRR. Dessa forma, apresentamos na sequência a reformulação resultado das experiências e vivências de quase uma década de trabalhos e formação de educadores do campo para a propagação do ensino em todas as partes e regiões do Brasil.



1.1 JUSTIFICATIVA

O processo de formação da sociedade brasileira destacou elementos que contribuíram para a estruturação de desigualdades que são percebidas nas diversas manifestações de preconceitos e discriminações, tais como as relacionadas à etnia e ao gênero. As raízes destas questões estão profundamente ligadas à ideia da negação de pessoas: negras, indígenas e do campo, como sujeitos de direitos, de saberes e de cultura.

O projeto político e socioeconômico capitalista, vinculado ao patriarcalismo e ao patrimonialismo, implantado no Brasil desde a colonização, demarcou significativas disparidades dentre suas regiões e entre o espaço do campo e da cidade, sendo responsável também pela distância que muitas populações enfrentam para obterem acesso aos bens, direitos, políticas públicas e serviços conquistados pelo conjunto da nação.

Esse processo tem como uma de suas explicações a concepção dicotômica entre campo e cidade, fundamentada na ideia do rural subordinado ao mundo urbano, sendo a cidade o espaço moderno e desenvolvido, enquanto o campo é entendido como lugar do atraso. Tal concepção foi especialmente consolidada durante o processo de industrialização no país, especialmente a partir da década de 1930 com Getúlio Vargas.

Linhares (1998) observa que assim como nos demais países, a população brasileira passou por um processo rápido de industrialização, por isso pode-se entender que existe um conflito na relação entre campo e cidade, provocado em parte pela grave deformação do pensamento nacional sobre o mundo rural e os valores do mundo urbano, conseqüentemente, ridicularizando a figura do trabalhador rural.

Ademais, o discurso desenvolvimentista e uniformizador do Estado se estende para a Amazônia, onde a vida das populações locais relacionadas: a terra, a floresta e as águas representaram por muito tempo no olhar do Estado o atraso, assim também e, por consequência, estas populações foram sendo vistas como empecilho ao desenvolvimento da região.

É fundamental pensar a questão agrária na Amazônia a partir de novos paradigmas. Neste sentido, é necessário considerar políticas públicas que proporcionem às populações rurais condições de permanecer no campo com qualidade de vida, onde a educação é uma das questões fundamentais.

Diferentemente do olhar homogeneizante construído na história sobre a população que vive no espaço rural, ressalta-se que estes sujeitos do campo se apresentam como uma parcela extremamente diversa no que diz respeito à cultura, no modo de vivência e que produzem e



reproduzem a vida em estreita dependência da natureza.

Nesse contexto, o estado de Roraima, que faz fronteira com a República Cooperativista da Guiana e a República Bolivariana da Venezuela, possui população proveniente de várias regiões do Brasil e, em menor escala, dos países fronteiriços, tendo apresentado no último censo (IBGE, 2010), o segundo local de preferência para os atuais migrantes do país.

As populações do campo, em Roraima, vivem em locais diversos, como pequenas cidades, vilas, comunidades ribeirinhas, assentamentos, acampamentos, áreas extrativistas e áreas de colonização. Nestes espaços, eles configuram-se como sujeitos sociais produzindo suas condições de existência a partir de suas experiências desenvolvidas em diversos lugares e as reconfiguram de formas variadas em seus espaços de socialização. Seja nas áreas de serviços, sendo trabalhadores e trabalhadoras rurais como agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, extrativistas, artesãos e artesãs com produtos da floresta, quilombolas, pescadores e pescadoras.

Desde meados da década de 1980, diversas lutas têm sido desenvolvidas historicamente para efetivar essa demanda dos Movimentos Sociais do Campo por uma educação diferenciada. Entretanto, no final dessa década, a discussão da Educação como um direito subjetivo tem se evidenciado no mundo, culminando com a “Declaração de Jomtien de Educação para todos” (1990) da qual o Brasil é signatário. Esta declaração conseguiu se firmar internacionalmente como uma referência, ao colocar a política educacional, a política social e o desenvolvimento humano como elementos fundamentais para que se objetive níveis de equidade e justiça social no mundo inteiro. As reivindicações pelo reconhecimento do direito à educação para as populações do campo permitiram a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, em abril de 2002, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Básica (CEB).

Para chegar a esta conquista, os Movimentos Sociais forjaram experiências de educação na ação, por meio de formação de lideranças que atuaram nos acampamentos rurais, na produção de materiais pedagógicos, de encontros informais e de outros canais de expressão para uma politização por uma educação no/do campo, cuja pressão resultou em iniciativas governamentais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que em Roraima começou a ser desenvolvido a partir do ano de 2000, nos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em vários municípios.

Apesar desse avanço, muito ainda está para ser feito com relação à educação para os grupos socialmente excluídos no país, entre estes as populações do campo. Este descompasso



vem sendo materializado na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação em todos os níveis no meio rural.

Os dados censitários (IBGE, 2010) sobre população rural brasileira, indicam que na região Norte esta parcela equivale a 4.202.494 de habitantes, sendo Roraima o estado com 106.447 habitantes rurais, o que corresponde a 23,59 % da população roraimense de um total de 451.227 habitantes. As dificuldades de infraestrutura no campo é fator que precariza o acesso dessa população à educação de qualidade e, conseqüentemente, à continuidade do processo de escolarização formal.

Além disso, a distância entre as localidades de concentração rural em relação aos polos de atendimento básico de saúde e educação em Roraima é um dos principais entraves à cidadania destas populações que habitam áreas isoladas e de difícil acesso, sobretudo durante o inverno, quando as vias de acesso existentes ficam intransitáveis.

No Brasil, ainda temos um grande número de professores que não estão titulados para exercer a profissão docente. De acordo com o censo escolar do MEC/INEP/DEED de 2016, de um total de 536.272 professores em exercício na Educação Básica pública é destacado que não possuem graduação ou atuam em áreas diferentes da licenciatura em que se formaram. No Brasil, possuem 345,6 mil professores que estão na zona rural de um total de 2,5 milhões. Desses 2,5 milhões: 84,3% atuam em escolas urbanas, 12,9% em escolas rurais e 2,8% atuam tanto na área urbana quanto na rural (BRASIL, 2017). Em Roraima temos um total de 6.498 professores na Educação Básica em suas etapas e modalidades sendo 1.836 trabalhando somente na zona rural e 68 na zona rural e urbana.

Para tanto, a fim de superar os desafios da educação para a população em Roraima, primeiramente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desenvolveu o projeto de elevação de escolaridade no campo a partir de 2000; depois desenvolveu o Programa Todas as Letras de Alfabetização em 2004. E ainda no ano de 2004 a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras (FETAG/RR) iniciou o projeto Formação e Capacitação de Professores para Educação no Campo.

Em 2003, a Universidade Federal de Roraima (UFRR), começou atuar na Educação do Campo com Projetos do PRONERA nos Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); prestou assessoria pedagógica em projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos nos Assentamentos do INCRA, executados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); posteriormente, via Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFRR) e o Colégio de Aplicação (CAP/UFRR), passou a executar projetos na modalidade de Educação



de Jovens e Adultos (EJA) nas etapas de Alfabetização e Ensino Fundamental. Todos estes foram realizados a partir da parceria: INCRA/UFRR/Movimentos Sociais, FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CAR (Central dos Assentados de Roraima).

Portanto, percebe-se que as iniciativas para a promoção da Educação do Campo são significativas, mas faz-se necessário uma política de consolidação e regularização dos programas mencionados em prol da oferta da educação de qualidade para as populações do campo.

1.2 BASES LEGAIS

A Constituição Federal (1988) define, em seu capítulo II no artigo 6º, que entre os direitos sociais dos cidadãos brasileiros, destaca-se a educação. Tal direito é abordado também, no artigo 205, quando se estabelece que a educação é dever do Estado e da família, devendo ser incentivada e promovida com a colaboração da sociedade, onde o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho devem ser garantidos.

No texto constitucional é destacado e reconhecido a diversidade das realidades brasileiras, quando aponta como princípios o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Art. 206, III). Por se tratar de direito do cidadão, o mesmo artigo prevê, em seu inciso IV, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A regulamentação desse direito se deu por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Em seu artigo 12, inciso I, consta que é incumbência das instituições de ensino elaborar e executar a propostas pedagógicas, sendo importante ressaltar que a educação deve seguir um plano, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino.

O Capítulo II da LDB destaca a necessidade de uma educação diferenciada, que venha atender às especificidades da área rural brasileira e, dentro desta, as inúmeras realidades. Assim, este capítulo, que trata da Educação Básica, estabelece, em seu Art. 28, que na oferta dessa educação para a população rural deverão ser observadas as adaptações necessárias e a adequação às peculiaridades da vida rural. Para tal considera-se:

1ª - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;



2ª - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

3ª - Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014).

Por outro lado, cabe aqui considerar que a educação se processa em diferentes níveis e, entre elas, o Ensino Superior, entendido como fase de formação de profissionais que irão atuar em áreas específicas de forma crítica reflexiva. Cabe enfatizar, o que está previsto no Capítulo IV, Art. 43 sobre a Educação Superior, destacando nas suas finalidades:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII. Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, à realização de pesquisas pedagógicas e o



desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015).

Ao tratar dos profissionais da educação, a LDB estabelece que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]”. No parágrafo 1º está definido que a promoção dessa formação é de competência da União, do Distrito Federal, Estados e Municípios, em ações de colaboração para a formação inicial e continuada e à capacitação dos profissionais de magistério.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado através da Lei nº 13.005, em 25 de junho de 2014. Ao estabelecer objetivos e metas para as etapas da educação, percebe-se a preocupação em um atendimento diferenciado para as escolas do campo, quando prevê formas mais flexíveis de organização escolar, além de uma formação profissional dos professores, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio em que estão inseridos.

Entre as diretrizes, é possível destacar para este Projeto, a necessidade das ações educacionais com seus respectivos financiamentos, que envolvam estratégias para o enfrentamento do problema do *déficit* educacional, buscando superar desafios como as elevadas taxas de analfabetismo e os desequilíbrios regionais brasileiros, não apenas entre as distintas regiões, mas entre as realidades do rural e do urbano. Por isso, a escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes, é meta a ser perseguida, considerando as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

Por isso, resguardar as peculiaridades regionais implica, também, em organizar a Educação Básica no campo, de modo a preservar as escolas rurais em seu contexto, isto é, que permaneçam no meio rural e imbuídas dos valores rurais.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR (LEDUCARR) ofereça instrumentos teóricos, pedagógicos e metodológicos para uma formação voltada para a realidade da Amazônia, mais especificamente, de Roraima.

O financiamento do ensino está previsto no Título VII da LDB de 1996, Dos Recursos Financeiros, que especifica os recursos públicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação, considerando estes como as despesas realizadas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, no Artigo 70, sendo destinados à:



- I. Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II. Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III. Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV. Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V. Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI. Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII. Amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII. Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Outra especificidade da formação de professores para a Educação do Campo envolve a opção por pedagogias específicas, como a Pedagogia da Alternância, com a observação dos princípios e objetivos da Política Nacional de Formação Básica (Decreto 8.752, de 09 de maio de 2016) no Artigo 12, inciso VI “estímulo ao desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, de povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos”. E, orientada pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, conforme previsto no Art. 5º do Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010:

§2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Em relação ao financiamento específico para os cursos de formação em Educação do Campo está previsto no artigo 4º do referido decreto que dispõe que:



Art. 4º A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação das seguintes ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino, sem prejuízo de outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto. (BRASIL, decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010).

Define-se com este Decreto, a importância da ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica e Superior para as populações do campo, em uma política a ser desenvolvida, de forma compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios conforme previsto, destacando o parágrafo IV do “acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo”.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) tem, através da Resolução CD/FNDE nº 46 de 24 de agosto de 2009, estabelecidos os critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros. Este programa é uma iniciativa do MEC, que, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), vem cumprir suas atribuições de responder pelas formulações de políticas públicas voltadas para as desigualdades educacionais que atingem o campo brasileiro. A disponibilização de recursos está vinculada a projetos de educação continuada para educadores da Educação Básica e que envolvam ensino, pesquisa e extensão, que devem prever:

- 1) A criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores atuem na construção e reflexão do projeto político pedagógico das escolas do campo;
- 2) A organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em regime de alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade;
- 3) A formação por áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar, com definição pela universidade da(s) respectiva(s) área(s) de habilitação;
- 4) A consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo a serem beneficiadas.

De acordo com as indicações da PROEG/UFRR, a construção do PPC deve considerar as seguintes instruções legais. A carga horária: Resolução CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015 que, em seu Art. 13 prevê uma carga horária mínima para os cursos de licenciatura de 3.200 (três mil e duzentas) horas, distribuídas entre teoria e prática. Essa carga horária deve estar distribuída em:

- 400 horas de prática como componente curricular;
- 400 horas de estágio curricular supervisionado;



- 10% da carga horária total do curso para atividades de extensão (de acordo com a resolução CNE/CEB nº07/2018) e Resolução CEPE/UFRR Nº 040, de 24 de agosto de 2021;
- 2.200 horas de aulas para conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- 200 horas para Atividades Acadêmico-Científico-Cultural.

Estágio supervisionado: Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em Educação Básica, em nível superior no seu Artigo 13, §3º, especifica sobre o estágio supervisionado:

O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitando o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio. (BRASIL, Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002).

As diretrizes para o estágio supervisionado devem considerar, também, a Resolução CNE/CP 02/15 publicado em 1 de julho de 2015, no Art. 13, §6º:

O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, Resolução CNE/CP 2, 1 de julho de 2015).

Inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na grade curricular: Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e Inclusão de disciplina de capacitação no ensino de pessoas com necessidades especiais: Parecer CNE/CEB Nº 9/16, aprovado em 15 de setembro de 2016.

A metodologia de ensino das matérias previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, inclui mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos.

No Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCARR, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, busca-se constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo docente o exercício de sua autonomia de ensino e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada. Nesse sentido, as disciplinas no momento do Tempo Comunidade se constituem como excelente ferramenta de aprendizado e de efetivação real do “aprender a aprender” determinado pela moderna educação.

Logo, dar-se-á espaço para que os 20% de disciplinas “semipresenciais” preconizados pela LDB e pela Portaria MEC 4.059 de 10 de dezembro de 2004 sejam contempladas no curso,



por meio das atividades realizadas no Tempo Comunidade. Nesse período, o diálogo entre educador e educando acontece pelo SIGAA – sistema de gerenciamento acadêmico utilizado pela Universidade Federal de Roraima, conforme é apresentado no Artigo 1º; 1º§ da Portaria 4.059/04:

Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. (BRASIL, Portaria MEC 4.059 de 10 de dezembro de 2004).

Além da legislação básica apresentada acima, o Projeto Político do Curso para a formação de professores para atendimento da Educação do Campo, considerou as seguintes legislações:

- Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001 (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo);
- Resolução CNE/CBE nº 1, de 03 de abril de 2002 (Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo);
- Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002 (Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais);
- Parecer CNB/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 (Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância);
- Parecer CNE/CEB nº 30/2006, aprovado em 05 de abril de 2006 (Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005);
- Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007 (Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo);
- Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008 (Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo);
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 (Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo);
- Resolução n 008/2010 CEPE – UFRR (Dispõe sobre a criação do Curso);
- Resolução 007/2010 CUNI – UFRR (Dispõe sobre a criação do Curso).



2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1 OBJETIVO GERAL

Formar professores, numa perspectiva multi e interdisciplinar, para atuar na docência do Ensino Fundamental anos finais e do Ensino Médio nas habilitações em Ciências da Natureza e Matemática.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar o acesso ao Ensino Superior às populações do campo, com a finalidade de contribuir para a construção de conhecimentos pertinentes à Educação do Campo;
- Construir o conhecimento por meio de teorias e metodologias que favoreçam a Educação do Campo;
- Contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento social da agricultura familiar, visando à permanência na área rural das populações do campo;
- Desenvolver o pensamento crítico e reflexivo para investigar a sua própria prática pedagógica;
- Relacionar teoria e prática na sua ação docente de forma constante para a promoção do ensino e aprendizagem significativos nas diferentes áreas do conhecimento;
- Discutir ou debater sobre as problemáticas educacionais do/no campo, incentivando o desenvolvimento de uma postura crítica, ética e comprometida com a transformação da realidade;
- Promover a iniciação científica e a atitude investigativa ao longo da formação do aluno, de forma a compreendê-la como parte de sua atividade docente e profissional;
- Flexibilizar o currículo, com vista a incluir os interesses e necessidades específicas dos alunos.



3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Considerando que a Missão da Instituição de Ensino Superior (IES) é “produzir, integrar e socializar conhecimentos para formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental”, e considerando também as políticas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, o curso de Graduação Licenciatura em educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, estabelece ações e projetos que serão realizados para a integração entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, buscando a construção de um processo educacional fundado na elaboração e reelaboração de conhecimentos.

É importante ressaltar que a Política de Compromisso Social é uma política de indissociabilidade e é o princípio estruturante da UFRR, permeando todas as outras políticas.

3.1 POLÍTICA DE ENSINO

As políticas de ensino são um conjunto de decisões governamentais que visam orientar e regular o sistema educacional em uma sociedade ou país. Elas são elaboradas com base em diversos fatores e têm como objetivo principal garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, que os prepare para os desafios e oportunidades da vida adulta e contribua para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para alcançar esses objetivos, as políticas de ensino podem definir metas e medidas específicas. Assim, as políticas de ensino, no âmbito institucional, visam:

- Fomentar conceitos inovadores de ensino que ultrapassem o espaço físico da sala de aula, estabelecendo a relação educação-sociedade, onde o ponto de partida e de chegada são a ciência, o educando e as condições sociais – um verdadeiro espaço de expressão e construção;
- Promover o ensino por meio da concepção interdisciplinar, de forma a integrar as diferentes áreas do conhecimento;
- Promover a indissociabilidade entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão;
- Articular programas e projetos institucionais visando diagnosticar e atender as necessidades regionais e locais, bem como, de relevância nacional e internacional que afetem a sociedade roraimense;
- Estimular a prática docente como espaço para a reflexão e ação comprometida, com



indissociabilidade entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão e com o contexto social;

- Promover uma maior interação entre docentes, discentes de graduação e pós-graduação e técnicos, estimulando o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Estimular no aluno uma atitude crítica e investigativa que contribua para a compreensão da realidade na qual está inserido;
- Oportunizar a participação em programas institucionais, tais como, o de monitoria, tutorias, iniciação científica e outros;
- Promover ações que visem à flexibilização curricular;
- Fomentar o desenvolvimento pleno de estágios curriculares e não curriculares;
- Contemplar nos desenhos curriculares dos cursos orientações para atividades de estágios, monografias e atividades curriculares complementares;
- Institucionalizar orientações referentes aos projetos pedagógicos dos cursos;
- Gerir participativa-mente as questões acadêmicas;
- Promover reflexões e orientações, de forma dinâmica e continuada, referentes ao processo de avaliação de aprendizagem, bem como, os mecanismos para autoavaliação institucional;
- Promover ações de integração entre a Educação Básica e o ensino de graduação e Pós-Graduação;
- Criar ambientes de aprendizagem e avaliação docente com a utilização de educação a distância, integrando as diversas mídias;
- Ofertar cursos sequenciais por campos do saber, de acordo com as necessidades institucionais;
- Ofertar programas especiais de formação pedagógica, de acordo com as necessidades da região;
- Atender às necessidades especiais dos discentes, com vistas a sua plena inclusão;
- Institucionalizar ações de acompanhamento de egressos;
- Implementar processo contínuo de autoavaliação, de acordo com a legislação vigente.

3.2 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As políticas de extensão são um conjunto de medidas governamentais que visam a promoção da interação entre as instituições de ensino superior e a sociedade. Elas têm como



objetivo principal estimular a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico para além dos muros da universidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Para alcançar esses objetivos, as políticas de extensão podem definir metas e ações específicas, como projetos de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade. Assim, as políticas de extensão, no âmbito institucional, visam:

- Conceber e estruturar as atividades de extensão como instrumentos de formação acadêmica, articuladas às atividades de pesquisa e ensino;
- Acolher os problemas e apelos da sociedade, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades;
- Produzir conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre a UFRR e a comunidade;
- Promover o conhecimento, através da cultura; a democratização do acesso ao saber; e a intervenção solidária junto à comunidade, para a transformação social;
- Socializar o resultado da aplicação do conhecimento gerado tanto na pesquisa
- como na própria extensão, realimentada pela relação dialética conhecimento-realidade-conhecimento, especialmente nas atividades voltadas para a eliminação da pobreza, da intolerância, da violência, do analfabetismo, da fome, da deterioração do meio ambiente e de enfermidades.

No âmbito do curso são desenvolvidas as seguintes atividades de extensão:

- Semana Acadêmica de Educação do Campo e a Seminário realizados anualmente, cujas programações contemplam palestras, visitas e minicursos, visando o engajamento e formação da comunidade em geral;
- Viveiro Educacional: O Viveiro Educativo (VE), projeto que está em execução no LEDUCARR, surge diante de uma demanda do ensino diferenciado para um público diferenciado: alunos advindos de área rural de Roraima. Diante do que se define como educação diferenciada, buscou-se a adequação da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). Portanto, o VE caracteriza-se como um espaço que propicia a interação entre a escola e a comunidade, permitindo que professores, alunos e os demais comunitários possam pensar os recursos naturais em outra perspectiva: o da conservação e da cultura. Tudo isso a partir de atividades educativas, que buscam estimular em todos: um olhar cidadão, colaborativo e participativo (IDSM, 2016). A principal atividade desenvolvida



no viveiro educativo é a produção e o plantio de mudas de plantas que são importantes para o ambiente e para a comunidade. As atividades previstas para o VE são de intervenção junto ao PA Nova Amazônia na área de Reserva Legal do assentamento visando a captura de sementes para a germinação no VE e acompanhamento dos alunos do LEDUCARR. Com as mudas em situação de plantio, alunos do LEDUCARR junto a alunos do PA, farão plantio em áreas degradadas dos lotes. Através destas atividades previstas, as disciplinas de ecologia, agricultura e fisiologia animal e vegetal serão contempladas por meio de atividades práticas no VE.

- Oficinas Pedagógicas: proposta interdisciplinar envolvendo os professores do curso e os professores em formação (discentes). O principal objetivo da ação consiste em fortalecer o vínculo entre escola e universidade, bem como a teoria e a prática através de uma ação interdisciplinar construída a partir de atividades lúdicas que contribuam para a formação docente (alunos da licenciatura) e o discente (alunos da educação básica) em ciências.

3.3 POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA

As políticas de acesso e permanência visam garantir o acesso igualitário e a permanência de todos os estudantes no sistema educacional, independentemente de suas condições sociais e econômicas. Essas políticas podem envolver medidas como a ampliação do acesso à educação, a oferta de bolsas de estudo, a criação de programas de assistência estudantil, a adoção de políticas de inclusão para estudantes com deficiência, entre outras ações. O objetivo é garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de educação, para que possam desenvolver todo o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. Assim, as políticas de acesso e permanência, no âmbito institucional, visam:

- Proporcionar o acesso, sem discriminação de raça, sexo, gênero, orientação sexual, idioma, religião, cultura, perfil socioeconômico, necessidade educacional específica, deficiência visual ou de qualquer outra natureza;
- Estimular o acesso ao Ensino Superior, por meio da oferta de cursos preparatórios para pessoas de baixa renda;
- Proporcionar meios de permanência e acompanhar os motivos da desistência, sem discriminação de qualquer natureza, visando eliminar os fatores desencadeantes da evasão, minimizando as dificuldades de conclusão de cursos, seja de ordem metodológica ou de condição social.



3.4 POLÍTICA DE PESQUISA

As políticas de pesquisa são um conjunto de medidas governamentais que visam promover e incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico em uma determinada sociedade ou país. Essas políticas podem incluir a alocação de recursos financeiros para projetos de pesquisa, a criação de programas de incentivo à pesquisa, a promoção da colaboração entre instituições de pesquisa e empresas, entre outras ações. O objetivo é estimular o avanço do conhecimento científico e tecnológico em áreas de interesse para o desenvolvimento econômico e social do país, para que possa se manter competitivo no cenário global e enfrentar os desafios do futuro. Assim, as políticas de pesquisa, no âmbito institucional, visam:

- Executar atividades de pesquisa articuladas com o ensino e a extensão, de forma permanente e integrada, através da geração, divulgação e aplicação de novos conhecimentos;
- Consolidar pesquisas, visando o desenvolvimento científico, cultural, econômico, social e ambiental de Roraima, em conformidade com princípios éticos, na busca de excelência acadêmica e articulação com o ensino e a extensão;
- Desenvolver pesquisas de forma integrada com programas de graduação, pós-graduação e qualificação docente, de acordo com temáticas definidas pelos colegiados respectivos;
- Fomentar a consolidação de grupos de pesquisa que atuem nas áreas de interesse institucional.

3.5 POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão são um conjunto de medidas governamentais que visam aprimorar a gestão de instituições públicas, promovendo uma administração mais eficiente, transparente e responsável. Essas políticas podem incluir a adoção de práticas de gestão inovadoras, o desenvolvimento de sistemas de controle e monitoramento, a capacitação de servidores públicos em gestão pública, entre outras ações. O objetivo é garantir a efetividade e a qualidade dos serviços prestados à população, aumentar a transparência e a participação social nas decisões governamentais, e promover a cultura da gestão pública em todas as esferas de governo. Assim, as políticas de gestão, no âmbito institucional, visam:

- Gerir a instituição, de acordo com os princípios da ética e da transparência;



- Respeitar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Gerenciar de forma a buscar a descentralização;
- Desenvolver uma gestão participativa e democrática;
- Definir uma política de redução de gastos;
- Promover meios de valorizar o patrimônio institucional;
- Disponibilizar banco de dados, visando instrução das ações institucionais;
- Trabalhar em prol da valorização do corpo profissional da instituição;
- Promover a contínua modernização da gestão, com o uso de ferramentas tecnológicas e metodológicas disponíveis.

3.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O primeiro Plano de Logística Sustentável da UFRR – PLS (2013/2015) deu início a um importante processo de sensibilização da comunidade universitária em relação à sustentabilidade e à adoção de boas práticas em todas as áreas da Universidade. Obteve-se um resultado positivo com o alcance de 59,5% das iniciativas totalmente ou parcialmente implementadas. Importa destacar a finalização do novo PLS, para vigência no período de 2017 a 2020.

A inclusão social é incentivada e promovida pela instituição por meio de projetos permanentes, dentre eles:

- Projeto João de Barro: ressocialização de reeducandos dos regimes aberto e semiaberto do sistema penitenciário, por meio de atividades na área administrativa e de infraestrutura.
- Cursinho Pré-Vestibular Solitário: destina-se aos jovens de baixa renda oriundos de escolas públicas, dando-lhes a oportunidade de preparação para o processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFRR.
- O fomento e incentivo à preservação da identidade cultural possui no Espaço de Cultura e Arte “União Operária” sua principal acolhida, promovendo encontros, debates, exposições e oficinas.
- No aspecto cultural, pontua-se também a realização de projetos como: Banda Paricarana, Grupo Mananu, Madrigal UFRR, Orquestra de Câmara da UFRR, Programa de promoção da Capoeira e cultura popular brasileira.



3.7 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

Tendo em vista a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, o curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, em conjunto com a própria Universidade, acredita ser imprescindível à adoção e à institucionalização de políticas de acessibilidade que permitam assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, nº 6.949/2009, nº 5.296/2004, nº 5.626/2005 e nº 7.611/2011.

Em termos gerais, tais ações fazem parte do Programa Incluir – acessibilidade na educação superior, que é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior – SESu, e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Na UFRR, destaca-se o Núcleo Construir, o qual tem como objetivo assegurar o pleno acesso aos alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas, responsabilizando-se pelo planejamento e a execução das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência, tais como:

a) infraestrutura - Os projetos arquitetônicos e urbanísticos da UFRR são concebidos e realizados, atendendo os princípios do desenho universal.

b) currículo, comunicação e informação - A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência nos cursos da UFRR se dá por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras, quando necessário.

c) programas de extensão - A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos e todas, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas caracteriza o compromisso da UFRR com a construção de uma sociedade



inclusiva.

d) programas de pesquisa - O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada na UFRR, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento, tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência, e fundamenta-se no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva.

Em termos mais específicos, o Centro de Educação, onde se situa o curso de Licenciatura em Educação do Campo, conta com o Serviço de Apoio Psicoeducacional - SEAP, que tem como objetivo auxiliar o aluno em suas dificuldades acadêmicas e pessoais, disponibilizando atendimento psicológico, psicopedagógico e de orientação profissional/vocacional, o que envolve:

- a) Apoio aos discentes e docentes no processo ensino-aprendizagem;
- b) Acompanhamento e incentivo aos discentes no planejamento e desenvolvimento de sua carreira profissional;
- c) Atendimento psicoeducacional e psicológico, em todos os âmbitos.

Nesse sentido, através dos seus atendimentos, o SEAP busca colaborar no processo de inclusão do estudante na universidade, em todos os âmbitos, desde as dificuldades mais transitórias àquelas que são causadas pelas mais diversas formas de limitações.

Sendo assim, a UFRR, dentro de sua Política Institucional, tem contribuído com o desenvolvimento regional e o compromisso social com a sociedade junto com a comunidade acadêmica.

3.8 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Considerando o contexto regional no qual está inserida a UFRR, localizada na Região Amazônica, na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, a educação ambiental é fator imprescindível para o corpo docente, discentes e técnicos da IES. Ainda, deve-se considerar que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional e está presente, de forma articulada, em todos os módulos do curso.

Dessa forma, de acordo com o art. 5º da Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 2009; o



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; e a Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, o LEDUCARR cumpre os objetivos fundamentais da educação ambiental:

- Desenvolvimento da compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações;
- Garantia de democratização das informações ambientais;
- Estímulo de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- Incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do meio ambiente;
- Estímulo à cooperação entre regiões em níveis micro e macrorregionais, com objetivo de construir uma sociedade ambientalmente equilibrada;
- Fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

No âmbito do curso a educação ambiental é um elemento importante na formação do Educador do Campo promovendo no egresso uma postura cidadã com base numa maior compreensão e percepção das interações sociais, econômicas e ecológicas, entendendo os processos conflituosos das ações antrópicas que possam gerar impactos positivos e ou negativos. Neste sentido, tal conteúdo pode ser evidenciado no âmbito do curso especialmente nas disciplinas obrigatórias: Educação do Campo (LEDC 111); Agroecologia (LEDC 113); Educação e Agroecologia (LEDC 123); e nas eletivas: Educação e percepção ambiental (LEDC 414).

3.9 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Em atendimento a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, fundamentada no Parecer da CNE-CP nº 03 de 10 de março de 2004 e à Lei 11.645 de 10.03.2008, o LEDUCARR incluiu nos conteúdos e atividades as Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o objetivo de reconhecer e valorizar a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como garantir o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

As temáticas serão desenvolvidas por meio de conteúdos que desenvolvam as competências e atitudes dos acadêmicos, orientando-os para uma ampla visão de mundo, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam a todos: o respeito aos direitos



legais e valorização de identidade, na busca de uma sociedade melhor.

No âmbito do curso a abordagem das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana são elementos importantes na formação do Educador do Campo. Neste sentido, tais conteúdos podem ser evidenciados no âmbito do curso especialmente nas disciplinas obrigatórias: Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença (LEDC 118) e Literatura e Cultura Afro-brasileira (LEDC 373).

3.10 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em consonância com a Resolução CNE-CP N° 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a prática pedagógica do curso é também orientada para a Educação em Direitos Humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais, onde os estudantes são estimulados para que sejam protagonistas da construção de sua educação, por meio de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos, de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, pautando-se pela igualdade e defesa da dignidade humana.

Tendo como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

Ainda, deve se articular segundo as seguintes dimensões:

- I. apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II. afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;



- III. formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV. desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- V. fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Esses valores e objetivos estão presentes no curso por meio da transversalidade com temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, principalmente nas disciplinas obrigatórias: Antropologia e Identidade (LEDC 120); Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas (LEDC 124); Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem (LEDC 114) e as eletivas: Fronteira, Migração e Territorialidade (LEDC 411).

3.11 POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Universidade Federal de Roraima utiliza como ferramenta de organização acadêmica o **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA**, com o objetivo de informatizar os procedimentos da área acadêmica através dos seguintes módulos: de Ensino, de Extensão, de Graduação, de Pesquisa, de Pós-Graduação (*Stricto Sensu* e *Lato Sensu*), de Processos Seletivos, Técnico e Ouvidoria, possibilitando, ainda, a submissão e controle de projetos de bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

Da mesma maneira, o **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC**, disponibiliza portais específicos para a reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações: *Lato Sensu*, *Stricto Sensu* e de Graduação, além das comissões de avaliação (institucional e docente).

Por fim, nesse quesito o curso ainda conta com a disciplina obrigatória Fundamentos da Tecnologia (LEDC 115).



4. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso tem como referência o desenvolvimento das competências e habilidades, considerando três aspectos fundamentais: o Ensino da Ciências da Natureza e Matemática e seu papel social; valorização dos saberes produzidos no campo e a valorização do trabalho docente. Assim, espera-se que o Licenciado em Educação do Campo possa:

- Realizar análise crítica do Ensino das Ciências para superação de práticas de ensino tradicionais, excludentes e classificatórias;
- Participar de forma ativa, criativa, coletiva, organizada, responsável e comprometida com sua atividade docente;
- Conhecer os processos de ensinar e apreender em diferentes meios socioculturais, de forma integrada e interdisciplinar;
- Usar os meios tecnológicos da comunicação e da informação em vista a inovação didática;
- Ter autonomia e criatividade nas tomadas de decisões;
- Respeitar e valorizar os diferentes saberes do campo, articulando com os conhecimentos científicos adquiridos na formação para a melhoria das condições educativas e sociais;
- Atuar com ética e compromisso com vista a colaborar na promoção à justiça social e à valorização do campo;
- Valorizar e promover o diálogo intercultural reconhecendo valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas próprias à cultura das populações do campo, dos povos indígenas, ribeirinhos quilombolas;
- Comprometer-se com o desenvolvimento profissional por meio de formação continuada pela busca de melhoria de condições do trabalho e salariais;
- Promover a produção de conhecimentos que garantam melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo;
- Problematizar a heterogeneidade da relação dos sujeitos com a terra, com o mundo do trabalho e com a cultura;
- Utilizar os conhecimentos da Física, da Biologia, da Química e da Matemática para explicar o mundo natural e para planejar, executar e avaliar intervenções práticas e transformadoras.



4.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática, da Universidade Federal de Roraima, forma, em nível superior, educadores com competência profissional e compromisso político para atuar nos componentes curriculares de Ciências e Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental e nos componentes curriculares de Química, Física, Biologia e Matemática do Ensino Médio, bem como nesses componentes curriculares na modalidade Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional. A formação oferecida permite ainda a participação do egresso na elaboração e execução de projetos educativos de desenvolvimento sustentável em espaços escolares e comunitários, organizações não-governamentais, órgãos públicos ou privados e movimentos sociais.

A formação por área de conhecimento possibilita ao egresso o exercício da docência multidisciplinar, a partir das áreas propostas. A formação do profissional contempla o domínio dos conteúdos e a compreensão crítica destes, de forma a contribuir para o trabalho coletivo e interdisciplinar.

A docência nas disciplinas de Química, Física, Biologia e Matemática, está fundamentada na formação oferecida no curso de Licenciatura em Educação do Campo, através das disciplinas de conteúdos básicos, estudos específicos de conteúdos profissionais essenciais, práticas de ensino e estágio, voltadas a cada uma dessas áreas.

O profissional formado neste curso poderá atuar em escolas, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como na Educação de Jovens e Adultos e/ou em outros espaços educativos formais e não-formais, conforme formação multidisciplinar apresentada. Bem como na gestão de processos educativos escolares, construção do projeto político-pedagógico e organização do trabalho pedagógico nas escolas.



5. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Paulo Freire (2005), maior educador brasileiro dos últimos tempos, nos deixou o legado de que a formação é o processo de humanização do homem. Desse modo, podemos dizer que formação é um processo de aprendizagem que engloba todas as experiências vividas em diferentes grupos referência (grupo familiar, grupo escolar, grupo comunitário, grupo religioso, grupo acadêmico, entre outros) ao longo da vida, o que pressupõe trocas, interações e a busca contínua de autonomia, de transformação e de libertação.

Para Gabriel (2011) os grupos referência são grupos a que pertencemos desde a mais tenra idade a exemplo dos grupos acima mencionados. Segundo a autora, esses grupos estruturam nossa forma de ser, de pensar e de agir. Ela explica que ao nos encontrarmos diante de uma situação-problema acionamos um dos referentes dos grupos referência a que estamos afiliados e tomamos decisões fundadas nessas referências. Esse conceito de grupos referência nos ajuda a sistematizar um Projeto Político Pedagógico fundado em princípios, valores, teorias, metodologias, epistemologias que nortearão a formação de professores da Educação Básica, em especial a formação de professores que atuarão no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio nas disciplinas de Física, Química, Biologia e Matemática.

A formação de professores por meio da Pedagogia da Alternância é organizada nas dimensões dialógica e dialética. Na primeira, o professor e o aluno estabelecem um diálogo em que são identificados os limites e as possibilidades na oferta da Educação do Campo e/ou na negação desse direito a jovens, adultos e as crianças do campo. A partir desse diálogo o formando é orientado para dimensão dialética da formação, isto é, compreender o processo de ação-reflexão-ação que norteia a Pedagogia da Alternância, na qual os estudos teóricos são realizados com intuito de promover a leitura da realidade e a ação dos alunos em suas comunidades os quais retornarão à academia para novas reflexões.

Desse modo, elencamos abaixo algumas competências e habilidades básicas a serem desenvolvidas durante o processo de formação e que se constituem como necessárias para a atividade profissional, a saber:

- Atuação de forma efetiva, ética, autônoma, coletiva, responsável, solidária e crítica nas atividades docentes;
- Problematização das diferenças existentes na realidade com uma totalidade inserida num contexto histórico e social;



- Compreensão do exercício da docência como uma ação educativa, envolvendo processos pedagógicos, metodológicos e intencionais, construído em relações sociais, étnicas e produtivas;
- Desenvolvimento de atividades capazes de gerar processos de ensino e aprendizagem significativos e transformadores;
- Domínio de conhecimento científico e metodológico das áreas de conhecimento de sua formação, para promoção do acesso aos bens culturais as populações do campo para o seu desenvolvimento sustentável;
- Conhecimento das demandas educacionais e sociais oriundas do campo, por meio da educação continuada nas várias áreas do conhecimento científico;
- Desenvolver ações que potencializem a valorização do campo como espaço de experiências e ressignificações da vida, visando um novo modelo de desenvolvimento do campo.

Estas competências serão traduzidas em habilidades, dentre elas:

- Identificar-se como sujeito histórico das transformações no espaço social, geográfico e cultural;
- Leitura e compreensão de texto para comunicação e desenvolvimento de competências linguísticas;
- Conhecimento dos processos históricos de formação e dos movimentos sociais;
- Contextualização das alternativas do Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural, Solidário, Social e Sustentável (PADRES) para as práticas agrícolas;
- Respeito as diferentes manifestações culturais, identitárias no campo educativo e social;
- Ser capaz de relacionar os fenômenos físicos e sociais no cotidiano com os conhecimentos científicos;
- Avaliar atividades e ações para promoção do processo de ensino e aprendizagem;
- Criatividade e dinamicidade diante das situações problemas;
- Trabalho coletivo durante a formação e atuação pedagógica;
- Planejamento e avaliação da atividade docente;
- Articulação do conhecimento científico e tecnológico numa perspectiva multi e interdisciplinar.



6. PERFIL DO INGRESSO

Com o propósito de garantir o direito à educação para as populações do campo, optamos por priorizar a oferta do curso para jovens e adultos que residam no campo e que tenham concluído o Ensino Médio. Dessa maneira, o processo seletivo específico ocorre em período determinado pelo calendário da Universidade Federal de Roraima, respeitando algumas especificidades, proporcionando acesso à licenciatura para:

- Docentes em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior;
- Trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- Jovens e adultos que participam de ações educativas nas diversas organizações, Movimentos Sociais e rurais;
- Funcionários lotados em escola do campo;
- Pessoas que atuam como educadores ou coordenadores de escolarização básica em comunidades rurais;
- Moradores de comunidades do campo, povos das águas e das florestas;
- E, por fim, todos aqueles que têm interesse em formação superior voltada para docência nas áreas do campo.



7. FORMAS DE INGRESSO

O Processo Seletivo será realizado através de Vestibular¹ uma vez por ano e por meio de uma prova objetiva de múltipla escolha, elaborada de forma diferenciada por uma comissão professores convocados pela Comissão Permanente de Vestibular (CPV-UFRR). Serão ofertadas 30 vagas anualmente para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, para a área de concentração em **Ciências da Natureza e Matemática (CNM)**, em período integral na perspectiva da Pedagogia da Alternância.

¹Consoante à orientação do PRONACAMPO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18726:formacao-inicial-econtinuada-de-professores&catid=194:secad-educacao-continuada.



8. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso terá duração de 4 anos, dividido em 8 semestres, organizados através da Pedagogia da Alternância, que tem por objetivo relacionar o processo de ensino/aprendizagem com as experiências identitárias e sociais dos alunos.

O método da Alternância consiste na articulação entre Tempo- Universidade (TU) e Tempo- Comunidade (TC). O programa de cada disciplina se inicia nos encontros presenciais do TU e tem continuidade quando os alunos retornam às suas comunidades, onde eles concluirão as atividades didático-pedagógicas que cada professor orienta conforme os estudos teóricos/práticos realizados em sala de aula, constituindo o período TC.

8.1 MATRIZ CURRICULAR

Quadro 01: matriz curricular do curso

Nome do Curso	Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática	
Modalidade de grau	Licenciatura	
Modalidade de ensino	Presencial	
Turno(s) de funcionamento	Matutino-Vespertino (Integral)	
Carga horária total	3.365h	
Duração do curso	4 anos	
Número de vagas ofertadas	30 vagas	
Ato Legal Autorizativo	Portaria nº. 68 – SERES/MEC de 01/10/2015, Resolução n 008/2010 CEPE e Resolução 007/2010 CUNI	
Código do curso no E-MEC	880226	
Conceitos do MEC para o curso nos dois últimos ciclos avaliativos		
Conceito Preliminar de Curso – CPC (2014)	Ano 2014	
	Conceito 3	
Conceito de Curso – CC (2014)	Ano 2014	
	Conceito 3	

8.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular está organizada na proposição de um conjunto de atividades acadêmicas que nortearão a formação do educando, tais como: disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, trabalho de conclusão de curso, atividades de extensão e atividades complementares.



Conforme o Art. 23 da Resolução no 013/2017-CEPE, um componente obrigatório é um elemento comum a todos os alunos do curso, cujo cumprimento é indispensável a integralização curricular; um componente eletivo é de livre escolha do aluno e representa uma oportunidade de aprofundamento ou direcionamento em uma área de interesse do aluno, e complementa sua formação acadêmica.

As disciplinas serão ofertadas semestralmente, em uma sequência lógica obedecendo ao sistema de pré-requisito, que o discente deverá obedecer antes da solicitação de uma determinada disciplina. A duração mínima do curso será de 4 (quatro) anos e a máxima de 8 (oito) anos, sendo o tempo médio de 4 (quatro) anos, onde o discente deverá cursar uma carga horária total de 3.365 horas. Nesse contexto, o curso de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza e Matemática está organizado da seguinte forma:

- 2.865 horas de componente curricular obrigatória;
- 180 horas de componente curricular eletiva;
- 120 horas de Trabalho de Conclusão de Curso; e
- 200 horas de Atividades complementares.

8.3 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 07/2018 e a Resolução CEPE/UFRR Nº 040, de 24 de agosto de 2021, a Extensão na Educação Superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e a organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, visando atender aos documentos nacionais que tratam das políticas para a Educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, da LDB 9.394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior e ao Plano Nacional de Extensão, além das normatizações da UFRR.

A meta do PNE, que trata de créditos curriculares para extensão universitária, prevê que no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, sejam dedicados a programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

A participação do estudante nas ações de extensão deve estar articulada ao ensino e a pesquisa, e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-



científico e pedagógico. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do LEDUCARR prevê direcionamento de no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária total do curso para atividades de extensão distribuídos em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. Essas atividades serão planejadas e organizadas visando proporcionar uma formação cidadã, crítica e responsável através de diálogo e interação dos licenciandos às questões do contexto social a partir de disciplinas que compõem o currículo do curso, sem prejuízo de outras atividades de extensão desenvolvidas em Projetos de Extensão não vinculados a disciplinas.

Logo, a forma de execução dos componentes curriculares relativos à atividade de extensão a ser adotada pelo curso conforme Resolução 040-CEPE/2021 é o Componente Misto de Extensão (CME), componente curricular que inclui, além de carga horária de aulas teóricas e/ou práticas, também atividades de extensão.

Considerando o melhor aproveitamento de tais atividades no processo formativo dos licenciandos, a natureza da extensão e as características das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, algumas disciplinas passaram a adotar e outras a contemplar formalmente carga horária destinada à extensão em sua organização.

A expressão formalizar a carga horária destinada a atividades de extensão, se remete ao fato de algumas disciplinas do curso já comportarem atividades características de extensão na organização didático pedagógica do Tempo Comunidade, que visa uma aproximação do estudante à comunidade, munido dos fundamentos teóricos construídos no Tempo Universidade. Parte das atividades de Tempo Comunidade da Licenciatura em Educação do Campo envolvem ações desenvolvidas em instituições de ensino, especialmente a escola, mas também podendo abranger cooperativas e associações.

Essas atividades são fundamentais ao processo formativo docente e reforçam os vínculos comunitários. Nesse sentido, cabe inicialmente destacar o conceito de prática pedagógica, que segundo Gatti (2014), é por definição a união de teoria e prática no exercício de ensinar e apreender conhecimento na ação pedagógica. Essas práticas envolvem tomar consciência de todo o processo educativo e as ferramentas utilizadas pelos professores para que ele aconteça. Embora, a orientação comum seja considerar a atividade educacional pedagógica somente no plano expositivo da aula, ou seja, o visível apresentado pelo professor durante cada aula, as características da prática pedagógica podem e devem ir além das paredes de uma sala de aula ou dos limites físicos da escola, independentemente do nível de ensino.



De acordo com a autora supracitada, é possível perceber que os limites das atividades caracterizadas como prática pedagógica são amplos, de forma que, com base nesse entendimento, resta claro que a prática pedagógica não se descaracteriza por ser desenvolvida em atividades de extensão. Nesse sentido, parte da carga horária das disciplinas de Metodologia serão realizadas através de atividades de extensão. Tendo em vista que a Resolução 40/2021 CEPE, determina: “§ 3º Nos cursos que adotam a pedagogia da alternância como princípio e forma de organização do ensino, deverão incluir em suas propostas pedagógicas, especificamente nas atividades do “tempo comunidade” ou “tempo comunitário”, aquelas correspondentes às atividades de extensão”, destinar parte da carga horária da disciplina de Metodologia à extensão promove uma melhor formação aos discentes, ao propor o desenvolvimento de atividades de prática nas escolas das comunidades originárias dos alunos da Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse mesmo sentido, as demais atividades de extensão, organizadas como parte da carga horária de disciplinas do curso, serão planejadas para serem desenvolvidas no Tempo Comunidade, conforme normativa, articulando prática e teoria para fomentar a formação docente em andamento.

Cabe ressaltar ainda que de acordo com o disposto na Resolução 40/2021 do CEPE a carga horária de extensão realizada nas disciplinas do curso deve ser comprovada para fins de reconhecimento de seu cumprimento. Portanto, deverão ser construídas coletivamente diretrizes e orientações no âmbito do curso para consolidação de um Programa de Extensão, que viabilize as ações de extensão relacionadas às disciplinas que estiverem sendo ofertadas a cada semestre letivo.

Quadro 02: Componentes curriculares com carga horária dedicada as atividades de extensão.

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão
LEDC 124	Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas	60h	15h
LEDC 114	Psicologia, Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem	60h	15h
LEDC 116	Didática Geral	60h	15h
LEDC 122	História Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo	45h	15h
LEDC 118	Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença	60h	15h
LEDC 126	Narrativas Autobiográficas, Identidade e Cultura	60h	15h
LEDC 223	Química I	60h	15h
LEDC 246	Biologia III	60h	15h
LEDC 251	Física IV	60h	15h
LEDC 222	Matemática II	60h	15h
LECD 231	Matemática III	60h	15h
LECD 262	Matemática IV	60h	15h
LECD 243	Física III	60h	15h
LEDC 232	Física II	60h	15h
LEDC 233	Química II	60h	15h



LEDC 245	Metodologia para o Ensino de Matemática	105h	30h
LECD 255	Metodologia para o Ensino de Ciências e Biologia	105h	30h
LECD 263	Metodologia para o Ensino de Ciências e Física	105h	30h
LECD 273	Metodologia para o Ensino de Ciências e Química	105h	30h
TOTAL			345h

Os componentes curriculares estão organizados de acordo com a seguinte estrutura apresentada a seguir.

ESTRUTURA CURRICULAR

1º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 111	Educação do Campo	60h	-	4	-
LEDC 112	Leitura e Produção Textual	60h	-	4	-
LEDC 113	Agroecologia	30h	-	2	-
LEDC 211	Introdução a Física na Agricultura	60h	-	4	-
LEDC 114	Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem	60h	15h	4	-
LEDC 212	Matemática I	60h	-	4	-
LEDC 115	Fundamentos da Tecnologia	60h	-	4	-
LEDC 213	Química e Sociedade	60h	-	4	-
TOTAL		450h	15h	30	

2º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 116	Didática Geral	60h	15h	4	-
LEDC 117	Introdução a Filosofia	60h	-	4	-
LEDC 118	Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença	60h	15h	4	-
LEDC 222	Matemática II	60h	15h	4	-
LEDC 223	Química I	60h	15h	4	-
LEDC 224	Biologia I	60h	-	4	-
LEDC 225	Física I	60h	-	4	-
TOTAL		420h	60h	28	-

3º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 221	Metodologia Científica para Educação do Campo	60h	-	4	-
LEDC 120	Antropologia e Identidade	60h	-	4	-
LEDC 231	Matemática III	60h	15h	4	-
LEDC 121	Libras e Educação	60h	-	4	-
LEDC 232	Física II	60h	15h	4	-
LEDC 233	Química II	60h	15h	4	-
LEDC 234	Biologia II	60h	-	4	-
TOTAL		420h	45h	28	-



4º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 241	Gramática, Texto e Redação Científica	60h	-	4	-
LEDC 122	História Agrária e Movimentos Sociais do Campo	45h	15h	3	-
LEDC 242	Química III	60h	-	4	-
LEDC 243	Física III	60h	15h	4	-
LEDC 245	Metodologia para o ensino de Matemática	105h	30h	7	-
LEDC 246	Biologia III	60h	15h	4	-
TOTAL		390h	75hh	26	-

5º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 123	Educação e Agroecologia	30h	-	2	-
LEDC 251	Física IV	60h	15h	4	-
LEDC 252	Estágio em Matemática	105h	-	7	LEDC 245
LEDC 253	Química IV	60h	-	4	-
LEDC 254	Biologia IV	60h	-	4	-
LEDC 255	Metodologia para o ensino de Ciências e Biologia	105h	30h	7	-
TOTAL		420h	45h	28	-

6º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 261	Estágio em Biologia	105h	-	7	LEDC 255
LEDC 124	Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas	60h	15h	4	-
LEDC 262	Matemática IV	60h	15h	4	-
LEDC 263	Metodologia para o Ensino de Ciências e Física	105h	30h	7	-
	Eletiva 1	60h	-	4	-
TOTAL		390h	60h	26	-

7º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 185	TCC 1	60h	-	4	-
LEDC 271	Estágio em Física	105h	-	7	LEDC 263
LEDC 126	Narrativas, Autobiográficas, Identidade e Cultura	60h	15h	4	-
LEDC 272	Matemática V	60h	-	4	-
LEDC 273	Metodologia para o Ensino de Ciências e Química	105h	30h	7	-
	Eletiva 2	60h	-	4	-
TOTAL		450h	45h	30	-

8º Semestre

Código	Disciplina	CH	CH de Extensão	CR	Pré-Requisito
LEDC 187	TCC 2	60h	-	4	LEDC 185

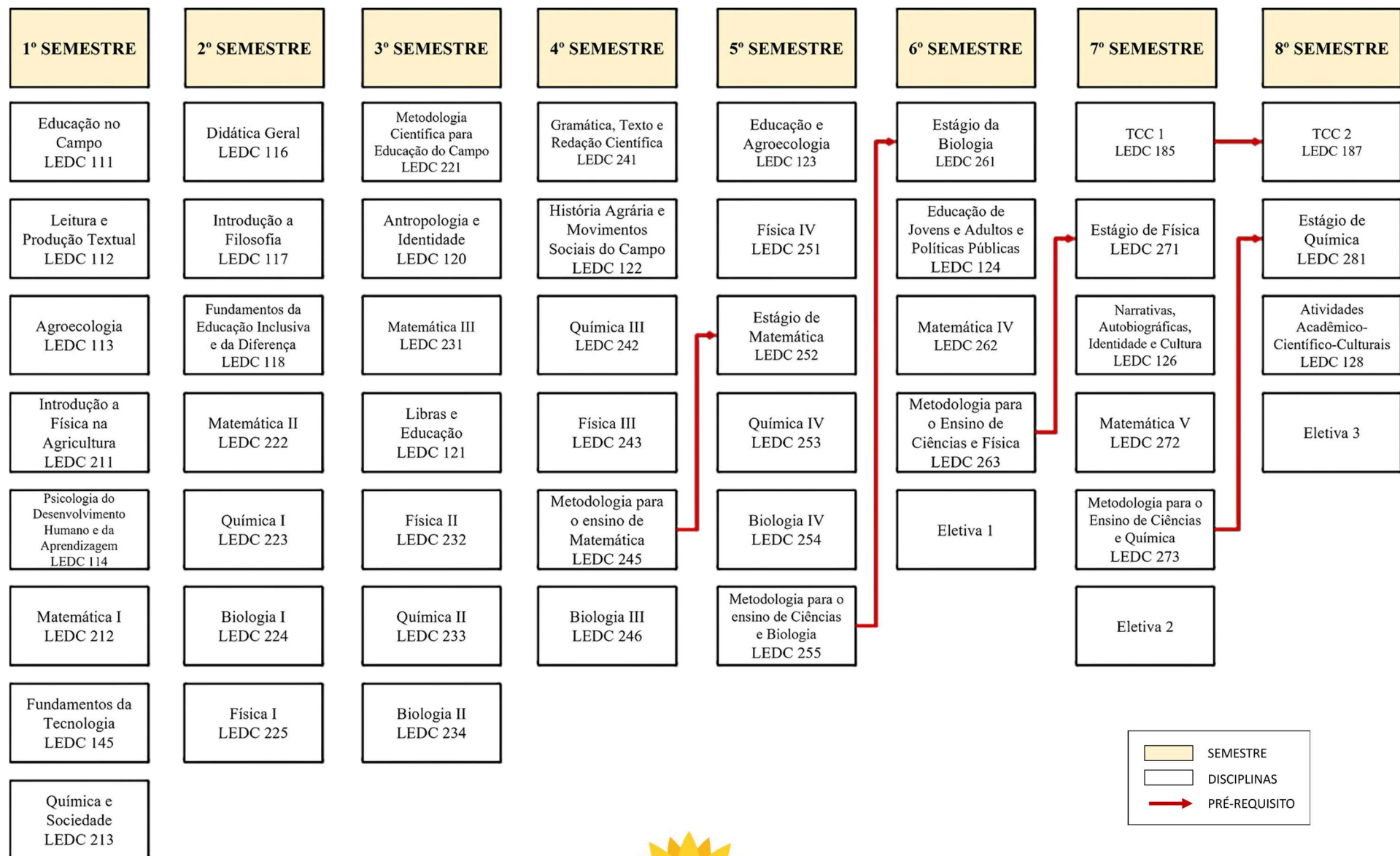


LEDC 281	Estágio em Química	105h	-	7	LEDC 273
LEDC 128	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h	-	-	-
	Eletiva 3	60h	-	4	-
TOTAL		425h	-	15	

Abaixo apresenta-se o fluxograma com a distribuição de disciplinas ao longo dos oito semestres do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática.



Quadro 03: Fluxograma da matriz curricular do curso



As disciplinas foram organizadas em seis núcleos, a saber: núcleo básico de formação geral, de formação específica e interdisciplinar, de práticas de ensino, de estágio, de formação complementar e atividades de extensão. Este núcleo é composto pelas matérias que fornecem o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado.

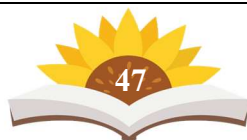
O núcleo básico de formação geral, corresponde a uma carga horária de 885 horas relativas a 16 disciplinas que correspondem a 26,2% das disciplinas do CNM. Já o núcleo de formação específica é composto de disciplinas destinadas à caracterização da identidade profissional, que geram as grandes áreas que definem plenamente o perfil do profissional da educação do campo, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Desta forma, nessa nova estrutura curricular, está previsto um total de 1140 horas, relativas a 19 disciplinas obrigatórias profissionalizantes essenciais, o que corresponde a 33,8% das disciplinas de CNM.

De acordo com as diretrizes curriculares, o núcleo de práticas de ensino é composto das matérias destinadas a prática metodológica e deve conter no mínimo 400 horas. Desta forma, nessa nova estrutura curricular, está previsto um total de 420 horas, relativo a 04 disciplinas obrigatórias profissionalizantes essenciais, o que corresponde a 12,5% das disciplinas de CNM.

O núcleo de estágio é composto de atividades destinadas ao acompanhamento do estudante com a prática docente, na vivência entre teoria e prática e deve conter no mínimo 400 horas. Desta forma, nessa nova estrutura curricular, está previsto um total de 420 horas, relativa a 04 disciplinas obrigatórias profissionalizantes essenciais, o que corresponde a 12,5% das disciplinas do CNM. O núcleo de formação complementar é composto por 2 disciplinas mais as atividades complementares, totalizando assim 320h que corresponde a 9,6% da carga horária das disciplinas. O quadro 04 apresenta os núcleos de conhecimento do curso.

Quadro 04: Núcleos de conhecimento, conforme as diretrizes curriculares do curso.

Núcleo Obrigatório	Disciplina	Código	CH
NÚCLEO BÁSICO DE FORMAÇÃO GERAL	Educação do Campo	LEDC 111	60h
	Agroecologia	LEDC 113	30h
	Educação e Agroecologia	LEDC 123	30h
	História Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo	LEDC 122	45h
	Didática Geral	LEDC 116	60h
	Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas	LEDC 124	60h
	Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem	LEDC 114	60h
	Fundamentos da Tecnologia	LEDC 115	60h
	Leitura e Produção Textual	LEDC 112	60h
	Gramática, Texto e Redação Científica	LEDC 241	60h



	Introdução a Filosofia	LEDC 117	60h
	Antropologia e Identidade	LEDC 120	60h
	Narrativas Autobiográficas, identidade e cultura	LEDC 126	60h
	Metodologia Científica para Educação do Campo	LEDC 221	60h
	Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença	LEDC 118	60h
	Libras e Educação	LEDC 121	60h
NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Biologia I	LEDC 224	60h
	Biologia II	LEDC 234	60h
	Biologia III	LEDC 246	60h
	Biologia IV	LEDC 254	60h
	Introdução a Física na Agricultura	LEDC 211	60h
	Física I	LEDC 225	60h
	Física II	LEDC 232	60h
	Física III	LEDC 243	60h
	Física IV	LEDC 251	60h
	Matemática I	LEDC 212	60h
	Matemática II	LEDC 222	60h
	Matemática III	LEDC 231	60h
	Matemática IV	LEDC 262	60h
	Matemática V	LEDC 272	60h
	Química e Sociedade	LEDC 213	60h
	Química I	LEDC 223	60h
	Química II	LEDC 233	60h
Química III	LEDC 242	60h	
Química IV	LEDC 253	60h	
NÚCLEO DE PRÁTICA DE ENSINO	Metodologia para o ensino de Biologia	LEDC 255	105h
	Metodologia para o ensino de Física	LEDC 263	105h
	Metodologia para o ensino de Matemática	LEDC 245	105h
	Metodologia para o ensino de Química	LEDC 273	105h
NÚCLEO DE ESTÁGIO	Estágio em Biologia	LEDC 261	105h
	Estágio em Física	LEDC 271	105h
	Estágio em Matemática	LEDC 252	105h
	Estágio em Química	LEDC 281	105h
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Trabalho de Conclusão de Curso I	LEDC 185	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso II	LEDC 187	60h
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	LEDC 128	200h

O núcleo de disciplinas eletivas, encontra-se disponível aos alunos com 180 horas de disciplinas eletivas, que correspondem a 5,4% das disciplinas de CNM da carga horária total. Essas disciplinas têm o propósito de oferecer aos alunos, conforme sua escolha, aprofundamento teórico nas áreas de formação, de acordo com a disposição das disciplinas contidas no Quadro 05.

Quadro 05: Núcleo de conhecimento das disciplinas eletivas.

NÚCLEO PROFISSIONAL ESPECÍFICO	DISCIPLINAS	CÓDIGO	CH
Núcleo Básico de formação	Fronteiras, migrações e territorialidades.	LEDC 411	60h



Profissional	Literatura em Roraima	LEDC 412	60h
	Arte educação e ensino de ciências	LEDC 413	60h
	História de Roraima	LEDC 420	60h
	Literatura e Cultura Afro-brasileira	LEDC 373	60h
	Antropologia e Educação	LEDC 416	60h
Núcleo Específico de formação Profissional	Educação e percepção ambiental	LEDC 414	60h
	Noções de economia solidária	LEDC 415	60h
	As TIC's no Ensino de Ciências	LEDC 417	60h
	Etnobiologia e Ensino de Ciências e Biologia	LEDC 418	60h
	Estatística e Probabilidade	LEDC 419	60h
	História e Filosofia das Ciências e Matemática	LEDC 421	45h

Quadro 06: Distribuição da carga horária e créditos dos componentes curriculares constantes na estrutura curricular, associados aos núcleos de conhecimento descritos nas diretrizes curriculares do curso de Ciências da Natureza e Matemática

COMPONENTES CURRICULARES CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA (C.C. CNM)	NÚMERO DE C.C.	CRÉDITOS **	CARGA HORÁRIA (h/a)	% CH
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	(43)	(191)	(2.865)	(85)
Núcleo Básico de Formação Geral	16	59	885	26,2%
Núcleo Específico – Ciências da Natureza e Matemática	19	76	1140	33,8%
Núcleo de Prática de Ensino	4	28	420	12,5%
Núcleo de Estágio	4	28	420	12,5%
DISCIPLINAS ELETIVAS/OPTATIVAS LIVRES	3	12	180	5,4%
Núcleo Profissionais Específicos	3	12	(180)	5,4%
TOTAL PARCIAL 1	46	203	3.045	90,4 %
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I	1	04	60	1,8%
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II	1	04	60	1,8%
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC	1	-	200	6%
TOTAL PARCIAL 2	3	8	320	9,6%
TOTAL GERAL (1+2)	49	211	3.365	100%

OBS.: As ementas dos componentes curriculares estão apresentadas no Apêndice A do PPC.



9. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As atividades complementares do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo constituem um conjunto de atividades que aproveitam os conhecimentos adquiridos pelo discente, dentro e/ou fora do ambiente acadêmico, por meio de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, com a finalidade de enriquecer o processo de ensino aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.

O aproveitamento da carga horária referente às atividades complementares fica a cargo da coordenação do curso de graduação Licenciatura em Educação do Campo, mediante a devida comprovação, de acordo a Resolução nº 14/2012 – CEPE, e de normatizações específicas aprovadas pelo conselho do curso (apêndice D), conforme prevista na resolução citada. Todo aluno do curso deve obrigatoriamente realizar 200 horas de atividades complementares para se formar, que deverão ser cumpridas durante o curso. O aproveitamento de estudos e práticas a distância limita-se a uma carga horária máxima de 30 horas.

Os discentes devem encaminhar solicitação da integralização de atividades complementares à coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo com os comprovantes de participação nas atividades desenvolvidas. A coordenação do curso designará uma comissão constituída por três docentes do curso, para avaliar o desempenho do discente nas atividades complementares, atribuindo nota 0 (zero) em caso de não cumprimento da carga horária ou 10 (dez) no caso do cumprimento da carga horária exigida.

As atividades complementares poderão ser desenvolvidas, no decorrer do curso pelo discente, nas seguintes categorias: ensino, pesquisa e extensão. O discente deverá cumprir a carga horária total das atividades complementares em pelos menos duas categorias. As atividades complementares e suas respectivas cargas horárias estão discriminadas no Quadro 07.

Quadro 07: Atividades complementares do curso de Licenciatura em Educação do Campo LEDUCARR da UFRR. Boa Vista, 2020

Categoria da atividade	Tipo de atividade	Carga horária (horas)	Documentos comprobatórios
Atividades de Ensino	Participação no Programa de Educação Tutorial (PET)	5 por semestre	Documento Comprobatório da PROEG ou do Tutor
	Participação no programa de monitoria como bolsista ou voluntário em disciplinas do curso	5 por semestre	Documento Comprobatório da PROEG
Atividades de Pesquisa	Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica	5 por semestre	Documento Comprobatório da PRPPG ou equivalente
	Resumo simples como 1º autor	5 por	Certificado de Apresentação e



	publicado em anais de eventos científicos	resumo	cópia do trabalho
	Resumo simples como coautor publicado em anais de eventos científicos	3 por resumo	Certificado de Apresentação e cópia do trabalho
	Certificado de Apresentação e cópia do trabalho	8 por resumo expandido	Certificado de Apresentação e cópia do trabalho
	Resumo expandido publicado como coautor em anais de eventos científicos	5 por resumo expandido	Certificado de Apresentação e cópia do trabalho
	Artigo científico publicado como 1º autor em revista com Qualis	15 por artigo	O artigo publicado ou aceite da revista
	Artigo científico publicado como coautor em revista com Qualis	10 por artigo	O artigo publicado ou aceite da revista
	Livro publicado na área	15 por livro	Cópia da capa do livro e da ficha catalográfica
	Capítulo de livro publicado na área	8 por capítulo de livro	Cópia da capa do livro, da ficha catalográfica e primeira página do capítulo
	Apresentação de trabalho em evento científico	4 por trabalho	Certificado do evento
Atividade de Extensão	Participação como bolsista ou voluntário em projeto ou atividade de extensão	5 por semestre	Documento comprobatório da PRAE ou Equivalente
	Participação em congressos nacionais e internacionais	15 por evento	Certificado do evento
	Participação em congressos regionais, locais e Semana da Educação do Campo	8 por evento	Certificado do evento
	Simpósios, conferências, encontros científicos, semana acadêmica (outros cursos) e workshops	4 por evento	Certificado do evento
	Palestras e Aula Magna	1 por evento	Certificado do evento
	Apresentação de palestras em seminários e simpósios	3 por palestra	Certificado do evento
	Cursos específicos e/ou áreas afins com carga horária igual ou superior a 20 horas	5 por curso	Certificado do evento ou da comissão com carga horária
	Cursos específicos e/ou afins da área com carga horária entre 10 e 20 horas	3 por curso	Certificado do evento ou da comissão com carga horária
	Participação em Projeto de Extensão Cadastro na PRAE	5 por semestre	Certificado
	Participação como colaborador na Organização de eventos	5 por evento	Certificado

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado – ECS deve ser compreendido como um tempo destinado a um processo de ensino e aprendizagem, é reconhecer que apesar da formação obtida em sala de aula ser importante, somente esta não é suficiente para formar um profissional.

O ECS é uma atividade acadêmica obrigatória específica, definida como o ato educativo escolar, de aprendizagem técnica, científica, social e cultural, inerentes à atividade profissional e à contextualização curricular, desenvolvido em ambiente de trabalho. A incursão do aluno em um ambiente de trabalho, convivendo com profissionais de diferentes perfis, com leituras distintas da realidade é indispensável para potencializar a capacidade crítica do indivíduo.

O objetivo do estágio é vincular a teoria e a prática em uma situação de aprendizagem. O Estágio Supervisionado ocorrerá a partir do 5º semestre e corresponde a 420 horas para a área de concentração de Ciências da Natureza e Matemática. O Estágio Supervisionado será organizado em quatro disciplinas específicas com carga horária de 105 horas cada: Física, Química, Biologia e Matemática.

O Estágio Curricular Supervisionado deverá compreender orientação e supervisão do desenvolvimento de práticas **nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio**, de modo que ficará a cargo do aluno optar pela realização do estágio em um dos níveis de ensino. Busca-se que o aluno possa conhecer uma diversidade de realidades, durante os períodos de observação e de realização das práticas supervisionadas. A regulamentação do Estágio, aprovado pelo conselho de curso encontra-se no apêndice C.



11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

A organização do TCC deve levar em consideração um objetivo vinculado, a uma área específica de interesse do aluno articulando teorias, metodologias e práticas estudadas durante o curso. Nesse modo, o TCC para a área Ciências da Natureza e Matemática devem ter como modalidade: a monografia, o artigo científico, a narrativa autobiográfica de formação, memorial, material didático e paradidático² e vídeo documentário tendo como pré-requisito o projeto elaborado ao longo da disciplina referente a Metodologia da Pesquisa com o foco nas problematizações da realidade do campo.

O TCC integraliza carga horária de 120 horas em dois semestres letivos, nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. As normas regulamentares do TCC do Curso Ciência da Natureza e Matemática estão em conformidade com a Resolução 011/2012-CEPE e pelo regulamento do curso (LEDUCARR/CNM) para o Trabalho de Conclusão de Curso, conforme APÊNDICE B. De acordo com a Resolução no 011/2012-CEPE, a formatação final do TCC deverá estar de acordo com as Normas para Elaboração de Trabalhos Científicos em vigência na UFRR ou, em casos omissos, de acordo com normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

² Para Trabjer e Manzochi (1996), a diferença entre material didático (MD) e paradidático (MP) é que o primeiro tem estruturação baseada no currículo oficial escolar; já o segundo é resultado da fusão de intenções básicas: ensina, diverte e, dependendo da orientação do professor/escola, pode ser utilizado em atividades dentro ou fora do horário escolar.



12. METODOLOGIA DE ENSINO

A proposta metodológica do curso de licenciatura em Educação do Campo se propõe a garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade na formação docente. Assim, o eixo central da proposta é responder ao desafio da complexidade do seu próprio objeto de estudo, ou seja, a necessidade de encontrar indicativo capaz de ofertar no processo de formação docente, transformações didáticas e pedagógicas.

A proposta pedagógica do curso é fundamentada na Pedagogia da Alternância e tem como princípio possibilitar o acesso ao Ensino Superior às populações do campo em regime de alternância entre o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC), de modo a permitir a necessária dialética entre educação e experiência, oferecendo preparação específica para o trabalho pedagógico com as famílias e ou grupos sociais de origem dos estudantes, para liderança de equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável.

A alternância pode ser resumida em três pilares básicos:

1. O espaço de saber não se limita ao espaço universitário. Por isso, o saber também está no campo, na comunidade. Com isso quebra-se um valor historicamente construído pelas sociedades burguesas. Entende-se que o campo tem vida e aprendizagens significativas importantes para a construção de novos saberes críticos e reflexivos;
2. No processo de alternância, o docente da educação superior é importante; mas, se conta com professores da educação básica, representantes de movimentos sociais, o agricultor que possui experiências, dentre outros;
3. Decorrente dos dois primeiros, constrói-se novas possibilidades de ensino e aprendizagens: se aprende em grupo, pelo saber, pela experiência do cotidiano dos sujeitos nas comunidades. É a vida que tem grande significado no processo de elaboração do pensamento crítico.

Com isso, são elaboradas novas metodologias, técnicas de “ensino” e aprendizagens diversas.



13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

O Projeto Pedagógico do curso, deverá ser avaliado de forma contínua pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza e Matemática, propondo alterações sempre que necessário. Essas propostas deverão ser discutidas e aprovadas pelos membros do colegiado do curso. Será realizado um acompanhamento do PPC por meio da atuação conjunta da Coordenação de Curso, o NDE e o Corpo Docente do Curso.

A coordenação do curso será encarregada em garantir a execução do Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, deverá atuar como articuladora e proponente das políticas e práticas pedagógicas; integrar o corpo docente que trabalha no curso; discutir com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular; articular a integração entre o corpo docente e discente; e acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir novas orientações.

O Núcleo Docente Estruturante, deve assumir o papel de articulador da formação acadêmica, auxiliando a coordenação na definição e acompanhamento das atividades didáticas do curso. Além disso, deve atuar juntamente com a coordenação, no processo de ensino/aprendizagem, com o intuito de garantir que a formação prevista no projeto pedagógico ocorra de forma plena, contribuindo para a inserção adequada do futuro profissional na sociedade e no mercado de trabalho. Dessa forma, monitorando e avaliando a execução do PPC, a fim de propor melhorias de forma contínua.

As ações relacionadas aos aspectos didáticos pedagógicos se desenvolverão nas reuniões do corpo docente, registradas em ata, no início de cada período letivo, com objetivo de:

- Analisar os planos de ensino e de trabalho, buscando melhorar a qualidade de ensino e a integração dos conteúdos;
- Discutir as questões relativas ao conteúdo das disciplinas;
- Refletir sobre os mecanismos de avaliação docentes e discentes;
- Analisar questões relativas à repetência e evasão;
- Analisar e refletir constantemente o processo de inclusão e permanência do aluno no curso no sistema da Pedagogia da Alternância.



A universidade conta ainda o Sistema de Avaliação das Atividades de Ensino (SAAE) que foi instituído pela Resolução nº 017/2016 (CEPE), que definiu um sistema formado por três módulos de avaliação: docente, dos conteúdos dos cursos e de autoavaliação discente, todos formados por questionários respondidos pelos discentes da instituição, que não são identificados. Os alunos reprovados por falta ou com matrícula trancada não participam do processo avaliativo.

As coordenações de cursos, Núcleo Docente Estruturante e professores tem acesso as avaliações por disciplina, o que possibilita a avaliação da qualidade do ensino oferecido nos cursos, bem como fornecer elementos para o planejamento da política didático-pedagógica institucional.



14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO DISCENTE

A avaliação de rendimento escolar é regida pela Resolução 015/2006-CEPE. A avaliação é um instrumento de melhoria do ensino e da aprendizagem, em que as estratégias e os instrumentos de avaliação possam caracterizar-se pela reflexão teórico-prática a respeito dos conteúdos previstos nos projetos e planos de ensino dos componentes curriculares.

Neste contexto a avaliação concretizar-se-á em um processo de aprendizagem significativa, considerando os processos de construção de conhecimentos pelos discentes. Isto implica entender o discente como criativo, participativo, com autonomia e capacidade de tomar decisões e de negociar significados. O discente não pode ser visto como mero reproduzidor de conhecimento e o professor não pode ser simplesmente um transmissor de informação.

Assim, é necessária uma avaliação contínua que reflita sobre:

- A organização do Curso;
- A estruturação e a implementação dinâmica do currículo integrado;
- A organização do processo ensino-aprendizagem;
- O processo de planejamento integrado;
- O estágio na relação com a atividade de projetos de intervenção como elemento formativo;
- A relação professor-aluno.

Quanto à avaliação do aproveitamento escolar das disciplinas serão utilizados, os itens abaixo objetivando o conhecimento adquirido no trabalho e na vida do campo:

- Provas escritas dissertativas individuais, com ou sem consultas;
- Trabalhos reflexivos individuais e/ou em grupos sobre temáticas e/ou bibliografia;
- Desenvolvimento de seminários sobre temáticas, teorias e/ou autores;
- Fichamento e resenha sobre autores e obras;
- Trabalhos e relatório sobre atividades pedagógicas de alternância com caráter teórico ou prático como: estudos de caso, pesquisa bibliográfica, temáticas teóricas e empíricas.

Outras formas de avaliação poderão ser elaboradas pelos docentes, aprovadas pelo colegiado, devendo-se observar que as verificações de aprendizagem, na forma não escrita devem, obrigatoriamente, utilizar registros adequados que possibilitem a instauração do



processo de revisão, exceto a aula prática do estágio supervisionado.

Será considerado APROVADO por média o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% das atividades da disciplina e obtiver média final igual ou superior a 7,0 sem a necessidade do exame de recuperação.

Terá direito a exame de recuperação o aluno que obtiver média final entre 6,0 e 6,9. Será considerado APROVADO em exame de recuperação, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% das atividades da disciplina e obtiver média igual ou superior a 6,0 após o exame de recuperação.

Será considerado REPROVADO o aluno que obtiver frequência inferior a 75% das atividades da disciplina ou que obtiver média final inferior a 6,0 antes e/ou após o exame de recuperação.



15. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS DO MEC

Os requisitos legais e normativos do MEC, a seguir discriminados, são essencialmente regulatórios, devendo ser atendidos na sua integralidade no PPC

Quadro 08: Requisitos legais normativos

	DISPOSITIVO LEGAL NORMATIVO	INDICAÇÃO DE ATENDIMENTO NO PPC
1	<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e indígena, nos termos da Lei no 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/03 e N° 11.645/08, e da resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentadas no parecer NE/CP N° 3/2004</p>	<p>No âmbito do curso a abordagem das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana são elementos importantes na formação do Educador do Campo. Neste sentido, tais conteúdos são evidenciados especialmente nas disciplinas obrigatórias Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença (LEDC 118) e na disciplina optativa Literatura e Cultura Afro-brasileira (LEDC 373).</p>
2	<p>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.</p>	<p>A prática pedagógica do curso é também orientada para a Educação em Direitos Humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais, onde os estudantes são estimulados para que sejam protagonistas da construção de sua educação, por meio de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana. Os temas relacionados aos Direitos Humanos serão tratados interdisciplinarmente, principalmente nas disciplinas obrigatórias: Antropologia e Identidade (LEDC 120); Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas (LEDC 124); e a eletiva: Fronteira, Migração e Territorialidade (LEDC 411).</p>
3	<p>Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</p>	<p>A UFRR possui o Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior (CONSTRUIR), fundado em 2007, com o apoio do Programa Incluir do MEC. Dentre seus principais objetivos, o núcleo inclui ações e favorece o amplo debate das questões voltadas à acessibilidade e inclusão, no âmbito da UFRR e da comunidade geral. A UFRR também oferece o Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), que realiza as modalidades de atendimento ludoterapia, psicoterapia individual e intervenção em psicologia escolar.</p>
4	<p>Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.</p>	<p>As Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida são acompanhadas em conjunto com o Núcleo CONSTRUIR, visando garantir acessibilidade e inclusão.</p>
5	<p>Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005)</p>	<p>Através do componente curricular obrigatório LEDC 121 – Libras e Educação com a carga horária de 60h.</p>



6	Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	No âmbito do curso a educação ambiental é um elemento importante na formação do Educador do Campo promovendo no egresso uma postura cidadã com base numa maior compreensão e percepção das interações sociais, econômicas e ecológicas, entendendo os processos conflituosos das ações antrópicas que possam gerar impactos positivos e ou negativos. Neste sentido, tal conteúdo será evidenciado especialmente nas disciplinas obrigatórias: Educação do Campo (LEDC 111); Agroecologia (LEDC 113); Educação e Agroecologia (LEDC 123); e nas eletivas: Educação e percepção ambiental (LEDC 414).
---	---	--



16. GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza e Matemática- faz parte do centro de Educação (CEDUC), seguindo seu regimento interno. O CEDUC foi criado pela Resolução nº012/2003-CUNI, de 17 de julho de 2003, é uma unidade administrativa e acadêmica, vinculada a Universidade Federal de Roraima. Sendo composto por órgão deliberativos, Direção e Órgãos de Coordenação e Comissão. Nestes órgãos estão inclusos o Conselho de Centro, Câmara da Graduação de Educação do Campo, Coordenação Geral da Graduação de Educação do Campo.

16.1 CONSELHO DE CENTRO

O Conselho de Centro é a instância Superior de deliberação e de recurso do CEDUC, em matéria acadêmica, didático-pedagógica e administrativo-financeira. A presidência do Centro de Educação será exercida pelo Diretor da unidade, conforme previsto na Resolução/CUNI nº 006/2007 Art. 7º § 1º inciso I.

O Conselho de Centro compõe-se dos seguintes membros:

- I. Presidente, Diretor do CEDUC;
- II. Coordenador Operacional da Graduação;
- III. Coordenador Operacional da Educação Básica;
- IV. Presidente da Câmara da Educação Básica;
- V. Presidente da Câmara de Graduação do Curso de Pedagogia;
- VI. Presidente da Câmara de Graduação do Curso de Psicologia;
- VII. Presidente da Câmara de Graduação do Curso de Educação do Campo;
- VIII. um representante docente efetivo da Educação Básica eleito pelos pares;
- IX. um representante docente substituto cedido da Educação Básica eleito pelos pares;
- X. um representante docente de cada curso de graduação, eleito pelos pares;
- XI. dois representantes do quadro técnico-administrativo, eleitos pelos pares;
- XII. representação discente dos cursos de graduação, conforme a legislação;
- XIII. um representante da Associação de Pais e Mestres, eleito em assembleia.

Compete ao Conselho de Centro do CEDUC:

- definir as diretrizes do CEDUC, com relação às áreas acadêmicas, didático-pedagógica e administrativo-financeira, respeitadas as normas estabelecidas pelas



instâncias superiores;

- baixar normas e regulamentar as oriundas de instâncias superiores;
- discutir e aprovar alterações no Regimento do CEDUC, desde que não modifiquem a natureza e os fins a que ele destina, conforme regem os Artigos 4º e 5º;
- discutir e aprovar o Plano de Atividades das Coordenações Gerais que compõem o CEDUC;
- discutir e aprovar o Relatório de Atividades das coordenações gerais que compõem o CEDUC;
- discutir e aprovar o Plano de Atividades Administrativas e Financeiras apresentado pela Direção;
- discutir e aprovar os projetos político pedagógicos dos diferentes níveis de ensino;
- deliberar sobre a política de convênios e contratos de interesse do CEDUC;
- Propor mudanças nas decisões do Centro referentes à organização e ao funcionamento do CEDUC;
- nomear comissões eleitorais para o processo de escolha do Diretor do CEDUC;
- aprovar a criação e a extinção de grupos de pesquisa no âmbito do CEDUC;
- deliberar, em grau de recurso, sobre assuntos de natureza acadêmica e didático-pedagógica, bem como sobre assuntos disciplinares;
- deliberar sobre atribuição de vagas na contratação de servidores docentes e técnico-administrativos;
- sugerir normas internas de funcionamento dos órgãos deliberativos, executivos e demais setores, quando houver;
- aprovar o Plano de Capacitação dos professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBBT) e do Magistério Superior do CEDUC;
- aprovar o Plano de Capacitação dos professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBBT) e do Magistério Superior do CEDUC;
- cumprir e fazer cumprir os dispositivos deste Regimento, em todas as instâncias, órgãos e setores do CEDUC, primando pela preservação da natureza e dos fins do CEDUC;
- aprovar a política de estágio curricular e extracurricular no âmbito do CEDUC;
- deliberar sobre os casos omissos ou não previstos no Regimento do CEDUC;
- homologar a indicação dos membros da comissão eleitoral para Direção de Centro



e Coordenações Gerais.

Os membros do Conselho do Centro excetuado o presidente, serão eleitos para um mandato de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução. Nas ausências ou impedimentos do Diretor, a presidência do Conselho Deliberativo será exercida por um dos Presidentes das Câmaras indicado pelo Diretor.

16.2 CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Câmara de Graduação do Curso de Educação do Campo é a instância deliberativa e de recurso em matérias didático-pedagógicas, disciplinares, organizacionais e administrativas do curso de Educação do Campo. A presidência da Câmara de Graduação da Educação do Campo será exercida pelo Coordenador Geral da Graduação do curso de Educação do Campo. Na falta ou impedimento do Presidente da Câmara de Graduação, a presidência será exercida por um dos coordenadores Pedagógico do curso de Educação do Campo e, no seu impedimento, pelo Coordenador de Estágio do curso de Educação do Campo.

A Câmara da Graduação do curso de Educação do Campo compõe-se dos seguintes membros:

- I. Coordenador Geral da Graduação de Educação do Campo;
- II. Coordenadores Pedagógicos do curso de Educação do Campo nas habilitações de Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática;
- III. Coordenadores de Estágio do curso de Educação do Campo nas habilitações de Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática;
- IV. Todos os docentes efetivos e substitutos do curso de Educação do Campo;
- V. Um representante dos técnico-administrativos eleito pelos seus pares;
- VI. Um representante dos estudantes do Curso de Educação do Campo de cada área, conforme legislação em vigor.

Compete à Câmara da Graduação de Educação do Campo:

- Aprovar a proposta de oferta de disciplinas prevista para cada semestre; acolher e discutir requerimentos encaminhados pelos alunos, professores e técnicos administrativos;
- acolher e discutir, em grau de recurso, requerimentos encaminhados pelos alunos, professores e técnicos administrativos;



- Propor mudanças curriculares dos cursos de graduação, encaminhando-as ao Conselho de Centro, para manifestação e encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Acompanhar e avaliar o processo de implantação de mudanças curriculares autorizadas;
- Acompanhar as decisões referentes à política educacional em todas as esferas, adotando as providências cabíveis para sua viabilização;
- Elaborar o Plano de Capacitação dos professores, submetendo-o ao Conselho de Centro e, em última instância, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Deliberar sobre questões de natureza acadêmica, organizacional e administrativa, relativas aos professores e técnicos administrativos, bem como zelar pelo seu cumprimento e deliberar sobre os casos omissos ou não previstos no âmbito da graduação.

A Câmara da Graduação da Educação do Campo terá normas de funcionamento elaboradas de acordo com este Regimento, respeitadas as normas estabelecidas pelas instâncias superiores e aprovados pelo CEPE.

16.3 DA DIREÇÃO GERAL DO CEDUC

A Direção Geral é o órgão que administra, coordena e superintende todas as atividades do CEDUC e será exercida pelo Diretor, nomeado na forma da lei, com direito a voto de gravidade conforme reza o estatuto e regimento da UFRR. O Diretor do CEDUC será eleito segundo as normas vigentes e nomeado pelo Reitor para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução. Nas faltas e impedimentos do Diretor, a direção do CEDUC será exercida por um dos Coordenadores Gerais indicado pelo Diretor. Verificada a vacância ou o impedimento do Diretor, o Reitor, ouvido o Conselho de Centro, designará diretor pro-tempore para a realização de nova eleição ou até que cesse o impedimento. São atribuições do Diretor:

- I. administrar e representar o CEDUC, dentro e fora da UFRR, em consonância com as normas internas;
- II. elaborar o Plano Anual de Atividades do CEDUC, ouvidas as Coordenações Gerais;
- III. executar, no que lhe couber, e acompanhara execução do Plano Anual de Atividades pelas outras instâncias;
- IV. garantir a circulação e o acesso de todas as informações de interesse à comunidade



- escolar;
- V. orientar, acompanhar e controlar todas as atividades administrativas relativas à folha de frequência, fluxo de documentos da vida funcional dos professores e do pessoal técnico e administrativo, de acordo com as normas estabelecidas pelo Estatuto e Regimento da UFRR;
 - VI. orientar e acompanhar o trabalho da Coordenação Geral Operacional para que as instalações físicas e os bens patrimoniais do CEDUC sejam mantidos e preservados, adotando medidas que estimulem à comunidade escolar a se responsabilizar pela sua conservação, informando aos órgãos competentes da Universidade as necessidades de reparos, reformas e ampliação, inclusive definindo critérios para ocupação e/ou cessão dos mesmos para outras atividades além daquelas vinculadas ao ensino;
 - VII. exercer poder disciplinar no âmbito de sua competência de acordo como Regimento da UFRR;
 - VIII. assinar todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos expedidos pelo CEDUC;
 - IX. fornecer, juntamente com os respectivos coordenadores, informações aos órgãos da Universidade, a outras instituições e aos usuários interessados;
 - X. zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas quanto ao regimento disciplinar para o pessoal técnico-administrativo e para o corpo docente;
 - XI. adotar medidas de emergência em situações não previstas neste Regimento, comunicando-as de imediato aos órgãos competentes da Universidade, ouvido o Conselho Deliberativo quando possível, ou ad referendum deste;
 - XII. quando for o caso, indicar no mês para os cargos de Coordenação e comissão, nas situações de faltas, impedimentos e vacância, para serem apreciados e aprovados pelo Conselho Deliberativo;
 - XIII. convocar o Conselho Deliberativo para discutir e deliberar sobre pauta previamente definida, presidindo suas reuniões, com direito de voto exclusivamente de desempate;
 - XIV. subsidiar as Coordenações Gerais com informações sobre os fundamentos, princípios e ações concernentes aos temas planejamento e avaliação;
 - XV. Analisar, discutir e propor modelos e técnicas de planejamento e avaliação, seja em nível institucional, seja em nível dos órgãos e setores do CEDUC;



XVI. indicar os membros da Comissão Eleitoral da Direção do Centro e Coordenações Gerais.

Quadro 09: Diretor do Centro

Nome	Nilza Pereira de Araújo
Titulação	Doutora/pós-doutorado
Regime de Trabalho	40h DE
Experiência Docente	16 anos/UFRR
Experiência Profissional	27 anos

16.4 COORDENAÇÃO GERAL DA GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Coordenação Geral da Graduação de Educação do Campo é o órgão responsável pela gestão, organização, controle e acompanhamento dos encaminhamentos e das ações relativas à administração didático-pedagógica do curso de Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, e do Curso Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais. O Coordenador Geral da Graduação de Educação do Campo será eleito segundo as normas vigentes, e nomeado pelo Reitor da Universidade Federal de Roraima, para um mandato de dois anos, permitida apenas uma recondução.

São atribuições do Coordenador Geral da Graduação de Educação do Campo:

- o exercício da presidência da Câmara da Graduação de Educação do Campo;
- a organização da pauta a ser discutida e deliberada nas reuniões da Câmara da Graduação de Educação do Campo e o posterior encaminhamento para cumprimento das decisões tomadas;
- promover, sistematicamente, reuniões de estudos e de trabalho, visando ao constante aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas no âmbito de sua competência;
- subsidiar os servidores docentes e técnico-administrativos que atuam no curso de Educação do Campo, com informações que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino;
- manter constante atualização da legislação educacional referente ao curso de Educação do Campo, nos níveis federal, estadual e municipal e criar condições de acesso à mesma aos interessados;
- estimular e orientar os professores para o uso dos recursos didáticos em sala de aula;
- discutir com os coordenadores pedagógicos do curso com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática, a viabilização de campanhas e



ações para a melhoria da qualidade das atividades do curso de Licenciatura em Educação do Campo;

- coordenar e executar, juntamente, com os coordenadores pedagógico e de estágio, as ações concernentes à oferta de disciplinas previstas para os semestres;
- convocar a Câmara da Graduação de Educação do Campo para discutir e deliberar sobre pauta previamente definida, presidindo suas reuniões, com direito de voto exclusivamente de desempate; acompanhar e supervisionar a execução do projeto pedagógico do curso de Educação do Campo;
- Coordenar e viabilizar ações para promover a capacitação de docentes e técnicos administrativos no âmbito do curso de Educação do Campo;
- Indicar nomes para os cargos de Coordenador Pedagógico e de Estágio com a homologação da câmara e manter articulação com todas as coordenações do CEDUC, bem como promover, em conjunto, a avaliação do processo pedagógico.

Quadro 10: Coordenador do LEDUCARR

Nome	Sergio Luiz Lopez
Titulação	Doutor/ Pós-doutorado
Regime de Trabalho	40h/DE
Experiência Docente	8 anos/ UFRR
Experiência Profissional	27 Anos
	28

16.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, foi criado no âmbito da Universidade Federal de Roraima, pela Resolução nº 002/2012-CEPE. O Núcleo Docente Estruturante é composto pelo coordenador do curso (que irá presidir o NDE); por sete professores da área de concentração Ciências da Natureza e Matemática. A decisão em colegiado deste perfil de NDE foi pensado para que todos os professores se envolvessem nos aspectos do Núcleo Docente Estruturante.

Deste modo, a atual composição é formada pelos seguintes Professores: Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes (Coordenador do Curso); Prof^ª. Dra. Arlene Oliveira Souza; Prof. Dr. Carlos Alberto Souza Junior; Prof^ª. Dra. Denise Andrade do Nascimento, Prof^ª. Dra Gladys Maria Bezerra de Souza; Prof^ª Dra. Jeneffer Araújo Assunção; Prof^ª. Msc. Melanie Kaline Truquete e Prof. Dr. Paulo Sérgio Maroti (Área de Concentração em Ciências da Natureza e Matemática-



Portaria N°053/2019- PROEG).

O NDE deve acompanhar a contínua atualização e consolidação do PPC, tendo, ainda, as seguintes atribuições:

- desenvolver estratégias que visem o constante aprimoramento do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar das diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- desenvolver estratégias para a eleição e desenvolvimento das linhas de pesquisa e de projetos e programas de extensão, a partir de necessidades aferidas nos cursos de graduação e zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação.

Quadro 11: Núcleo Docente Estruturante

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	EXPERIÊNCIA DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Sérgio Luiz Lopes (coordenador)	Doutor	40h/DE	8 anos	27 anos
Arlene Oliveira Souza	Doutora	40h/DE	6 anos	23 anos
Carlos Alberto Souza Junior	Doutor	40h/DE	6 anos	10 anos
Denise Andrade do Nascimento	Doutora	40h/DE	12 anos	15 anos
Gladys Maria Bezerra de Souza	Doutora	40h/DE	8 anos	11 anos
Jeneffer Araújo Assunção	Doutora	40h/DE	6 anos	17 anos
Melanie Kaline Truquete	Mestre	40h/DE	8 anos	12 anos
Paulo Sérgio Maroti	Doutor	40h/DE	7 anos	16 anos

16.6 RECURSOS HUMANOS

Atualmente o Curso de Licenciatura em Educação do Campo conta com um quadro de 15 (quinze) professores efetivos, em regime de dedicação exclusiva, dos quais 13 (treze) são doutores e 2 (dois) são mestres. Diante disto, dos 15 professores do LEDUCARR, 07 são da habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, que ministram as disciplinas do núcleo específico da CNM e dos 8 professores da Ciências Humanas e Sociais, 7 professores ministram as disciplinas do núcleo comum para as duas habilitações.

Quadro 12: Corpo Docente do Curso Educação do Campo-Ciências da Natureza e Matemática.

Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo médio de Permanência no Curso	Componente Curricular que Ministra
Alessandra Rufino Santos	Doutora	DE	Desde 2016	História Agrária e dos Movimentos Sociais e do Campo
Arlene Oliveira Souza	Doutora	DE	Desde 2016	Agroecologia



				Educação e Agroecologia Agroecologia, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural na Amazônia Biologia I Biologia II Biologia III Biologia IV TCC I TCC II Estágio em Biologia Metodologia para o Ensino de Ciências e Biologia
Carlos Alberto de Souza Junior	Doutor	DE	Desde 2016	Química e Sociedade Química I Química II Química III Química IV Metodologia para o Ensino de Ciências e Química Estágio em Química Fundamentos da Tecnologia
Danilo Citro	Mestre	DE	Desde 2014	História Agrária e Movimentos Sociais do Campo; Introdução a Filosofia.
Denise Andrade do Nascimento	Doutora	DE	Desde 2019	Fundamentos da Tecnologia Química e Sociedade Química I Química II Metodologia para o Ensino de Ciências e Química Introdução a Física na Agricultura Física I Física II Física III Física IV Metodologia para o ensino de Ciências e Física Estágio em Física Estágio em Química
Gladys Maria Bezerra de Souza	Doutora	DE	Desde 2014	Matemática I Matemática II Matemática III Matemática IV Matemática V Metodologia para o Ensino da Matemática Estágio em Matemática Metodologia Científica para Educação do Campo
Jeneffer Araújo de Assunção	Doutora	DE	Desde 2016	Química e Sociedade Química I Física I Matemática I Matemática II Matemática III Matemática IV Matemática V Metodologia para o Ensino da

				Matemática Estágio em Matemática
Karla Colares Vasconcelos	Doutora	DE	Desde 2019	Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem; Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença
Melanie Kaline Truquete	Mestre	DE	Desde 2014	Introdução a Física na Agricultura Física I Física II Física III Física IV Metodologia para o ensino de Física Estágio em Física; Fundamentos da Tecnologia; Narrativas Autobiográficas, identidade e cultura;
Moema de Souza Esmeraldo	Doutora	DE	Desde 2020	Narrativas Autobiográficas, identidade e cultura; Leitura e Produção Textual; Gramática, Texto e Redação Científica
Paulo Sérgio Maroti	Doutor	DE	Desde 2015	Agroecologia Educação e Agroecologia Agroecologia, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural na Amazônia. Biologia I Biologia II Biologia III Biologia IV Metodologia para o Ensino de Ciências e Biologia
Raquel Endalécio Martins	Doutora	DE	Desde 2020	Narrativas Autobiográficas, identidade e cultura; Leitura e Produção Textual; Gramática, Texto e Redação Científica
Sérgio Luiz Lopes	Doutor	DE	Desde 2014	Antropologia e identidade; Educação do Campo
Sheila de Fátima Mangoli Rocha	Doutora	DE	Desde 2016	Didática Geral Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas

Quadro 13: Corpo Técnico-administrativo.

Servidor Técnico-Administrativo	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo Médio de Permanência no Curso	Função no Curso
-----	-----	-----	-----	-----

Obs.: Atualmente, o curso não dispõe de técnico-administrativo, contando apenas uma funcionária terceirizada que presta serviço para a UFRR, sendo que essa funcionária exerce a função de secretária e está no curso há aproximadamente 02 anos.



17 APOIO AOS DISCENTES

A Universidade Federal de Roraima oferece diversos programas com oferta de bolsas e auxílios para alunos. A concessão é feita através de processo seletivo, convocado por editais que estabelecem as regras para concessão dos benefícios. Os programas de bolsas e as respectivas Pró-reitoria responsáveis por sua coordenação estão discriminadas Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado na Resolução 001/2017 – CUNI. Nos tópicos seguintes é descrito os principais programas que os discentes têm acesso.

17.1 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG

Programa de Monitoria – O Programa de Monitoria tem por objetivo a melhoria e o fortalecimento do ensino de graduação, por meio da implementação de práticas e experiências pedagógicas, promovendo a cooperação mútua entre docentes e discentes, despertando, nestes últimos, o interesse pelo ensino, pesquisa e a extensão. Ao ingressar no programa, o monitor bolsista ou voluntário deve cumprir uma jornada de 12 horas semanais de atividades, sendo no mínimo 4 horas destinadas ao atendimento aos alunos matriculados na disciplina para a qual foi selecionado.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – é um programa desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica na rede pública brasileira.

O PIBID é desenvolvido por grupos de alunos dos cursos de licenciatura da UFRR, com supervisão de professores da educação básica e orientação de professores das instituições de ensino superior. Ao ingressar no programa, o aluno bolsista ou voluntário deve cumprir uma jornada de, no mínimo, 8 horas semanais de atividades de ensino em escola da rede pública parceira do programa.

Programa Residência Pedagógica (PRP) – O PRP é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção



pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

Os bolsistas e voluntários atuam em atividades desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo. O discente regularmente matriculado em curso de licenciatura da UFRR é denominado de residente (seja bolsista ou voluntário). Na escola-campo, o residente será acompanhado por um professor da educação básica, denominado preceptor. A orientação do residente será realizada por um docente da IES, denominado docente orientador (coordenador de área). Os residentes deverão participar, preferencialmente, dos três módulos do Projeto, os quais deverão ser desenvolvidos em níveis crescentes de complexidade.

Programa de Educação Tutorial – PET – é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação.

Ao ingressar no programa, o aluno bolsista ou voluntário deve cumprir uma jornada de 20 horas semanais de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão.

Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional – O Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica contempla o aluno regularmente matriculado em nossos cursos de graduação que tenha concluído pelo menos 20% da carga horária de integralização do curso de origem e que tenha, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade acadêmica. Assim, o aluno cursa de um a dois semestres na universidade federal receptora, podendo ser concedido, excepcionalmente, o terceiro semestre.

O aluno participante terá vínculo temporário com a universidade receptora, dependendo, para isso, da existência de disponibilidade de vagas e das possibilidades de matrículas nas disciplinas pretendidas.

17.2 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E EXTENSÃO – PRAE

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) é responsável por coordenar diversos programas voltados para os estudantes nas universidades e instituições de ensino superior. Esses programas visam promover a inclusão social, o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, além de contribuir para a formação cidadã. Entre os programas coordenados pela PRAE/UFRR estão:

Apoio a Ações de Extensão – Programa de Bolsa de Extensão - PROEXTENSÃO, de cunho social e cultural, que propicia auxílio financeiro aos discentes atuantes em ações de extensão nos cursos de Graduação, Educação Básica, Técnica e Tecnológica.



Bolsa Pró-Acadêmico – Programa de bolsa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos presenciais de graduação da UFRR, pelo cumprimento de carga horária de 20h semanais, nas áreas de ensino, pesquisa e/ou extensão.

Bolsa Pró-Qualifica – Voltada aos discentes para atuarem desenvolvendo atividades nos setores acadêmicos, administrativos e técnicos da UFRR, com o cumprimento da carga horária de 20h semanais.

Bolsa Permanência – MEC – Auxílio financeiro criado pelo Governo Federal a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas, quilombolas e estudantes de medicina.

Bolsa Incluir – Bolsas para alunos com deficiência e renda per capita de até 1,5 salários mínimos, para o exercício de 6h semanais em atividades administrativas.

Vale-Alimentação – refeição no Restaurante Universitário com isenção total ou parcial (almoço e/ou janta).

Vale-Transporte – Auxílio para deslocamento dos estudantes em ônibus do sistema de transporte coletivo da cidade de Boa Vista para o Campus Paricarana.

Vale-Reprografia – Auxílio para reprodução de até 300 cópias mensais de material impresso.

Auxílio Pró-ciência – Auxílio para a participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos, em âmbito nacional e internacional.

Auxílio Emergencial – Auxílio por tempo determinado a discentes que estejam com dificuldades socioeconômicas, inesperadas e momentâneas, que coloquem em risco a sua permanência na Universidade.

Auxílio Pró-pedagógico – Auxílio que possibilita aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, o auxílio para a aquisição de materiais pedagógicos.

Vale-Moradia – Auxílio para pagamento de aluguel. Destinado ao estudante sem familiares residindo na cidade de Boa Vista.

Vale Pró-atleta – Auxílio para participação de discentes em eventos esportivos, em âmbito regional e nacional.

Bolsa Atleta Monitor – Bolsa destinada a alunos que desenvolvem atividade de planejamento e treinamento esportivo sob a coordenação da Divisão de Esporte e Lazer.

Vale-Refeição – Auxílio para complementação alimentar de discentes moradores nas



residências universitárias da UFRR, beneficiados por vale-moradia ou residentes em casas estudantis e similares.

Vale Pró-cultura – Auxílio aos alunos bolsistas dos projetos culturais da UFRR para participação e apresentação em eventos culturais.

17.3 PROGRAMA COORDENADO PELA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGESP

O Programa Coordenado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP é um conjunto de iniciativas e políticas que visam à gestão e desenvolvimento de pessoas nas instituições de ensino superior. Assim, buscando o desenvolvimento profissional do estudante a PROGESP/UFRR oferece:

Bolsa Siape – Bolsa de trabalho a estudantes da UFRR pelo cumprimento de 20h semanais de atividades administrativas.

17.4 PROGRAMAS COORDENADOS PELA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG

Os programas coordenados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG são voltados para a promoção da pesquisa e do ensino de pós-graduação nas instituições de ensino superior. A PRPPG atua ainda no sentido de ofertar o PIC (Programa de Iniciação Científica) por meio de um conjunto de ações que visam estimular a iniciação científica de estudantes de graduação, a partir da seleção e financiamento de projetos de pesquisa.

A oferta do PIC pela PRPPG/UFRR é fundamental para a formação de novos pesquisadores e para o avanço da ciência e tecnologia no país, pois estimula a iniciação científica de estudantes de graduação e contribui para a produção de conhecimento científico de qualidade.

Para ofertar o PIC, a PRPPG/UFRR promove um processo seletivo para a escolha dos projetos de pesquisa, que devem estar alinhados com as linhas de pesquisa da instituição. Os estudantes selecionados são orientados por um pesquisador qualificado e recebem uma bolsa de iniciação científica para desenvolverem suas atividades de pesquisa de acordo com uma das modalidades:

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

PIBIC – AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (afirmativa - cota);



PIBIC – EM - Programa exclusivo para os alunos do Ensino Médio (Escola de Aplicação e EAGRO);

PIBITI - Programa Institucional e Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação.

17.5 ACESSIBILIDADE ACADÊMICA AOS PORTADORES DO ESPECTRO AUTISTA E OUTRAS DEFICIÊNCIAS

De acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, os autistas passam a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de educação. Nesse contexto, a UFRR desenvolve uma política para atendimento dos alunos com essa deficiência na Clínica de Psicologia, por meio do Núcleo de Acessibilidade.

O principal objetivo desse trabalho é discutir, elaborar, acompanhar e avaliar as ações e projetos referentes às questões que envolvem os alunos com necessidades educacionais especiais, dentre eles, os autistas.

Entre as principais atividades destacam-se:

- O suporte pedagógico ao professor no trato do aluno com deficiência;
- A adequação de ambientes e aquisição de novos equipamentos e recursos necessários para tais atendimentos, facilitando, assim, o acesso de pessoas com deficiência;
- A organização de cursos de capacitação dirigidos a professores e funcionários, relacionados a questões teóricas e práticas que dizem respeito às deficiências;
- O estímulo à discussão acerca da questão da deficiência frente à comunidade acadêmica, desenvolvendo projetos de iniciação científica, cursos de extensão, entre outras atividades.

17.6 ATENDIMENTO PROFESSOR-ALUNO

O docente disponibiliza ao aluno horário de atendimento extraclasse relativo aos componentes curriculares que lecionam no semestre. O docente disponibiliza semanalmente, em relação a cada componente curricular, de no mínimo 50% da carga horária semanal de cada componente curricular. Esse horário de atendimento é combinado entre o professor e os alunos da turma no início do semestre letivo.



17.7 SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO (SAP)

Serviço de Atendimento Psicológico (SAP): A UFRR oferta gratuitamente o Serviço de Atendimento Psicológico (SAP). Vinculado ao Curso de Psicologia, tem como proposta prestar atendimento e é feito por acadêmicos de Psicologia a pessoas de todas as faixas etárias. Atualmente são oferecidos o plantão psicológico, aconselhamento psicológico, ludoterapia e psicoterapia individual.



18 INFRAESTRUTURA MATERIAL E TECNOLÓGICA

O LEDUCARR iniciou suas atividades com a estrutura existente na UFRR tendo em vista que a instituição dispõe de laboratórios, salas de aula e biblioteca central em vista de atender a demanda do curso.

Considerando a importância deste curso para o atendimento das populações rurais, o CEDUC tem atuado no sentido de garantir na própria estrutura física, espaço adequado para atender a demanda de laboratórios do curso. Atualmente, o LEDUCARR funciona nos Ciclos Básico I e II da Universidade Federal de Roraima (UFRR), campus Paricarana. O curso funciona da seguinte maneira: Tempo universidade e Tempo Comunidade. O Tempo Universidade ocorre sempre em momentos definidos semestralmente em colegiado, considerando o calendário universitário da UFRR; já o tempo comunidade é o momento quando os alunos retornam às suas comunidades para concluir as atividades didático-pedagógicas que cada professor orienta conforme os estudos teóricos/práticos realizados em sala de aula.

O ciclo básico I concentra as salas de aula, com um quantitativo de sete (07) salas e dois (02) auditórios. No ciclo básico II funciona a parte administrativa do LEDUCARR. Há uma sala da coordenação geral, salas de grupo de pesquisa, sala do PIBID, sala do programa Residência pedagógica, dentre outros. Conta também com o Laboratório de Ensino de Ciências e Biologia (LABECBIO), que tem a função de auxiliar as aulas práticas. Para a formação do futuro professor essa atividade é significativa por levar ao desenvolvimento de habilidades para seleção de equipamento adequado para o experimento, cuidados na manipulação, limpeza e armazenamento, além da formação científica (aplicação dos conceitos teóricos) nos relatórios. Os alunos do LEDUCARR, advindos das áreas rurais do estado e, portanto, das escolas das vicinais, raramente tiveram contato com os laboratórios didáticos em suas formações no Ensino Médio. Portanto, o LABECBIO cumpre importante lacuna da formação de iniciar o aluno na experimentação científica.

O LABECBIO é um laboratório de ensino composto por mínima estrutura para aulas práticas para disciplinas de biologia, química e física cujo objetivo é a formação do futuro professor em Ciências com possibilidade de promover atividades práticas em suas aulas. Conforme Krasilchik (2009), os laboratórios cumprem importante papel de ensino nas universidades, visando a formação de futuros professores. Consiste no processo de alfabetização multidimensional visando a concepção plena do processo científico através das ciências. Somado a esse aspecto, cabe destaque a valorização do espaço laboratorial para os



experimentos que fundamentam os conceitos científicos.

O LABECBIO está disponível para a realização de diferentes experimentos para disciplinas que utilizam atividades práticas nas duas habilitações do curso.



19 TRANSIÇÃO E MIGRAÇÃO CURRICULAR

Aos discentes regularmente matriculados no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, será oferecida a possibilidade de mudança da antiga estrutura curricular para a nova (do antigo projeto pedagógico para o novo), essa mudança é denominada de migração.

A migração será caracterizada pela ação espontânea e de caráter irreversível, que deverá ser feita ao longo do período letivo 2023.1, por meio de requerimento próprio encaminhado pelo discente ao coordenador do curso, sendo que uma comissão será responsável pela observância da equivalência entre as disciplinas das grades curriculares antiga e nova. As equivalências das disciplinas apresentadas nos quadros 16 a 19 da seção 19.1, estão de acordo com o art. 24 § 3º (Resolução nº 013/2017-CEPE) “Componentes curriculares com cargas horárias e/ou conteúdos programáticos distintos podem ser equivalentes, desde que cumpram o mesmo objetivo pedagógico na estrutura curricular”.

De acordo com a Resolução nº 013/2017-CEPE, quando ocorrer alteração da estrutura curricular devido à atualização do PPC, a migração curricular dos discentes para o novo PPC deve ser um processo pacífico e que cause o menor impacto possível no processo de integralização do curso pelos discentes. A alteração do projeto pedagógico de um curso de graduação dá origem a um processo de transição curricular, que é o período entre a implantação de uma nova estrutura curricular e a extinção da estrutura curricular do PPC vigente, podendo ocorrer as seguintes situações:

I. permanência do discente no PPC em extinção, para aqueles que integralizaram pelo menos 75% da carga horária da estrutura curricular do referido PPC.

II. migração do estudante para o novo PPC. A migração curricular poderá ser feita de três maneiras:

a. opcional - por meio de preenchimento de um requerimento para migração curricular (Apêndice E), que expressa a intenção de migração para um novo projeto pedagógico de curso.

b. obrigatória - quando o componente do currículo em extinção não for mais ofertado e não houver equivalente no novo PPC; ou após trancamento de matrícula, por retorno do estudante ao curso sem ter cursado os componentes curriculares extintos, como nos casos de reintegração.

c. ingresso automático - ocorrerá por meio de processos seletivos como vestibulares.

Os estudantes, ao optarem pela migração curricular, deverão preencher e assinar o



requerimento de migração curricular, que é obrigatório para o processo administrativo e alteração dos dados do estudante junto ao DERCA.

19.1 TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES DIFERENTES

Em relação aos componentes do antigo PPC, alguns foram somente atualizados, sem alterações significativas em termos de carga horária e conteúdo. Para esses casos, o estudante, ao fazer a opção pela migração curricular, poderá aproveitar disciplinas equivalentes entre as duas estruturas curriculares diferentes, a fim de viabilizar a conclusão do curso iniciado na matriz curricular do PPC antigo, com o menor impacto possível no processo de integralização do curso pelos discentes, conforme determinado na Resolução 13/2017-CEPE, referente à atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

Em termos de carga horária, as mudanças propostas no novo PPC visam atender, principalmente, a normativas institucionais vigentes. Primeiro, a Resolução 11/2017 do CEPE, que define o sistema de créditos (em múltiplos de 15 horas). Nesse sentido, as disciplinas LEDC 252 - Metodologia para o Ensino de Matemática, LEDC 255 - Metodologia para o Ensino de Ciências e Biologia, LEDC 263 - Metodologia para o Ensino de Ciências e Física, LEDC 273 - Metodologia para o Ensino de Ciências e Química, LEDC 281 - Estágio em Química, LEDC 252 - Estágio em Matemática, LEDC 261 - Estágio em Biologia, LEDC 271 - Estágio em Física, relativas a práticas pedagógicas e estágios, tiveram a carga horária ajustada, passaram de 100 (cem) para 105 (cento e cinco) horas.

Segundo a Resolução 40/2021 do CEPE, que trata das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, as disciplinas LEDC 246 - Biologia III, LEDC 116 - Didática Geral, LEDC 124 - Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas, LEDC 232 - Física II, LEDC243 - Física III, LEDC251 - Física IV, LEDC352 - Metodologia para o Ensino de História, LEDC118 - Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença, LEDC122 - História Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo, LEDC 222 - Matemática II, Matemática III, LECD 262 - Matemática IV, LECD 255 - Metodologia para o Ensino de Ciências e Biologia, LECD 263 - Metodologia para o Ensino de Ciências e Física, LECD 273 - Metodologia para o Ensino de Ciências e Química, LEDC 245 - Metodologia para o Ensino de Matemática, LEDC 126 - Narrativas Autobiográficas, Identidade e Cultura, LEDC 114 - Psicologia, Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem, LEDC 223 - Química I, LEDC 233 - Química I; na distribuição da carga horária, passaram a ter formalmente uma parte destinada a atividades de extensão, no



sentido de regulamentar o registro acadêmico, conforme determinado na normativa.

A expressão formalizar a carga horária destinada a atividades de extensão, se remete ao fato de essas disciplinas já comportarem atividades características de extensão na organização didático pedagógica do Tempo Comunidade, que visa uma aproximação do estudante à comunidade, munido dos fundamentos teóricos construídos no Tempo Universidade.

Os quadros seguintes buscam orientar os trabalhos da comissão que será responsável pela observância da equivalência entre as disciplinas das grades curriculares antiga e nova, especialmente em razão dos alunos que ingressaram no PPC antigo e desejarem migrar para o novo, através de requerimento específico, conforme normativa pertinente.

Quadro 14: Equivalência de Componentes Curriculares entre Estruturas Curriculares do novo PPC e do PPC antigo/em extinção (**Componentes Obrigatórios**) – RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES.

Novo PPC Proposto (2022)			PPC Antigo/em extinção (2014)		
Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
LEDC 120	Antropologia e Identidade	60h	LCNM 53	Antropologia e Identidade	60h
LEDC 128	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h	LCNM 82	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h
LEDC 111	Educação do Campo	60h	LCNM 12	Educação do Campo	60h
LEDC 261	Estágio em Biologia	105h	LCNM 64	Estágio da Biologia	100h
LEDC 271	Estágio em Física	105h	LCNM 61	Estágio de Física	100h
LEDC 281	Estágio em Química	105h	LCNM 72	Estágio de Química	100h
LEDC 252	Estágio em Matemática	105h	LCNM 51	Estágio de Matemática	100h
LEDC 225	Física I	60h	LCNM 24	Física I	60h
LEDC 115	Fundamentos da Tecnologia	60h	LCNM 21	Fundamentos da Tecnologia	60h
LEDC 117	Introdução a Filosofia	60h	LCNM 34	Introdução a Filosofia	60h
LEDC 121	Libras e Educação	60h	LCNM 74	Libras e Educação	60h
LEDC 242	Química III	60h	LCNM 48	Química III	60h
LEDC 253	Química IV	60h	LCNM 54	Química IV	60h
LEDC 185	TCC 1	60h	LCNM 71	TCC 1	60h
LEDC 187	TCC 2	60h	LCNM 81	TCC 2	60h
RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES refere-se a componentes que não sofreram alterações relevantes em seu conteúdo programático e carga horária (CH).					

Quadro 15: Equivalência de Componentes Curriculares entre Estruturas Curriculares do novo PPC e do PPC antigo/em extinção (Componentes Obrigatórios) – PEDAGOGICAMENTE EQUIVALENTES (Formalização da Carga Horária de Extensão)

Novo PPC Proposto (2022)			PPC Antigo/em extinção (2014)		
Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
LEDC 116	Didática Geral	60h	LCNM 25	Didática Geral	60h
LEDC 124	Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas	60h	LCNM 76	Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas	60h
LEDC 232	Física II	60h	LCNM 45	Física II	60h
LEDC 243	Física III	60h	LCNM 45	Física III	60h
LEDC 251	Física IV	60h	LCNM 52	Física IV	60h
LEDC 118	Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença	60h	LCNM 42	Fundamentos da Educação Inclusiva e da Diferença	60h



LEDC 122	História Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo	45h	LCNM 21	História Agrária e dos Movimentos Sociais do Campo	60h
LEDC 245	Metodologia para o ensino de Matemática	105h	LCNM 31	Metodologia para o ensino de Matemática	100h
LEDC 223	Química I	60h	LCNM 23	Química I	60h
LEDC 233	Química II	60h	LCNM 32	Química II	60h

PEDAGOGICAMENTE EQUIVALENTES, com FORMALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO, refere-se a componentes que não sofreram alterações relevantes em seu conteúdo programático e carga horária, mas que passaram a contemplar formalmente CH de extensão na organização do componente. Deve-se observar que a carga horária de extensão realizada nas disciplinas do PPC antigo deve ser comprovada para fins de reconhecimento de seu cumprimento, caso contrário o discente poderá aproveitar as disciplinas, mas terá que fazer parte de atividades de extensão do curso ou de outras unidades acadêmicas, desde que alinhadas ao PPC, de acordo com o disposto na Resolução 40/2021 do CEPE.

Quadro 16: Equivalência de Componentes Curriculares entre Estruturas Curriculares do novo PPC e do PPC antigo/em extinção (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES (Mudança de Designação).

Novo PPC Proposto (2022)			PPC Antigo/em extinção (2014)		
Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
LEDC 224	Biologia I	60h	LCNM 11	História da Biologia	60h
LEDC 234	Biologia II	60h	LCNM 36	Anatomia e Fisiologia Vegetal e Humana	60h
LEDC 254	Biologia IV	60h	LCNM 63	Ecologia	60h
LEDC 241	Gramática, Texto e Redação Científica	60h	LCNM 73	Linguística Geral	60h
LEDC 112	Leitura e Produção Textual	60h	LCNM 13	Leitura e Produção de Texto e Hipertexto	60h
LEDC 212	Matemática I	60h	LCNM 15	Matemática Básica	60h
LEDC 272	Matemática V	60h	LCNM 74	Cálculo Diferencial e Integral	60h
LEDC 213	Química e Sociedade	60h	LCNM 14	História da Química	60h

MUDANÇA DE DESIGNAÇÃO refere-se a componentes que mudaram de nome, mas que não sofreram alterações relevantes em seu conteúdo programático e carga horária (CH).

Quadro 17: Equivalência de Componentes Curriculares entre Estruturas Curriculares do novo PPC e do PPC antigo/em extinção (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – PEDAGOGICAMENTE EQUIVALENTES (Formalização da Carga Horária de Extensão e com Mudança de Designação).

Novo PPC Proposto (2022)			PPC Antigo/em extinção (2014)		
Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
LEDC 246	Biologia III	60h	LCNM 56	Genética	60h
LEDC 222	Matemática II	60h	LCNM 33	Álgebra	60h
LEDC 231	Matemática III	60h	LCNM 41	Geometria	60h
LEDC 262	Matemática IV	60h	LCNM 22	Estatística	60h
LEDC 255	Metodologia para o ensino de Ciências e Biologia	105h	LCNM 43	Metodologia para o Ensino de Biologia	100h
LEDC 263	Metodologia para o Ensino de Ciências e Física	105h	LCNM 46	Metodologia para o ensino da Física	100h
LEDC 273	Metodologia para o Ensino de Ciências e Química	105h	LCNM 65	Metodologia para o Ensino da Química	100h
LEDC 114	Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem	60h	LCNM 26	Psicologia, Ecologia e Desenvolvimento Humano	60h

MUDANÇA DE DESIGNAÇÃO refere-se a componentes que mudaram de nome, mas que não sofreram alterações relevantes em seu conteúdo programático e carga horária (CH). Deve-se observar que a carga horária de extensão realizada nas disciplinas do PPC antigo deve ser comprovada para fins de reconhecimento de seu cumprimento, caso contrário o discente poderá aproveitar as disciplinas, mas terá que fazer parte de atividades



de extensão do curso ou de outras unidades acadêmicas, desde que alinhadas ao PPC, de acordo com o disposto na Resolução 40/2021 do CEPE.

Quadro 18: Equivalência de Componentes Curriculares entre Estruturas Curriculares do novo PPC e do PPC antigo/em extinção (COMPONENTES OBRIGATÓRIOS) – RECIPROCAMENTE EQUIVALENTES (Mudança de Designação e carga horária).

Novo PPC Proposto (2022)			PPC Antigo/em extinção (2014)		
Código	Componente Curricular	CH	Código	Componente Curricular	CH
LEDC 126	*Narrativas, Autobiográficas, Identidade e Cultura	60h	LCNM 44	Narrativas Autobiográficas, identidade e cultura 1	60h
			LCNM 55	Narrativas Autobiográficas, identidade e cultura 2	60h
LEDC 113	Agroecologia	30h	LCNM 17	Tópico Especial em Agricultura 1	15h
			LCNM 37	Tópico Especial em Agricultura 2	15h
LEDC 123	Educação e Agroecologia	30h	LCNM 57	Tópico Especial em Agricultura 3	15h
			LCNM 78	Tópico Especial em Agricultura 4	15h
LEDC 221	Metodologia Científica para Educação do Campo	60h	LCNM 27	Tópico Especial em Metodologia da Pesquisa Científica 1;	15h
			LCNM 47	Tópico Especial em Metodologia da Pesquisa Científica 2;	15h
			LCNM 67	Tópico Especial em Metodologia da Pesquisa Científica 3;	15h
			LCNM 77	Tópicos Especial em Metodologia da Pesquisa Científica 4.	15h

MUDANÇA DE DESIGNAÇÃO E CARGA HORÁRIA refere-se a componentes que foram unificados e tornaram-se um novo componente, cumprindo o mesmo objetivo pedagógico na estrutura curricular. Deve-se observar que a carga horária do novo componente é equivalente a condensação de duas disciplinas do PPC antigo, mantendo-se os conteúdos programáticos equivalentes.

Os componentes assinalados com () foram organizados com inclusão de CH de extensão em seu programa.

19.2 PLANEJAMENTO DE MIGRAÇÃO CURRICULAR

Quadro 19: Planejamento de Migração Curricular.

Ano de Ingresso	Recomenda-se migração? Por quê?	Plano de Migração
2020 e 2021	Sim, no caso de alunos que cumpriram menos de 50% da carga horária total do curso.	Migração Automática (Quando o componente do currículo em extinção não for mais ofertado e não houver equivalente no novo PPC)
2020 e 2021	Sim, no caso de alunos que cumpriram entre 50% a 75% da carga horária total do curso.	Migração Opcional (Análise curricular individual realizada pelo Conselho de Curso)
Antes de 2020	Sim, no caso de alunos que cumpriram menos de 50% da carga horária total do curso.	Migração Automática (Nos casos de retorno ao curso após trancamento de matrícula ou por reingresso ao curso sem ter cursado os componentes curriculares em extinção)
Antes de 2019	Sim, no caso de alunos que cumpriram entre	Migração Opcional



	50% a 75% da carga horária total do curso.	(Análise curricular individual realizada pelo Conselho de Curso)
Antes de 2019	Não, no caso de alunos que cumpriram acima de 75% da carga horária total do curso.	Permanência no PPC em extinção

O curso manterá a grade antiga por um período de 2 anos (4 semestres), após este PPC entrar em vigor. Para os alunos que não consigam integralizar o curso neste período, ficará disponível a migração automática para o PPC vigente, conforme definido no Art.41 da Resolução 13/2017-CEPE: a migração será automática “quando o componente do currículo em extinção não for mais ofertado e não houver equivalente no novo PPC; ou após trancamento de matrícula, por retorno do estudante ao curso sem ter cursado os componentes curriculares extintos, como nos casos de reintegração”. Os estudantes que fizerem opção pelo currículo novo deverão manifestar a intenção de migração para o novo PPC do curso através de requerimento específico.

Apesar da atualização do PPC não ter como base “CNE/CP N° 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”, por decisão da instituição deliberada na “Conferência das Licenciaturas”, todavia, essa atualização incluiu nas ementas das disciplinas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio os temas relacionados à BNCC, Resolução CNE/CP 2 de 2017.



BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

BRASIL. (Constituição (1988)). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL (2001). Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

BRASIL (2002). Resolução CNE/CBE nº 1, de 03 de abril de 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

BRASIL (2002). Resolução CNE/CP nº 2, se 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL (2002) Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002. Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais.

BRASIL (2002). Resolução CNE/CP nº 2, se 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL (2004). Parecer CNE/CP nº 3, 10 de março de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

BRASIL (2004). Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

BRASIL (2005). Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL (2005). Portaria MEC, nº 4059 de 10 de dezembro de 2004, que trata da oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

BRASIL (2006). Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL (2006) Parecer CNB/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006, dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância.

BRASIL (2006) Parecer CNE/CEB nº 30/2006, aprovado em 05 de abril de 2006 (Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005).



BRASIL (2007) Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

BRASIL (2008). Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

BRASIL (2008) Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo

BRASIL (2008). Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena".

BRASIL (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL (2009). Resolução CD/FNDE nº46, de 24 de agosto de 2009, estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra às Instituições de Ensino Superior Públicas a partir de 2009.

BRASIL (2010). Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 que dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL (2011). Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras.

BRASIL (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL (2012). Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

BRASIL (2012). Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, CNE/CP, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.

BRASIL (2014). Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

BRASIL (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL (2015). Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015, insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,



para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.

BRASIL (2015). Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

BRASIL (2016). Decreto nº 8.752 de 09 de maio de 2016, dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

BRASIL (2018). Resolução CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e das outras providências.

UFRR (2003). Resolução nº 012/2003-CUNI - Aprova a criação do Centro de Educação

UFRR (2006). Resolução nº 015/2006-CEPE, de 19 de dezembro de 2006, que institui o sistema de avaliação do rendimento escolar (ARE), na universidade federal de Roraima.

UFRR (2010). Resolução nº 008/2010 CEPE – UFRR. Dispõe sobre a criação do Curso Licenciatura em Educação do Campo.

UFRR (2010). Resolução nº 007/2010 CUNI – UFRR. Dispõe sobre a criação do Curso Licenciatura em Educação do Campo.

UFRR (2012). Resolução nº 002/2012 - CEPE - Cria o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito da Universidade Federal de Roraima.

UFRR (2012). Resolução nº 011/2012-CEPE, de 2 de abril de 2012, que dispõe sobre as normas da disciplina trabalho de conclusão de curso dos cursos de graduação oferecidos pela UFRR.

UFRR (2012). Resolução nº 014/2012-CEPE, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre as normas gerais das atividades complementares como componente curricular nos cursos de graduação da UFRR.

UFRR (2016). Resolução nº 017/2016-CEPE, de 7 de março de 2016, que institui o sistema de avaliação das atividades de ensino desenvolvidas no âmbito da UFRR.

UFRR (2017). Resolução nº 13/2017-CEPE, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e alteração dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCS) de graduação da UFRR, revoga a resolução nº 009/2012-CEPE, e dá outras providências.

UFRR (2021). Resolução CEPE UFRR Nº 040, de 24 de agosto de 2021, regulamenta o registro e a inclusão atividades de extensão currículos cursos graduação e tecnólogos da UFRR.




**APÊNDICE A: EMENTAS DOS COMPONENTES
CURRICULARES**



EMENTAS OBRIGATÓRIAS

LEDC 111 - EDUCAÇÃO DO CAMPO

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 111 - EDUCAÇÃO DO CAMPO				
Categoria	Obrigatória (x) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			1º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
<p>Conhecer o modelo curricular proposto pelas Licenciaturas em Educação do Campo: a alternância em Tempo Universidade e Tempo Comunidade e suas implicações.</p> <p>Debater a formação por área de conhecimento (Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Agrárias e Linguagens e Artes).</p> <p>Estabelecer uma crítica ao modelo pedagógico globalizado.</p> <p>Delimitar a forma de conhecimento requerida pela formação em Educação do Campo: conhecimento prático e político.</p>				
EMENTA				
<p>Esta disciplina pretende oferecer conhecimento dos problemas que envolvem a formação por área de conhecimento, interdisciplinaridade e organização curricular; as implicações da proposta pedagógica da alternância em tempo universidade e tempo comunidade; e dos problemas políticos que envolvem a educação do campo.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Crítica à pedagogia globalizada: <ul style="list-style-type: none"> • Relações entre currículo e realidade; • A valorização de conhecimentos locais; 2. Alternância e conhecimento por área: <ul style="list-style-type: none"> • Tempo universidade e Tempo comunidades; • Formação por área de conhecimento; • Crítica à lógica curricular por disciplinas; 3. Políticas de Educação do Campo: <ul style="list-style-type: none"> • A escola como ambiente político; 				

- Relações entre a prática pedagógica do campo e movimentos sociais.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Avaliações escritas presenciais sobre os tópicos abordados em sala;

Relatório de atividades do Tempo comunidade.

Obs. As atividades terão notas de 0,0 a 10,0.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução N° 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

CAMPOS, Rogério Cunha. **Formação de professores: retalhos de saberes**. Boa Vista: EDUFRR, 2011.

_____. **Ensino de ciências alternativas metodológicas na educação do campo**. Boa Vista: EDUFRR, 2016.

_____. **Fundamentos filosóficos à educação do campo**. Boa Vista: EDUFRR, 2016.

2. COMPLEMENTAR

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CALDART, Roseli; FETZNER, Andréa; RODRIGUES, Romir; FREITAS, Luiz Carlos (Org.). **Caminhos para transformação da escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.



_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOLINA, Monica Castagna. **Contribuições das licenciaturas em Educação do campo para as políticas de formação de educadores**. In.: Educ. Soc., Campinas, v. 38, n°. 140, p.587-609

MORISAWA, Mitsue. **História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.



LEDC 112 - LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 112 - LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			1º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Propiciar técnicas de leitura, escrita e reescrita de diversos gêneros textuais.				
EMENTA				
Aquisição de conhecimentos linguísticos para leitura, interpretação e produção textual. Elementos de hipertextualidade e intertextualidade. Linguagem, coesão e coerência textual. Produção textual nas diferentes áreas da educação do campo.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • Elementos necessários para a leitura a saber: conhecimento prévio, gênero textual e objetivos do texto; • Gêneros textuais trabalhados na licenciatura de Educação do Campo: textos informativos, textos literários, textos acadêmicos e textos didáticos; • Sequências didáticas do ensino de português para o campo; • Produção de material didático para ensino de língua portuguesa no ensino fundamental e médio no campo. 				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
Produção de resenhas, resumos, artigos científicos e outras produções inerentes à disciplina como análises textuais e provas dissertativas.				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. Serão duas avaliações no tempo universidade e uma avaliação no tempo comunidade, sendo a terceira avaliação da pedagogia da alternância um dos critérios para a apresentação da prática no semestre seguinte em mesa redonda, seminários ou grupos de trabalhos da educação do campo.				
O aluno estará:				
Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.				
Recuperação: Média entre 6 e 6,9.				
Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
1. BÁSICA				

FIORIN, José Luiz e SOVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** 10.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

2. COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível.** Parábola Editorial. São Paulo, 2009.

AQUINO, Maria Clara. **O hipertexto como estrutura editorial básica da internet: construção coletiva e interatividade na escrita hipertextual.** 2004.

BARROS, Diana Pessoa et FIORIN, José Luiz (org.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade.** São Paulo: Ed. USP, 1994.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.



_____. **Coesão e coerência textual.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCHSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita.** 10. ed. São Paulo, 2010.

SENA, Odenildo. **A Engenharia do Texto: um caminho rumo à prática da boa redação.** 2 ed. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2005.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A Produção da Leitura na Escola.** 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEDC 113 - AGROECOLOGIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA LEDC 113 - AGROECOLOGIA		



Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			1º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	
30	30h	-	-	
OBJETIVO				
<ul style="list-style-type: none"> • Favorecer o entendimento do processo histórico da produção agrícola em níveis nacional e internacional. • Discutir sobre produção sustentável de alimentos saudáveis. • Compreender as consequências do uso de agrotóxicos para saúde e para o ambiente. 				
EMENTA				
<p>História da Agricultura no mundo e no Brasil. Revolução Verde e expansão do modelo agroexportador. Consequências socioambientais da Revolução Verde. Uso de agrotóxicos e contaminação ambiental. Questão ambiental e Agricultura. Populações locais e a transformação da natureza. Alternativas a Revolução Verde e surgimento e articulação da Agroecologia.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • História da Agricultura no mundo e no Brasil; • Revolução Verde e expansão do modelo agroexportador; • Consequências socioambientais da Revolução Verde; • Uso de agrotóxicos e contaminação ambiental; • Questão ambiental e Agricultura; • Populações locais e a transformação da natureza. 				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
<p>A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.</p>				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
1. BÁSICA				
<p>ALTIERI, Miguel. Agroecologia. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba. Agropecuária. 2009.</p> <p>MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo. São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF: NEAD, 2010.</p> <p>ODUM, E. Ecologia. Ed. Guanabara, 2012.</p>				



SIOLI, Harald. **Amazônia. Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

2. COMPLEMENTAR

ANDERSON, A. **Sistemas agrofloretais no estuário amazônico.** Informativo **faixas**". Documentos, Belém: Embrapa-CPATU, nº 40, p. 223-246, 1986.

VALVERDE Agroflorestal. Rio de Janeiro: Rebraf, v.1, nº 2-3, p. 6-7, 1989.

BERGAMASCO, S. M. **A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números.** Estudos Avançados, São Paulo, Brasiliense, 2001.

BURGER, D. CARVALHO, B.E. **A produção de adubos orgânicos no sistema "cultivo em, Orlando. A devastação da floresta amazônica.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, nº 3. Jul/Set, 1990.

JACOB, Luciana Buainain. **Agroecologia na Universidade: entre vozes e silenciamentos** / Luciana Buainain Jacob. - Curitiba: Appris, 2016. 207 p.

LEDC 211 - INTRODUÇÃO A FÍSICA NA AGRICULTURA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 211- INTRODUÇÃO A FÍSICA NA AGRICULTURA			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		1º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão
60	60h	-	-
OBJETIVO			
Identificar fenômenos naturais, bem como interpretar princípios fundamentais que generalizem as relações entre eles. Tratar sobre fontes renováveis de energia e suas contribuições para o Campo.			
EMENTA			
Medidas Agrárias e suas Conversões. Fontes renováveis de energia; Radioatividade Ambiental e na Agricultura; Fundamentos da Irrigação; Efeito da Temperatura e da água na diversidade do solo. Noções de Física Atômica, Física de Raios X e Nanociência; Interação da Radiação Solar com o Solo, com a Água e com a Vegetação.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. Medidas Agrárias e suas Conversões;			

2. Fontes renováveis de energia;
3. Radioatividade Ambiental e na Agricultura;
4. Fundamentos da Irrigação;
5. Efeito da Temperatura e da água na diversidade do solo;
6. Noções de Física Atômica, Física de Raios X e Nanociência;
7. Interação da Radiação Solar com o Solo, com a Água e com a Vegetação.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

3. BÁSICA

BARREIRA, PAULO. **Biodigestores: energia, fertilidade e saneamento para a zona rural.** 3ed. 2011.

FERRARO, N.G. **Física: ciência e tecnologia.** São Paulo: Moderna, 2011. 665 p.

HENEIRE; Ibrahin Felipe. **Biofísica Básica.** 2ed., 2010.

4. COMPLEMENTAR

FERRARO, N.G. **Física: ciência e tecnologia.** São Paulo: Moderna, 2001. 665 p.

REICHARDT, C e TIMM, L.C. **Solo, Planta e Atmosfera – Conceitos, Processos e Aplicações.** Ed. Manole, São Paulo, 2004.

LIMA, Magda A. **Estoques de carbono e emissões de gases de efeito estufa na agropecuária brasileira.** Brasília: EMBRAPA, 2012.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. **Fontes renováveis de energia no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2003. 515 p.

OKUNO, E.; CALDAS, I.L. e CHOW, **Radiação ultravioleta: características e efeitos.** ED. Harbra. São Paulo, 2005.



LEDC 114 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 114 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			1º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Formar e desenvolver uma consciência pedagógica fundamentada na Psicologia, Ecologia, compreendendo o desenvolvimento humano.				
EMENTA				
Estudo da psicologia educacional em contexto ecológico crítico, priorizando as diferentes fases do desenvolvimento da personalidade humana e nas fases iniciais do ciclo vital. Fatores influenciadores no desenvolvimento humano (hereditariedade, maturação, ambiente). Desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e linguístico. A Psicologia da aprendizagem: conceitos fundamentais. As teorias de: Jean Piaget, Vygotsky e Wallon e outros.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Psicologia e Processos Educacionais				
1.1. Psicologia, Ecologia e Desenvolvimento Humano				
1.2. Imagens Mentais				
1.3. Memória e Esquecimento e processo de aprendizagem				
2. Psicologia Escolar				
2.1. Psicologia da Aprendizagem				
2.2. A Psicologia Escolar				
3. Psicologia e o Desenvolvimento Humano.				
3.1. Behaviorismo				
3.2. Gestal				
3.3. Psicanálise				
3.4. Construtivismo				

3.5. Sociocultural
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>a) Capacidade de apreensão das ideias principais dos textos e dos argumentos que as sustentam/ elucidam;</p> <p>b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica;</p> <p>c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;</p> <p>d) atendimento às normas da ABNT;</p> <p>e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>FADIMAN, James. Teorias da Personalidade. São Paulo: Harbra, 2002.</p> <p>REGO, Tereza Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 9 ed. São Paulo: Herper e Row do Brasil, 2003.</p> <p>BIGGE, Morris L. Teorias da aprendizagem para professores. São Paulo: EPU, 1977.</p> <p>CÓRIA – SABINI, Maria Aparecida. Psicologia aplicada à educação. São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>FARIA, Anália Rodrigues. O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.</p>



	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 212 - MATEMÁTICA I				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			1º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de reaver os conhecimentos da Matemática trabalhada na Educação Básica (Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio), a partir da perspectiva da formação docente. Com isto, os estudantes deverão se aprofundar no conhecimento matemático, compreendendo o funcionamento das operações básicas e a linguagem matemática desse contexto.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações dos números e operações. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; • Identificar padrões numéricos e princípios de contagem; • Resolver situação-problema envolvendo conhecimentos numéricos; • Avaliar a razoabilidade de um resultado numérico na construção de argumentos sobre afirmações quantitativas; • Avaliar propostas de intervenção na realidade da educação do campo utilizando conhecimentos numéricos 				
EMENTA				
A importância e história dos números. Sistema de numeração decimal. Os conjuntos numéricos: números naturais; inteiros; racionais e irracionais e números reais.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. A importância dos números. <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Sistema de numeração decimal. 2. Os números naturais: origem, definição, representação e conceitos envolvendo números naturais (sucessor e antecessor, ordenação); <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Os diferentes tipos de números; 2.2 Propriedades e as operações de: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação, radiciação; 2.3 Divisibilidade: Múltiplos; divisores; critérios de divisibilidade (por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11); Números primos e compostos; 				

Decomposição em fatores primos; Mínimo múltiplo comum (mmc); Máximo divisor comum (mdc) e Números primos entre si.

2.4 Ordenação, desigualdades

3. Os Números inteiros: origem, definição e representação;

3.1 Propriedades e operações de: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação, radiciação;

4. Os números racionais: origem, definição e representação;

4.1 propriedades e as operações de: Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação, radiciação;

4.2 Fração geratriz e os diferentes tipos de dízimas.

4.3 Números decimais

5. Os números irracionais

6. Os números Reais: representação e propriedades.

6.1 A reta real

7. Notação Científica

8. Intervalos

9. Porcentagem e regra de três.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do conhecimento matemática presa pela relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica. Além disso, são indicadores de avaliação:

- Conhecimento numéricos: operações com conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais); desigualdades; estimativas de ordem da grandeza; cálculo mental; notação científica.
- Os futuros professores deverão reconhecer, no contexto social (educação do campo), diferentes significados e representações dos números e operações; identificar padrões numéricos; resolver situações-problema envolvendo conhecimentos numéricos; avaliar a razoabilidade de um resultado numérico na construção de argumentos sobre afirmações quantitativas; avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos numéricos;
- Dominar o uso da linguagem matemática; enfrentar situações-problema; construir argumentos; construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. Os critérios de avaliação deverão seguir os critérios estabelecidos pela Instituição, podendo se constituir de provas escritas e orais, exercícios, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

A Avaliação da disciplina será constituída de três notas, conforme a seguir:

1ª nota: (AT) Avaliação Contínua no TU (10 pontos): Atividades realizadas durante



todas as aulas do semestre no TU (Tempo Universidade), constando também a nota atribuída à participação do estudante nas atividades desenvolvidas em sala de aula;
2ª nota: (P) Prova (10 pontos): Com o objetivo de aferir individualmente o nível de absorção do conteúdo durante as aulas do (TU-Tempo Universidade);
3ª nota: (TC) Trabalho realizado no TC (Tempo Comunidade). (10 pontos):
 O cálculo da Nota Final do estudante na disciplina será dado pela média das três notas:
 $NF = (AT + P + TC) / 3$
Onde o aluno estará:
 Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.
 Recuperação: Média entre 6 e 6,9.
 Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA


1. BÁSICA

DANTE, L. R. **Matemática:** Contextos e Aplicações. Editora Ática, 2009. Coleção para o Ensino Médio.
 DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos da Matemática Elementar.** – 8. Ed. – São Paulo, SP: Atual, 2009.
 IEZZI, Gelson; MURAKAMI. **Fundamentos de Matemática Elementar.** Volume 1. 9. Ed. – São Paulo: Atual, 2013.

2. COMPLEMENTAR

BIANCHINI, Edwaldo & PACCOLA, Herval: Matemática, Editora Moderna, São Paulo, 1990.
 GENTIL, et al. Matemática Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2002.
 GIOVANY, J. R; BONJORNO. Matemática Completa. Editora FTD. São Paulo, 2005.
 SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Matemática: **Matemática: ensino médio**, volume 1. – 6ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.
 PAIVA, Manoel. Matemática (Ensino Médio) – Volume1. São Paulo: Moderna, 2009.

LEDC 115 - FUNDAMENTOS DA TECNOLOGIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 115- FUNDAMENTOS DA TECNOLOGIA			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		1º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão




60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Compreender o uso das tecnologias na Educação, considerando seus aspectos históricos. Relacionar a construção tecnológica e sua aplicabilidade no contexto educacional. Promover a reflexão crítica sobre a presença das novas tecnologias no contexto sociocultural contemporâneo; Estimular a análise e o desenvolvimento dos projetos de comunicação e das novas tecnologias, tornando o aluno ambientado aos referenciais conceituais e históricos do ciberespaço e da tecnocultura.				
EMENTA				
Histórico e evolução dos recursos tecnológicos na educação; Ambientes de aprendizagem e comunicação docente; Tecnologias Educacionais; Espaços de aprendizagem online. Ciberespaço e educação. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Teorias pedagógicas na educação usando a TIC e EAD.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1.1 Os avanços tecnológicos ao longo das gerações.</p> <p>1.2 Evolução do conceito de Tecnologia e suas contribuições na Educação.</p> <p>1.3 A transformação do homem e sua cultura diante dos avanços tecnológicos.</p> <p>1.4 Internet e seus aspectos históricos.</p> <p>2. Tecnologias na Educação.</p> <p>2.1 Produção textual.</p> <p>2.2 O uso do computador na Educação</p> <p>2.3 Evolução dos Softwares educativos.</p> <p>3. Internet e educação.</p> <p>3.1 Uso da Internet na Educação</p> <p>3.2 Colaboração</p> <p>3.3 Ambientes Virtuais de Aprendizagem (SIGAA, MOODLE, etc.).</p> <p>3.4 E-Learning, Blended learning, Mobile learning.</p> <p>4. Ensino e aprendizagem mediados por computador.</p> <p>4.1 CAI, exercícios e práticas, tutoriais, jogos educativos, simulações, sistemas inteligentes.</p>				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.				



<p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>GOMEZ, Margarita Victoria. Cibercultura, formação e atuação docente em rede: guia para professores. São Paulo, 2010.</p> <p>LE MOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Sulina Editora. Porto Alegre, RS, 2015.</p> <p>SETTON, Maria da Graça. Mídia e educação. Editora Contexto, São Paulo, SP, 2011.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>POLLONI, E. G. F.; PERES, F. R.; FEDELI, R. D. Introdução a Ciência da Computação. Thompson Pioneira, 2003.</p> <p>PRETTO, N. L. O desafio de educar na era digital: educações. Revista Portuguesa de Educação, Braga: CIED, Universidade do Minho, v. 24, n. 1, p. 95-118, 2011. Disponível em: <Disponível em: http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3042>.</p> <p>RON WHITE. Como funciona o computador III. Quark Editora, 1998.</p> <p>ROSINI, Alessandro Marco. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. 2ed. 2014.</p>

LEDC 213 - QUÍMICA E SOCIEDADE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 213 - QUÍMICA E SOCIEDADE		
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	1º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)
Total	Teórica	Prática
60	60h	-
		Extensão
		-
OBJETIVO		
Introduzir questões relacionadas ao desenvolvimento histórico/cultural da ciência química na sua relação com os aspectos políticos, sociais, éticos e econômicos das		



sociedades. Explicitar as várias formas de atuação do profissional da química, enfocando as questões de ética profissional e cidadania.

EMENTA

As origens da química; as artes práticas na protoquímica. Alquimia Alexandrina, Islâmica, Hindu e chinesa. Alquimia Medieval Europeia. Aspectos da química prática no século XVI. A química como ciência independente no século XVII. A química como ciência racional no século XVIII. Lavoisier e a evolução da química. A consolidação da química com ciência no século XIX. A química moderna a partir do século XX.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



- 1. Origens da Química:**
 - 1.1 Origens Gregas;
 - 1.2 Origens Romanas;
 - 1.3 Origens Hindus;
 - 1.4 Origens Chinesas.
- 2. A Alquimia:**
 - 2.1 Origens da Alquimia;
 - 2.2 As Etapas da Alquimia;
 - 2.3 Alquimia grego-egípcia;
 - 2.4 Alquimia islâmica.
- 3. Alquimia Medieval Europeia:**
 - 3.1 A Alquimia medieval europeia;
 - 3.2 Século XIII;
 - 3.3 Século XIV;
 - 3.4 Século XV.
- 4. Protoquímica:**
 - 4.1 Metalurgia;
 - 4.2 Vitrificação;
 - 4.3 Cerâmicas;
 - 4.4 Pigmentação.
- 5. A Química do Século XVI:**
 - 5.1 Química Prática;
 - 5.2 Paracelso;
 - 5.3 Plantas, farmácia e química.
- 6. A Química do Século XVII:**
 - 6.1 Vitalismo e mecanicista;
 - 6.2 Os quimiatras;
 - 6.3 Renascimento das teorias atômicas;
 - 6.4 Descoberta de alguns elementos químicos.
- 7. A Química do Século XVIII:**
 - 7.1 A teoria do Flogístico;
 - 7.2 Teoria do Oxigênio;
 - 7.3 Renascimento das teorias atômicas;
 - 7.4 Descoberta de outros elementos químicos.
- 8. Lavoisier e a Evolução da Química.**
- 9. A Química do Século XIX:**
 - 9.1 A teoria atômica e os elementos;
 - 9.2 Surgimento da Química Analítica;
 - 9.3 Eletricidade e Química;
 - 9.4 Surgimento da Química Orgânica;



<p>9.5 Consolidação da Química Inorgânica; 9.6 Surgimento da Físico-química; 9.7 Surgimento da química Biológica.</p> <p>10. A Química do Século XX: 10.1 A Química Moderna; 10.2 Núcleo atômico e a química; 10.3 Química Contemporânea.</p> <p>11. A História da Química no Brasil: 11.1 A chegada da Família Real; 11.2 A criação dos cursos de Química.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas; b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente; c) Participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina; d) Respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>CHAGAS, A. P. A História da Química do Fogo. Editora Átomo, 2006.</p> <p>GOLDFARB, A.M.A., Da Alquimia à Química. Editora da Universidade de São Paulo, 1988;</p> <p>FILGUEIRAS, Carlos A L. Lavoisier - O estabelecimento da química moderna. Editora Odysseus. São Paulo, 2002.</p> <p>NEVES. L. S. História da Química: Um livro Texto para a Graduação. 2.ed. 2011.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>BENSAUDE-VINCENT, B. História da Química. Instituto Piaget; 1ª edição, 1992.</p> <p>FARIAS, R FERNANDES de. História da Química. Editora Átomo. Campinas, SP, 2003.</p> <p>RUIZ, RENAN. Da Alquimia a Homeopatia. Editora UNESP.</p> <p>VANIN, J.A., Alquimistas e Químicos, Editora Moderna, São Paulo, 1999.</p>



STRATHERN, P. O sonho de Mendeleiev: a verdadeira história da química. São Paulo, 2022.

LEDC 116 - DIDÁTICA GERAL

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 116- DIDÁTICA GERAL				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Compreender as relações existentes entre a teoria e a prática pedagógica. Compreender os processos, as técnicas e os recursos de modo a propor, executar e avaliar o ensino.				
EMENTA				
Organização escolar, trabalho pedagógico e as concepções de educação. Constituição histórica da Didática. Processos de ensino e aprendizagem: relações entre professor, conhecimento sistematizado e trabalho pedagógico. O trabalho pedagógico: o registro, a pesquisa, a reflexão. Avaliação: Contextos e perspectivas. Projeto político-pedagógico. Interdisciplinaridade e alternância.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Didática 1.1 Constituição histórica 1.2 Organização escolar 1.3 Concepções de educação e a relação teoria e prática 2 Processos de ensino e aprendizagem 2.1 Relações entre professor, aluno e conhecimento 2.2 Conhecimento sistematizado 3 Organização do trabalho pedagógico 3.1 Registro, pesquisa e reflexão 3.2 Projeto político-pedagógico 3.3 Organização da aula, métodos e recursos didáticos 4 Avaliação				

<p>4.1 Contextos e perspectivas</p> <p>5 Fundamentos da organização didática da educação do Campo</p> <p>5.1 Interdisciplinaridade</p> <p>5.2 Alternância</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>a) Capacidade de apreensão das ideias principais e argumentos dos textos;</p> <p>b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica;</p> <p>c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;</p> <p>d) atendimento às normas da ABNT;</p> <p>e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Repensando a didática. Campinas: Papyrus, 2012.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2015.</p> <p>FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.</p> <p>LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 23. ed. São Paulo: Libertad, 2012.</p> <p>REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Filosofia pagã antiga. 5.ed. São Paulo: Paulus, 2003.</p>

LEDC 117 - INTRODUÇÃO A FILOSOFIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 117- INTRODUÇÃO A FILOSOFIA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
<p>Conhecer as condições de nascimento da Filosofia na Grécia Antiga e identificar seus precursores.</p> <p>Identificar características peculiares à produção de conhecimento filosófico: conhecimento lógico e sistemático.</p> <p>Identificar as grandes áreas de conhecimento da filosofia: conhecimento teórico (metafísica e epistemologia), prático (ética e política) e estético (artístico).</p>				
EMENTA				
<p>A disciplina objetiva proporcionar o conhecimento das condições de nascimento da filosofia e de seus grandes precursores; dos principais problemas da reflexão filosófica; e das grandes áreas da Filosofia: filosofia prática (ética e política), filosofia teórica (metafísica e ontologia) e estética.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à Filosofia: <ul style="list-style-type: none"> ➤ O significado de “filosofia”; ➤ Principais características do conhecimento filosófico; ➤ As áreas de conhecimento filosófico; 2. Da poesia ao conhecimento filosófico; <ul style="list-style-type: none"> ➤ As poesias de Homero e Hesíodo; ➤ Os “filósofos da natureza”; 3. A filosofia grega antiga. <ul style="list-style-type: none"> ➤ O princípio lógico da não-contradição em Parmênides; ➤ A dialética em Heráclito; ➤ A filosofia socrática. 				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de apreensão das ideias principais dos textos e de seus argumentos; 				

- Capacidade de registro, análise e reflexão crítica;
- Participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- Capacidade de comunicar os argumentos através da escrita e da fala.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DURANT, Will. **A história da Filosofia**. São Paulo: Loyola, 1999.

VERNANT, Jean Pierre. **Origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2013.

2. COMPLEMENTAR

CONTES-SPONVILLE, André. **A Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga**. São Paulo: Paulus, 2003, Vol. 1.



REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Iniciação à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.



LEDC 221 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 221- METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			3º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar as abordagens na pesquisa científica; • Discutir sobre as etapas do processo de investigação científica; • Buscar a familiarização dos alunos com as Etnociências, como alternativa para valorização das realidades locais. 				
EMENTA				
<p>A produção de conhecimento científico na educação em Ciências da Natureza e Matemática. Textos científicos: resenha crítica, resumo e fichamento Fundamentos metodológicos para realização de uma pesquisa com caráter científico: elaboração de perguntas de pesquisa e seleção de participantes coleta de dados. Classificação da pesquisa quanto aos objetivos e tipos de abordagens. Métodos e Técnicas de coleta de dados. Pesquisa participante. Metodologia da Pesquisa-Ação. As Etnociências: enfoque na relação homem-natureza, uso dos recursos e saberes tradicionais.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento científico • Textos científicos: resenha crítica, resumo e fichamento • Primeiros passos na elaboração de um projeto científico. • Métodos Participativo na coleta de dados. • Classificação da pesquisa quanto aos tipos de abordagens e objetivos da pesquisa. • As Etnociências: relação homem-natureza, uso e manejo dos recursos naturais e os saberes tradicionais. 				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os				

quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução N° 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**, 10ª ed. 2010.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório**. 7ª ed. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

2. COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C. (ORGS.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. RECIFE: NUPEEA, 2010.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8ª Ed. São Paulo Brasiliense, 1990.

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2017, 212p.



MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

POSEY, D. A. **Etnobiologia: teoria e prática**. In: RIBEIRO, D. (ed.). Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. 3a. Edição, Vol. 1, Petrópolis: Vozes/FINEP, 1997, p. 1-15.

TEXEIRA, F. M.; GRECA, I. M. (org) **A Pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil e suas Metodologias**. 2ª ed. (Coleção Educação e Ciência) Editora Unijuí/RS, 2011.



LEDC 118 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA DIFERENÇA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 118- FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA DIFERENÇA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Compreender as práticas pedagógicas na Educação Especial, assim como o que diz a LDB sobre, conhecendo algumas necessidades educacionais específicas, como: deficiência visual, auditiva, autismo, déficit de atenção.				
EMENTA				
A educação inclusiva no cenário educacional hoje, considerando sua historicidade e os conceitos da prática pedagógica frente aos sujeitos que apresentam diferenças, sejam elas físicas, mentais, sociais, culturais e étnicos raciais. Estudo sistemático das políticas inclusivas e na perspectiva do sócio-histórico-cultural. Estudo sistemático acerca das relações de produção da diferença na escola e na sociedade; envolvendo pessoas com deficiência e a diversidade cultural e social, discutindo a relação Inclusão- exclusão.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Educação Especial: conceitos e dados históricos				
1.1. Histórico e Conceito de Educação Especial				
1.2. Os sujeitos da Educação Especial				
1.3. Intervenção psicoeducacional				
1.4. Âmbito Legal da Educação Especial				
2. Educação Especial: tendências atuais				
2.1. Integração e Inclusão				
2.2. A escola como espaço inclusivo				
2.3. Como formar professores para uma escola inclusiva?				
3. Algumas Necessidades Especiais.				
3.1. Deficiências: auditiva, visual, motora				
3.2. Autismo Infantil				



3.3. Déficit de Atenção/Hiperatividade

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

- a) Capacidade de apreensão das ideias principais dos textos e dos argumentos que as sustentam/ elucidam;
- b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica;
- c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- d) atendimento às normas da ABNT;
- e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Parecer CNE/CEB nº 9/2016, aprovado em 15 de setembro de 2016. Brasília, MEC/SEESP: 2016.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WERNEWCK, Cláudia. **Sociedade Inclusiva.** Quem cabe no seu TODOS? 3ª ed Rio de Janeiro: WVA Editora, 2006.

2. COMPLEMENTAR

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, MEC: 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva:** um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública. Manaus: EDUA, 2013.


MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e



Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial:** a problemática ética da "diferença" e da exclusão social. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEDC 222 - MATEMÁTICA II

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 222 - MATEMÁTICA II				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre		
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	2º		
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de reaver os conhecimentos matemáticos de Álgebra trabalhados na Educação Básica (Ensino Fundamental Anos Finais e Médio), a partir da perspectiva da formação docente. Com isto, os estudantes deverão se aprofundar no conhecimento algébrico.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rever o conhecimento algébrico de monômios, polinômios e fatoração; operações com conjuntos numéricos; relações de dependência entre grandezas;• Identificar a relação de dependência entre grandezas; resolver situações-problema envolvendo variação de grandezas direta e inversamente proporcionais; analisar informações envolvendo variação de grandezas como recurso para a construção de argumentação; Avaliar propostas de intervenção na realidade envolvendo variação de grandezas; Identificar expressões algébricas que expressem relação entre grandezas; Ler, interpretar e construir gráficos que expressem relações entre grandezas; interpretar a localização e a movimentação de objetos/pessoas no plano;• Modelar e resolver problemas que envolvam variáveis socioeconômicas ou tecnocientíficas, usando representações algébricas.• Aprofundar o conhecimento algébrico: função; gráficos de funções; plano cartesiano; função afim, equações e inequações; coeficiente angular e linear; estudo do sinal da função afim;• Interpretar e construir gráficos de funções afim; identificar e resolver expressões algébricas de funções afim; equações de primeiro grau;• Aprofundar o conhecimento algébrico: função quadrática; equações e inequações do 2º grau;				

- Ler e construir gráficos de função quadrática;
- Resolver problemas cuja modelagem envolva conhecimentos algébricos relativos à função quadrática, equações e inequações do 2º grau.

EMENTA

Revisão de monômios, polinômios; fatoração (diferentes tipos de fatoração, produtos notáveis); Grandezas e relações entre as grandezas. Equações, Inequações e sistemas de primeiro grau. Conceito de função, tipos e qualidades das funções; Função Afim e função quadrática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sistema cartesiano ortogonal: par ordenado; representação gráfica; produto cartesiano; relação binária; domínio e imagem; relação inversa e propriedades das relações.
2. Introdução às funções – conceito; definição de função; padrões e regularidades; funções iguais
 - 2.1 Domínio, contradomínio e conjunto imagem
 - 2.2 Gráfico de função
 - 2.3 Domínio de uma função variável real
3. Qualidades de funções: injetora, sobrejetora e bijetora.
4. Funções afim
 - 4.1 Gráfico cartesiano da função afim
 - 4.2 Termos relacionados à função afim
 - 4.3 Funções: constante, identidade, linear
 - 4.4 Função crescente e função decrescente
 - 4.5 Inequações e estudo do sinal da função afim
 - 4.6 Inequação produto e inequação quociente
5. Funções quadráticas
 - 5.1 Gráfico cartesiano da função quadrática
 - 5.2 Pontos importantes do gráfico da função quadrática
 - 5.3 Construção do gráfico da função quadrática
 - 5.4 Valor máximo ou mínimo e conjunto imagem da função quadrática
 - 5.5 Estudo do sinal da função quadrática
6. Inequações do 2º grau

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do conhecimento matemático preza pela relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo,



relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contextos e Aplicações**. Editora Ática, 2009.

Coleção para o Ensino Médio.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos da Matemática Elementar**. – 8. Ed. – São Paulo, SP: Atual, 2009.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI. **Fundamentos de Matemática Elementar: Conjuntos e funções**. Volume 1. 9. Ed. – São Paulo: Atual, 2013.

2. COMPLEMENTAR

BARROSO, Juliane Matsubara. **Conexões com a Matemática**. Ensino Médio, volume 1. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.

DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Teláris: Matemática: Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano)**. – 2. Ed. – São Paulo: Ática, 2016.



SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Matemática: Matemática: ensino médio**, volume 1. – 6ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

IEZZI G.; DOLCE O.; DEGENSZAJN D.; PÉRIGO R.; ALMEIDA N. **Matemática: ciências e aplicações**. Vol 1. São Paulo: Atual, 2004.

LIMA, E. L. et al. **A Matemática do Ensino Médio**. Coleção do professor de Matemática. vol 1. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1998.

GENTIL, et al. **Matemática Novo Ensino Médio**. São Paulo: Ática, 2002.



	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 223 - QUÍMICA I				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Apresentar ao aluno os principais aspectos relativos à Química. Proporcionar embasamento teórico/prático para que seja ele (aluno) capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos em sua profissão e na sua comunidade, bem como criar um posicionamento e uma consciência de (educação) ambiental e de interdisciplinaridade.				
EMENTA				
Matéria e energia. Elementos, compostos e misturas. Característica do átomo. Tabela Periódica (e propriedades). Ligações Químicas. Gases. Mol e massas molares. Cálculos estequiométricos e equações químicas. Soluções (modos de expressar a concentração de uma solução, Soluções e eletrólitos).				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. Matéria e energia:</p> <p>1.1 - O que é matéria?</p> <p>1.2 - Os tipos de matéria;</p> <p>1.3 - Conhecendo a matéria;</p> <p>1.4 - Explicando a matéria;</p> <p>1.5 - A matéria e suas transformações;</p> <p>1.6 - A relação da matéria/energia.</p> <p>2. Elementos, compostos e misturas:</p> <p>2.1 - O que é um elemento?</p> <p>2.2 - Como se forma um composto?</p> <p>2.3 - Tipos de misturas.</p> <p>3. Característica do átomo:</p> <p>3.1 - Teorias atômicas antigas;</p> <p>3.2 - Teorias atômicas atuais;</p> <p>3.3 - Modelo atômico atual;</p> <p>3.4 - Composição do átomo.</p> <p>4. Tabela Periódica (e propriedades):</p> <p>4.1 - A origem da tabela periódica;</p> <p>4.2 - Principais contribuições na formação da tabela periódica;</p> <p>4.3 - Propriedades periódicas;</p> <p>4.4 - Propriedades aperiódicas;</p>				

<p>4.5 - Famílias da tabela periódica.</p> <p>5. Ligações Químicas:</p> <p>5.1 - Por que os átomos se ligam?</p> <p>5.2 - Ligação iônica;</p> <p>5.3 - Ligação covalente;</p> <p>5.4 - Ligação metálica.</p> <p>6. Gases:</p> <p>6.1 - Gases ideias;</p> <p>6.2 - Gases perfeitos;</p> <p>6.3 - Equação de Clapeyron.</p> <p>7. Mol e massas molares:</p> <p>7.1 - O que é o mol?</p> <p>7.2 - A relação da massa e do mol.</p> <p>8. Cálculos estequiométricos e equações químicas:</p> <p>8.1 - Regra do cálculo estequiométrico;</p> <p>8.2 - Montagem de equações químicas;</p> <p>8.3 - Calculo estequiométrico geral.</p> <p>9. Soluções:</p> <p>9.1 - O que é uma solução?</p> <p>9.2 - Tipos de soluções;</p> <p>9.3 - A importância das soluções.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas;</p> <p>b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente;</p> <p>c) Participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;</p> <p>d) Respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará:</p> <p>Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.</p> <p>Recuperação: Média entre 6 e 6,9.</p> <p>Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>ATKINS, P. Jones, L. Princípios de Química: Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5ª edição, 2012.</p> <p>KOTZ, J.C.; Treichel Jr, P.M. Química Geral e Reações Químicas, 2010.</p> <p>MAHAN, B.H. Química um curso universitário. ed. Edgard Blucher, São Paulo, 1995.</p>
2. COMPLEMENTAR



BRADY, J.E.; Humiston, G.E. **Química Geral**. São Paulo, 1996.



ROSENBERG, J.L. **Química Geral**. 6ª edição 1982.

MATEUS, E. Curso de química: química geral. 17ª edição, 1994.

BUENO, W. A. **Química geral**. 1978.

PARSONS, T. D. **Química geral**. 1978.

LEDC 224 - BIOLOGIA I

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA LEDC 224 - BIOLOGIA I			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre	
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	2º	
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão
60	60h	-	-
OBJETIVO			
Compreender os fenômenos biológicos em nível celular, relacionando-os com os diversos tipos de tecidos e órgãos humanos identificando suas estruturas microscópicas.			
EMENTAS			
Níveis de organização dos seres vivos; A Célula, Aspectos Gerais e Propriedades; Organelas Celulares; Núcleo; Divisão Celular e Diferenciações Celulares; Construção de material didático para apoiar as atividades de docência.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Unidade I – 1.1. Hipótese sobre a origem da célula 1.2. Descoberta do microscópio Unidade II – A Célula, Aspectos Gerais e Propriedades 2.1. A célula, termos, definição e características gerais 2.1.1. Definições 2.1.2. Seres procariontes e eucariontes 2.1.3. Propriedades gerais do protoplasma 2.1.4. Citoplasma e suas características 2.2. Significado dos termos “In Vitro” e “In Vivo” 2.3. Especializações celulares, suas consequências 2.3.1. Perda da capacidade reprodutiva Unidade III – Organelas Celulares 3.1. Membrana Plasmática 3.1.1. Definição 3.1.2. Estrutura Microscópica 3.1.3.			

Modelos de Membrana 3.1.4. Transporte através de membrana a) transporte ativo b) transporte passivo c) transporte facilitado 3.1.5. Especificidade da membrana e receptores; 3.2. Retículos Endoplasmáticos 3.2.1. Definição e estrutura 3.2.2. Origem 3.2.3. Funções 3.2.4. Proteínas no R.E.R, vesícula de transporte 3.2.5. Síntese lipídica no R.E.G. 3.2.6. funções 3.3. Aparelho Reticular de Golgi 3.3.1. Definição e estrutura 3.3.2. Estrutura fina do Aparelho de Golgi 3.3.3. Imagem negativa de Golgi 3.3.4. Origem 3.3.5. Funções a) inter-relação entre o aparelho de Golgi e o R.E. b) manutenção da membrana celular 3.4. Lisossoma 3.4.1. Definição 3.4.2. Estrutura 3.4.3. Origem 3.4.4. Funções a) heterofagia (hidrólises de macromoléculas exógenas) b) renovação intracelular (hidrólise de macromoléculas endógenas) c) lesão e morte celular d) armazenamento de resíduos indigeríveis nos lisossomas 3.5. Peroxisomos 3.5.1. Definição 3.5.2. Ocorrência e morfologia 3.5.3. Atividades enzimáticas e significado funcional 3.5.4. Formação 3.6. Mitocôndrias 3.6.1. Definição 3.6.2. Origem 3.6.3. Compartimentalização das mitocôndrias 3.6.4. Funções 3.6.5. Duplicação mitocondrial 3.7. Cloroplastos 3.7.1. Definição 3.7.2. Origem 3.7.3. Estrutura 3.7.4. Função 3.7.5. Relação das estruturas 3.7.6. Reprodução 3.8. Centríolos, Cílios e Flagelos 3.8.1. Definição 3.8.2. Origem 3.8.3. Estrutura 3.8.4. Funções Unidade IV – Núcleo 4.1. Definição 4.2. Organelas 4.2.1. Membrana nuclear, composição química 4.2.2. Nucleoplasma 4.2.3. Ácidos nucléicos 4.2.4. Cromossomas, diferenciações, importância genética 4.2.5. Nucléolos, sua composição e inter-relação com ribossomas 4.2.6. Funções nucleares Unidade V – Divisão Celular 5.1. Mitose, constância cromossômica 5.1.1. Ciclo de vida da célula 5.1.2. Ritmo e controle da divisão 5.1.3. Duplicação do cromossoma 5.1.4. Divisão citoplasmática Unidade VI – Diferenciações Celulares 6.1. Tonofibrilas, miofibrilas e neurofibrilas. 6.2. Inclusões 6.2.1. Alimentos armazenados 6.2.2. Pigmentos a) exógenos b) endógenos.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.



O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

DE ROBERTIS, Eduardo D. P. **De Robertis: biologia celular e molecular** [Livro] / De Robertis (Jr.), Hib, Ponzio; [tradução Antonio Francisco Dieb Paulo ... et al.]. - 14. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2003.

DE ROBERTIS, Eduardo D. P. **Biologia celular e molecular** [Livro] / De Robertis (Jr.), Hib, Ponzio; [tradução Antonio Francisco Dieb Paulo ... et al.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchôa. **Biologia celular e molecular** 9. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchôa. **Biologia celular e molecular** 8. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

2. COMPLEMENTAR

DE ROBERTIS JUNIOR, E. M. F. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1993.


FAVARD, Pierre. **A célula**. São Paulo, SP: E. Blücher, 1972.

SADAVA, David - HELLER, H. Graig - ORIAN, Gordon H. - PURVES, William K..- HILLIS, David M. **Vida: A Ciência da Biologia – Volume I**. Ed. Artmed, 2009.

SADAVA, David - HELLER, H. Graig - ORIAN, Gordon H. - PURVES, William K..- HILLIS, David M. **Vida: A Ciência da Biologia – Volume II**. Ed. Artmed, 2009.

SADAVA, David - HELLER, H. Graig - ORIAN, Gordon H. - PURVES, William K..- HILLIS, David M. **Vida: A Ciência da Biologia – Volume III**. Ed. Artmed, 2009.



	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 225-FÍSICA I				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			2º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Familiarização com os conceitos básicos da Mecânica. Conceituar o modelo de movimento unidimensional, dando suas vantagens e limitações. Estender os conceitos aprendidos para movimento no plano e no espaço. Conceituar força e estabelecer sua relação com as variáveis cinemáticas. Compreender as leis de Newton e suas aplicações. Compreender os conceitos de trabalho, energia cinética e energia potencial. Compreender os conceitos básicos da mecânica dos fluidos. Tornar esse conhecimento útil e agregar valores à sua utilização em conformidade com sua vivência cotidiana.				
EMENTA				
Introdução às grandezas e unidades de medidas; Introdução a Mecânica e seus principais conceitos; Fundamentos da Cinemática: Movimento; Referenciais; Velocidade e Aceleração e suas aplicações no Campo; Fundamentos do Estudo da Dinâmica: força vetorial, massa e trabalho; As Leis de Newton e suas aplicações no Campo; Noções fundamentais sobre energia mecânica e sua conservação; O atrito e a dissipação de energia; Mecânica dos fluidos e suas aplicações na Educação do Campo.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Introdução a Mecânica e seus principais conceitos e aplicações.				
1. Fundamentos da Cinemática e suas aplicações no Campo				
1.1. Grandezas físicas e Sistema Internacional de Unidades.				
1.2. Estudo dos movimentos e referenciais.				
1.2. Conceitos de velocidade e aceleração e suas aplicações no Campo.				
1.3. Movimentos uni e bidimensionais com aceleração constante.				
2. Fundamentos da Dinâmica				
2.1. O conceito de força, as Leis de Newton.				
2.2. O estudo das Leis de Newton e suas aplicações no Campo.				
2.3. Força de atrito.				

<p>3. Noções sobre trabalho, energia mecânica e sua conservação.</p> <p>3.1. Trabalho de uma força constante.</p> <p>3.2. Trabalho de uma força variável.</p> <p>3.3. Energia Cinética e o Teorema do Trabalho-Energia.</p> <p>3.4. Energia potencial gravitacional e energia potencial elástica.</p> <p>3.5. Conservação da energia.</p> <p>3.6. Potência.</p> <p>4. Mecânica dos Fluidos e suas aplicações na Educação no Campo.</p> <p>4.1. Densidade e Pressão.</p> <p>4.2. Variação da pressão em um fluido em repouso.</p> <p>4.3. Princípio de Pascal e Arquimedes.</p> <p>4.4. Conceito geral sobre o escoamento dos fluidos.</p> <p>4.5. Linhas de corrente e equação da continuidade.</p> <p>4.6. Equação de Bernoulli.</p> <p>4.7. Aplicação das equações de Bernoulli e da continuidade.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.
<p>O aluno estará:</p> <p>Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.</p> <p>Recuperação: Média entre 6 e 6,9.</p> <p>Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
HALLIDAY, David; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
NUSSENZVEIG, H.Móyses. Curso de Física Básica I . 5 ed. São Paulo: Blucher, 2014.
TIPLER, Paul Allen. Física para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica . 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
2. COMPLEMENTAR



FEYNMAN, Richard Phillips. **Física em seis lições**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MÁXIMO, Antônia. **Curso de Física**, v1. ed. Scipione, 2012.

HEWITT, Paul G. **Fundamentos de física conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 439 p.

RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Fundamentos de física**. Rio de Janeiro: LTC, c1992.

NUSSENZVEIG, H. Moysés Herc Moyses. **Curso de física básica: mecânica**. 4. ed. São Paulo: E. Blücher, 2002. 328 p.





LEDC 120 - ANTROPOLOGIA E IDENTIDADE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 120 - ANTROPOLOGIA E IDENTIDADE				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			3º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Fazer uma reflexão antropológica, tendo por eixo os conceitos de Antropologia, Identidade, campo- urbano; Entender a partir do olhar antropológico o sentido de identidade, tendo por foco o trabalho integrado com os discentes da educação do campo; Compreender o processo de Identidades complexas e hibridismo cultural na atualidade.				
EMENTAS				
Compreensão do embricamento rural-urbano-rural e as redes de relações sócio históricas construídas; Compreensão dos processos sócio-políticos em curso no rural brasileiro; Compreensão dos desdobramentos das concepções de campo, campesinato, rural; Compreensão da relação rural-urbano hoje.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Unidade 1				
O que é antropologia				
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A importância da antropologia para a educação do campo; ➤ Antropologia e identidade ➤ Antropologia e campo; ➤ O povo brasileiro: a sua formação cultural e socioeconômica. 				
Unidade 2:				
O que é identidade				
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identidade em questão: desafios e perspectivas; ➤ As culturas e a globalização; ➤ Diásporas na contemporaneidade. 				
Unidade 3:				

Atividades do Tempo Comunidade (pesquisa de campo).
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>a) Capacidade de apreensão das ideias principais dos textos e dos argumentos que as sustentam/ elucidam;</p> <p>b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica;</p> <p>c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;</p> <p>d) atendimento às normas da ABNT;</p> <p>e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Utilização dos conceitos; escrita clara e objetiva, referências a conteúdos; 2. Utilização de conceitos, escrita clara e objetiva, “enfocamento” nos tópicos abordados em aula; 3. Relatório de atividades do Tempo comunidade. <p>Obs. As atividades terão notas de 0,0 a 10,0.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> <p>RIBEIRO, Darcy 1922-1997. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>BOAS, Franz 1858-1942; STOCKING, George W. 1928. A formação da antropologia americana: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.</p> <p>CLEARY, David. A Garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.</p> <p>CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2. ed. California: 2002.</p> <p>DAMATTA, Roberto 1936. Relativizando: uma introdução à antropologia social. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.</p> <p>DURHAM, Eunice Ribeiro 1932. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.</p> <p>HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Porto Seguro: UFMG, 2011.</p> <p>LARAIA, Roque De Barros 1932. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.</p> <p>MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. 4. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011.</p>



LEDC 231 - MATEMÁTICA III

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 231 - MATEMÁTICA III				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			3º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de reaver os conhecimentos de Geometria trabalhada na Educação Básica, a partir da perspectiva da formação docente. Com isto, os estudantes deverão se aprofundar no conhecimento matemático, compreendendo o conhecimento de geometria plana e espacial e introdução à trigonometria. O futuro professor terá oportunidade de rever o conhecimento geométrico do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, trabalhando primeiro as figuras espaciais (ou tridimensionais) depois as figuras planas (ou bidimensionais) e em seguida contornos de figuras planas (ou unidimensionais) classificando essas figuras, observando semelhanças e diferenças entre elas, construindo representações planas das figuras espaciais de diferentes pontos de vista; compondo, decompondo, reproduzindo, ampliando e reduzindo figuras geométricas localizando pontos no plano cartesiano; verificando o que varia ou não varia em transformação geométrica, trabalhando conceitos de congruência e semelhança, grandezas e medidas.</p>				
Objetivos específicos:				
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações geométricas; • Descobrir semelhanças e diferenças em objetos que lembram sólidos geométricos; • Reconhecer as figuras geométricas tridimensionais (sólidos geométricos); figuras bidimensionais (regiões planas) e unidimensionais (linhas); • Identificar entre sólidos geométricos quais são poliedros e quais são corpos redondos; • Montar e manipular os objetos geométricos tridimensionais; • Identificar um polígono; reconhecer os contornos de figuras poligonais; • Rever e aprofundar sobre as ideias fundamentais como: ponto, reta e plano, semirreta, segmento de reta, ângulos, retas paralelas e retas concorrentes, construções geométricas e polígonos; • Aprofundar o conhecimento geométrico sobre Triângulos e ângulos. • Identificar os vértices, lados e ângulos de um quadrilátero e classificar seus ângulos 				

- Identificar, classificar triângulos a partir de seus ângulos;
- Construir o Tangram por meio de dobraduras;
- Resolver situações-problema de áreas das figuras planas a partir do Tangram.
- Resolver situações-problema contextualizados envolvendo conceitos de Geometria tais como: localizar na imagem segmento de reta, ângulo agudo, ângulo obtuso, ângulo reto; triângulo equilátero, triângulo obtusângulo, paralelogramo e trapézio; determinar distâncias reais mostradas em um modelo matemático; identificar local no mapa; descrever trajetos; determinar a quantidade de trajetos possíveis para um deslocamento; identificar a posição relativa entre retas.
- Aprofundar o conhecimento das grandezas comprimento e grandeza superfície; grandeza capacidade e grandeza volume;
- Determinar o perímetro de um polígono; determinar a área de uma região quadrada, retangular e triangular
- Resolver situações-problemas de perímetro e áreas de figuras geométricas
- Resolver situações-problemas com as grandezas capacidade e volume.
- Resolver situações-problema de relações métricas no triângulo retângulo e na circunferência – Elementos de um triângulo retângulo; Teorema ou relação de Pitágoras; aplicações importantes do teorema de Pitágoras; relações métricas na circunferência.

EMENTA

A importância e história do conhecimento geométrico. Geometria bidimensional. Geometria tridimensional; Ângulos. Retas. Construções geométricas com régua, esquadro e compasso. Grandezas e medidas (grandeza comprimento e grandeza superfície). Introdução à Trigonometria.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao estudo de Geometria
2. Sólidos geométricos – poliedros e corpos redondos
3. Ponto, plano e reta
4. Ângulos – a ideia de um ângulo; tipos de ângulos; posições relativas de duas retas em um plano; medida de ângulo; ângulos congruentes; ângulos adjacentes; ângulos complementares e ângulos suplementares; ângulos opostos pelo vértice; Bissetriz de um ângulo;
5. Retas paralelas e retas concorrentes – posições relativas de duas retas distintas contidas num mesmo plano.
6. Construção com régua e esquadro – perpendiculares e paralelas
7. Regiões planas e contornos – as regiões planas do Tangram, Geometria e arte; contornos de regiões planas; linhas fechadas. Regiões planas e o “problema das quatro cores”;
8. Polígonos – diagonais de um polígono convexo; elementos de um polígono, tipos de polígonos, triângulos, quadriláteros.
9. Vista de uma figura espacial;
10. Simetria – figuras com simetria em relação a mais de um eixo; simétrica de uma figura;
11. Grandeza comprimento – unidades de medida de comprimento; Perímetro



12. Grandeza superfície - Unidades de medida de superfície ou unidade de área, área de uma região plana.
13. Grandeza capacidade – unidades de medidas de capacidade
14. Grandeza volume – unidades de medida de volume; medida do volume de um paralelepípedo; volume e capacidade.
15. Estudo de Circunferências e círculos.
16. Relações métricas no triângulo retângulo e na circunferência – Elementos de um triângulo retângulo; Teorema ou relação de Pitágoras; aplicações importantes do teorema de Pitágoras; relações métricas na circunferência.
17. Introdução à Trigonometria – índice de subida; razões trigonométricas; relações entre seno, cosseno e tangente; razões trigonométricas para ângulo de 30° , 45° e 60° .

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do conhecimento matemática preza pela relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica nos conhecimentos geométricos e de grandezas e medidas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. **Introdução a geometria espacial**. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2005 (Coleção do professor de matemática).

DANTE, L. R. **Matemática**: Contextos e Aplicações. Editora Ática, 2009. Coleção para o Ensino Médio.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos da Matemática Elementar**: geometria plana – 8. Ed. – São Paulo, SP: Atual, 2005.

2. COMPLEMENTAR

Coleções de Matemática do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio do



acervo do Curso de Ciências da Natureza e Matemática (CNM-LEDUCARR):
 BARROSO, Juliane Marsubara. **Conexões com a Matemática**. Ensino Médio, volume 1. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.

DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Teláris: Matemática**: Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano). – 2. Ed. – São Paulo: Ática, 2016.



SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Matemática: **Matemática: ensino médio**, volume 1. – 6ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

IEZZI, Gelson; MACHADO, Antônio; DOLCE, Osvaldo. **Fundamentos de Matemática Elementar**: geometria plana. Volume 1. 9. Ed. – São Paulo: Atual, 2005.

WAGNER E. Construções geométricas. (Coleção do Professor de Matemática). Rio de Janeiro: SBM, 1993.

Pesco D. U. Geometria básica. v.1 / Roberto Geraldo Tavares Arnaut. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010

LEDC 121 - LIBRAS E EDUCAÇÃO

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 121 - LIBRAS E EDUCAÇÃO				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			3º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Geral: Refletir sobre Libras como linguagem, cultura, identidade e representação simbólica e social.				
Específicos: 1. Compreender Libras como uma língua; 2. Refletir sobre Libras enquanto objeto de práticas pedagógicas; 3. Reconhecer a Libras como elemento para os processos de inclusão social.				
EMENTA				
Estudo sistemático teórico-metodológico e práticas experimentais de língua brasileira de				

sinais, envolvendo a consciência ética de LIBRAS como elemento para os processos de inclusão educacional e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. Libras em contexto:

- 1.1 Conceitos
- 1.2 Historicidade
- 1.3 Contextos: linguagem, cultura e identidade

II. Estrutura Sistêmica:

1. Libras em situação comunicacional:

- 1.1 Códigos e sistemas alternativos de comunicação
- 1.2 Códigos e sistemas aumentativos de comunicação
- 1.3 Sistema bimodal ou idioma simbolizado
- 1.4 Dactilologia
- 1.5 Palavra complementada

1.6 Língua de Sinais e a Modalidade visuo-espacial

2. Libras: estrutura formal e funcional

- 2.1 Universais lingüísticos e as línguas de sinais;
- 2.2 Parâmetros da Libras
 - 2.2.1 Configuração da mão
 - 2.2.2 Ponto de articulação
 - 2.2.3 Movimento
 - 2.2.4 Orientação
 - 2.2.5 Expressões não-manuais
- 2.3 Estrutura da Libras
 - 2.3.1 Categorias gramaticais
 - 2.3.2 Universais semânticos
 - 2.3.3 Universais sintáticos
 - 2.3.4 Estabelecimento nominal e sistema de pronominalização

3. Prática de Libras:

3.1 Aprendizagem da Libras em crianças surdas

- 3.1.1 Período pré-lingüístico
- 3.1.2 Estágio de um sinal
- 3.1.3 Estágio das primeiras combinações
- 3.1.4 Estágio de múltiplas combinações

3.2 Libras em sala de aula

4. Questão metodológica

4.1. Considerações sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular

4.2. Libras e o aluno

- 4.2.1 Libras e o professor
- 4.2.2 Libras e o processo ensino-aprendizagem
- 4.2.3 Libras e o intérprete

4.2 Vivência prática da Libras: encontro entre imagens e palavras

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

COSTA, Juliana Pellegrini Barbosa. **A educação de surdos ontem e hoje:** posição de sujeito e identidade. Campinas/são Paulo: mercado de letras, 2010.

FERNANDES, Eulália. **Surdez e bilinguismo.** 7º ed. Porto Alegre: mediação:2015.

GESSER, Audrei. **Libras - Que Língua é essa.** Parábola: 2009.

HARRISON, Kathrn Marie P., CAMPOS, Sandra Regina L. de (Orgs). **Leitura e escrita no contexto da diversidade.** Porto Alegre: mediação, 2011.

2. COMPLEMENTAR

CARLOS (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker (Orgs.). **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos:** interfaces entre pedagogia e linguística. . 6º ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Rodrigues (Org). **Cidadania, Surdez e Linguagem.** Plexus: 2003.



	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 232- FÍSICA II				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			3º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
<p>Analisar e discutir a evolução histórica do conceito de calor; compreender a diferença entre calor e temperatura; identificar fontes e processos de geração de presentes no cotidiano. Compreender os procedimentos para a obtenção de uma escala termométrica. Analisar e identificar os diferentes processos em que ocorrem a transmissão e as trocas de calor. Identificar nos seres vivos, nos materiais e substâncias processos de trocas de calor. Reconhecer mudanças de estado físico da matéria. Identificar e selecionar materiais de acordo com suas propriedades térmicas visando melhor conhecimento em seus usos. Enunciar e compreender a primeira lei da termodinâmica e a segunda lei da termodinâmica. Compreender a importância dos estudos de Carnot para a construção e aperfeiçoamento das máquinas térmicas. Compreender o funcionamento de máquinas térmicas, seus ciclos de operação, eficiência e rendimento.</p>				
EMENTA				
<p>Introdução a calorimetria e seus principais conceitos e aplicações; Fundamentos da calorimetria: conceito de calor; temperatura; fontes de calor; termometria; trocas de calor e dilatação térmica e suas aplicações na vida e no Campo. Fundamentos sobre termodinâmica: As leis da termodinâmica; Máquinas térmicas.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. Temperatura: conceitos e aplicações.</p> <p>1.1. Temperatura - descrição macroscópica e microscópica.</p> <p>1.2. Equilíbrio térmico - A lei zero da Termodinâmica.</p> <p>1.3. Termômetros e escalas de temperaturas.</p> <p>1.4. Dilatação térmica dos sólidos e dos líquidos.</p> <p>2. Fundamentos da Física do calor</p> <p>2.1. Conceitos de calor na antiguidade.</p> <p>2.2. Calor e temperatura.</p> <p>2.3. Fontes de calor naturais e tecnológicas.</p>				

2.4. Calorimetria e mudanças de fases das substâncias.

2.5. Mecanismos de transferência de calor.

3. Comportamento térmico dos gases

3.1. Gás ideal: definição macroscópica e microscópica.

3.3. Cálculo cinético da pressão.

3.4. Transformações gasosas.

3.4. Interpretação cinética da temperatura.

4. Fundamentos sobre termodinâmica

4.1. Trabalho realizado por um gás – Energia interna.

4.2. Primeira Lei da termodinâmica.

4.3. Tipos de processos termodinâmicos.

4.4. Segunda lei da termodinâmica.

4.5. As máquinas térmicas.

4.6. Os ciclos termodinâmicos.

4.7. Entropia.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentos de física: gravitação, ondas e termodinâmica**, vol. 2. 9ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

FREEDMAN, Roger A.; YOUNG, Hugh D. **Física: termodinâmica e ondas**, vol. 2. 14. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2016.

TIPLER, Paul A. **Física para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações e ondas**,



termodinâmica, vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

2. COMPLEMENTAR

FEYNMAN, Richard Phillips. **Física em seis lições**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. **Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor**, 4. ed. São Paulo: Blucher, 2002.

MÁXIMO, Antônia. **Curso de Física**. v1. ed. Scipione, 2012.

MORAN, Michael J. **Fundamentos de termodinâmica técnica**. 2. ed. New Jersey: Wiley, 2004. 872 p.

NUSSENZVEIG, H. Moysés Herc Moyses. **Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor**. 3. ed. São Paulo, SP: E. Blücher, 1997.

LEDC 233 - QUÍMICA II

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 233 - QUÍMICA II				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre		
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	3º		
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Organizar e interpretar dados matemáticos através de fórmulas e informações representadas de diferentes formas para enfrentar situações-problema. Além disso, relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente, apresentando os princípios fundamentais da Físico-Química.				
EMENTAS				
Dispersões e Soluções. Propriedades Coligativas. Cinética Química. Química nuclear. Termoquímica.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Dispersões e soluções: 1.1 Classificação das dispersões; 1.2 Principais características dos sistemas dispersos; 1.3 Classificação das soluções;				

- 1.4 Mecanismos de dissolução;
- 1.5 Regra de solubilidade;
- 1.6 O fenômeno da saturação de uma solução;
- 1.7 Curvas de solubilidade;
- 1.8 Solubilidade de gases em líquidos;
- 1.9 Cálculos em soluções.
- 2. Propriedades coligativas:**
 - 2.1 A evaporação dos líquidos puros;
 - 2.2 A ebulição dos líquidos puros;
 - 2.3 O congelamento dos líquidos puros;
 - 2.4 Soluções de solutos não-voláteis e não iônicos;
 - 2.5 Osmometria;
 - 2.6 As propriedades coligativas nas soluções iônicas.
- 3. Cinética química:**
 - 3.1 Velocidade das reações químicas;
 - 3.2 Como as reações ocorrem?
 - 3.3 O efeito da energia sobre a velocidade nas reações químicas;
 - 3.4 O efeito do reagente sobre a velocidade nas reações químicas;
 - 3.5 O efeito do catalisador sobre a velocidade nas reações químicas.
- 4. Química nuclear:**
 - 4.1 O início da era nuclear/A descoberta da radioatividade;
 - 4.2 Os efeitos das emissões radioativas;
 - 4.3 A natureza das radiações e suas leis;
 - 4.4 Cinética das desintegrações radioativas;
 - 4.5 Famílias radioativas naturais e artificiais;
 - 4.6 Fissão e fusão nuclear;
 - 4.7 Perigos e acidentes nucleares.
- 5. Termoquímica:**
 - 5.1 A energia e a transformação da matéria
 - 5.2 Por que as reações químicas liberam ou absorvem calor?
 - 5.3 Fatores que influem nas entalpias (ou calores) das reações;
 - 5.4 Equação termoquímica;
 - 5.5 Casos particulares das entalpias (ou calores) das reações;
 - 5.6 Lei de Hess.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

- a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas;
- b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente;
- c) Participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- d) Respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.


CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.



<p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>ATKINS, P. Jones, L. Físico-química. 7ª edição, 2003.</p> <p>CASTELLAN, G.W. Fundamentos da físico-química, 1999.</p> <p>KOTZ, J.C. e Treichel Jr, P.M. Química Geral e Reações Químicas. 2010.</p> <p>RUSSELL, J.B. Química Geral volume 2. McGraw-Hill, São Paulo, 1994.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>MAHAN, B.H., Química um curso universitário. ed. Edgard Blucher, São Paulo, 1995.</p> <p>MOORE, W.J. Físico-química, 4ª edição, 1976.</p> <p>ATKINS, P. Jones. L. Físico-química. 8ª edição, 2006.</p> <p>PILLA, L. Físico-Química. 1979.</p> <p>RANGEL, R. N. Práticas de físico-química. 1988.</p>

LEDC 234 - BIOLOGIA II

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 234 - BIOLOGIA II		
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	3º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)
Total	Teórica	Prática
60	60h	-
		Extensão
		-
OBJETIVO		
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as características dos diferentes grupos de animais e de vegetais. • Relacionar microrganismos com doenças, especificando os modos de prevenção • Entender a interação homem-natureza e os saberes tradicionais e outros aspectos culturais como fatores que influenciam a conservação da biodiversidade. 		

EMENTAS
Contextualização dos principais grupos do Reino Vegetal (Briófitas, Pteridófitas, Gimnospermas e Angiospermas); e Reino Animal (Vírus, Bactérias, Protozoários e Fungos). Relacionar microrganismos a doenças formas de prevenção. Os Invertebrados e Vertebrados. Saberes tradicionais e outros aspectos culturais, associado ao uso e manejo de animais e plantas. Os vegetais e animais na medicina tradicional. Interações homem-animal e homem-plantas. Uso e conservação da biodiversidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Reino Planta: Principais grupos vegetais. • Reino Animal: invertebrados e vertebrados • Relacionar microrganismos a doenças e a suas formas de prevenção • Saberes Tradicionais associados ao uso de seres vivos na medicina tradicional • Interações homem-animal/ homem-planta, uso e conservação da biodiversidade.
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.
<p>O aluno estará:</p> <p>Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.</p> <p>Recuperação: Média entre 6 e 6,9.</p> <p>Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
HICKMAN JÚNIOR, Cleveland P.; ROBERTS, Larry S.; LARSON, Allan. Princípios integrados de zoologia . 12 ^a . ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2004.
OLIVEIRA, Eurico C. Introdução à Biologia Vegetal . 2 ^a ed. 2003.
ORR, R. T. Biologia dos Vertebrados . São Paulo: Roca, 1986.
RAVEN, P.; EVERT, R.; EICHHORN, S. Biologia vegetal . 7 ^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
RUPPERT, Edward E.; BARNES, Robert D.; FOX, Richard S. Zoologia dos Invertebrados . São Paulo, Roca, 2005.
2. COMPLEMENTAR



ALVES, Maria T. A.; FREIRE, J.E; BRAGA, P.ET.. **O Conhecimento Local sobre os insetos pelos moradores do município de Groaíras, Ceará. Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde. Ensaios Cienc., Cienc. Biol. Agrar. Saúde, v. 19, n. 1, p. 7-15, 2015.**

FLOR, A.S.S.O.1; BARBOSA, W.L.R.2. **Sabedoria popular no uso de plantas medicinais pelos moradores do bairro do sossego no distrito de Marudá – PA. Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.17, n.4, supl. I, p.757-768, 2015.**

PAULO: Atheneu, MARTINS, J.M. Dinâmicas de uma cidade um exemplo de projeto em Educação Ambiental na escola. MARFAN, M.A. (Org.). Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação ambiental. **Anais...** Brasília: MEC, SEF, 2002.

PEREIRA, Helder F. A.; LUCENA, Reinaldo F. P.; MOURÃO, José S. **Prenúncio de chuvas pelas aves na percepção de moradores de comunidades rurais no município de Soledade-PB, Brasil, INCI v.30 n.12 Caracas dic. 2005.**

CABALZAR, Aloisio [et al.], organizador. **Manual de etnobotânica: plantas, artefatos e conhecimentos indígenas / - São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. 80 p.: il.**

LEDC 241 - GRAMÁTICA, TEXTO E REDAÇÃO CIENTÍFICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 241- GRAMÁTICA, TEXTO E REDAÇÃO CIENTÍFICA			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		4º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão
60	60h	-	-
OBJETIVO			
Desenvolver mecanismos de escrita acadêmica a partir da prática da gramática normativa aplicada à textualidade.			
EMENTAS			
As relações entre o texto e a gramática. Gêneros textuais. O texto: do cotidiano ao científico. Diferença entre artigo de opinião e artigo científico. Método lógico da redação científica. Produção de científicos nas áreas da Licenciatura em Educação do Campo: finalidades e estruturas.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ul style="list-style-type: none"> Gramática e texto; 			

- Os gêneros textuais: leitura e produção;
- O artigo de opinião;
- O artigo científico: estrutura, linguagem e estilo.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Produção de resenhas, resumos, artigos científicos e outras produções inerentes à disciplina como análises textuais e provas dissertativas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

FIORIN, José Luiz e SOVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17.ED. São Paulo: Ática, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

2. COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCA, Granatic. **Técnicas Básicas de Redação**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2013.

DEMO, Pedro. **Praticar Ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GHEDIN, Evandro. **Educação do campo: epistemologias e saberes**. São Paulo: Cortez, 2015.

SENA, Odenildo. **A Engenharia do Texto: um caminho rumo à prática da boa redação**. 2. ed. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2005.

VOLPATO, G.L. **Bases teóricas para Redação Científica**. São Paulo. Scripta, 2007.



_____. **Como escrever um artigo**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, vol. 4, p.97-115, 2007.



_____. **Método Lógico para Redação Científica.** Botucatu/SP: Best Writing, 2011.

_____. **Dicionário para Redação Científica.** Botucatu/SP: Best Writing, 2013.

LEDC 122 - HISTÓRIA AGRÁRIA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 122- HISTÓRIA AGRÁRIA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			4º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
45	30h	-	15h	
OBJETIVO				
Entender como se deu o processo de formação econômica no Brasil com foco na questão fundiária;				
Conhecer os diversos conflitos de luta por democratização da terra no Brasil;				
Compreender a questão agrária no país (da colônia aos dias de hoje).				
EMENTAS				
Proporcionar ao acadêmico condições de compreender o processo de constituição da História Agrária no Brasil, incluindo as raízes da concentração agrária no país, as diversas formas de ocupação e posse da terra desde o período colonial. Objetiva também conhecer os diversos conflitos e estratégias na luta pela terra especialmente a partir da Lei de Terras de 1850 e compreender a questão agrária dentro de um processo de transformações sociais, políticas e econômicas construídas historicamente e de forma conflituosa.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Unidade 1				
➤ A história agrária no Brasil: desafios e perspectivas.				
Unidade 2:				
➤ Os movimentos sociais clássicos: avanços e desafios				

Unidade 3:
➤ Atividades do Tempo comunidade.
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
a) Capacidade de apreensão das ideias principais dos textos e dos argumentos que as sustentam/ elucidam; b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica; c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina; d) atendimento às normas da ABNT; e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. 1. Utilização dos conceitos; escrita clara e objetiva, referências a conteúdos; 2. Utilização de conceitos, escrita clara e objetiva, “enfocamento” nos tópicos abordados em aula; 3. Relatório de atividades do Tempo comunidade. Obs. As atividades terão notas de 0,0 a 10,0.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
CASTORIADIS, Cornelius 1922; GARCIA, Marco Aurélio. A experiência do movimento operário . São Paulo, SP: Brasiliense, 1985. GOHN, Maria Da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia . São Paulo, SP: Loyola, 1991. LEVINE, Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas . São Paulo: Companhia das Letras, 2001. PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
2. COMPLEMENTAR
LEVINE, Robert. O Sertão Prometido: o massacre de Canudos . São Paulo: Edusp, 1995. LINHARES, Maria Yedda (Org). História Geral do Brasil . Rio de Janeiro: Global, 1985. LINHARES, Maria Yedda. Terra Prometida: uma História da questão agrária no Brasil . Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1999. LOUREIRO. Violeta R. (Org.). Estudos de Problemas Amazônicos . Belém: CEJUP, 1995. PRADO JÚNIOR, Caio 1907-1990. Evolução política do Brasil: colônia e império . 19. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.

LEDC 242 - QUÍMICA III

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 242 - QUÍMICA III				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			4º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Capacitar os acadêmicos da referida disciplina a compreender os principais conceitos da química orgânica, através do estudo das propriedades, métodos para obtenção e principais reações químicas com mecanismos das funções orgânicas. Reconhecer e diferenciar as funções orgânicas, que serão estudadas na presente disciplina, através da identificação de seus respectivos grupos funcionais e suas regras para nomenclatura. Estudar as propriedades físicas e químicas, os métodos de obtenção e principais reações químicas com mecanismos associados a estas funções químicas.				
EMENTAS				
Características do Carbono. Alcanos, Alcenos e Alcinos (propriedades/características). Funções Orgânicas Oxigenadas. Funções Orgânicas Nitrogenadas. Isomeria. Reações Orgânicas.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Características do carbono: <ol style="list-style-type: none"> 1.1 O carbono é tetravalente; 1.2 O carbono forma ligações múltiplas; 1.3 O carbono liga-se a vários elementos; 1.4 O carbono forma cadeias; 1.5 Classificação do carbono em uma cadeia; 1.6 Fórmula estrutural. 2. Alcanos, alcenos e alcinos: <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Definição e fórmula geral; 2.2 Nomenclatura; 2.3 A presença na nossa vida. 3. Funções orgânicas oxigenadas: <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Introdução; 3.2 Álcool; 3.3 Fenóis; 3.4 Éteres; 3.5 Ésteres; 3.6 Aldeídos 3.7 Cetonas; 				



<p>3.8 Ácidos carboxílicos; 3.9 Derivado dos ácidos carboxílicos.</p> <p>4. Funções orgânicas nitrogenadas:</p> <p>4.1 Introdução; 4.2 Aminas; 4.3 Amidas; 4.4 Nitrilas; 4.5 Isonitrilas; 4.6 Nitrocomposto.</p> <p>5. Isomeria:</p> <p>5.1 Plana; 5.2 Espacial; 5.3 Geométrica.</p> <p>6. Reações orgânicas:</p> <p>6.1 Substituição; 6.2 Adição; 6.3 Eliminação.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas; b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente; c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina; d) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>ALLINGER, N. L. Química orgânica, 2ª edição, 1976.</p> <p>DIAS, A.G. Guia prático de química orgânica, 2004.</p> <p>SOLOMONS, T.W.G. Química Orgânica, 10ª edição, LTC, Rio de Janeiro, 2012.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>BRUCE, P. Y. Química orgânica, 4ª edição, 2006.</p> <p>VOLLHARDT, K.P.C. Química Orgânica: estrutura e função. 4ª edição. 2004.</p> <p>BARBOSA, L. C. A. Introdução a química orgânica. 2ª edição, 2011.</p>



GARCIA, C. F. **Química orgânica: estrutura e propriedade**. 2015.

BOYD, R. N. **Química orgânica**. 15ª edição. 2009.

LEDC 243 - FÍSICA III

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 243- FÍSICA III				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre		
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	4º		
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Introduzir os conceitos e os fenômenos fundamentais do eletromagnetismo. Apresentar as leis que regem os fenômenos eletromagnéticos. Discutir as propriedades elétricas e magnéticas da matéria, bem como fazer uma descrição tanto microscópica, quanto macroscópica das mesmas. Fazer previsões a respeito dos campos eletromagnéticos, uma vez conhecidas as circunstâncias que os geram. Tornar esse conhecimento útil e agregar valores à sua utilização em conformidade com sua vivência cotidiana no Campo.				
EMENTAS				
Eletrostática, Eletrodinâmica, Eletromagnetismo e suas Aplicações na Educação do Campo.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Introdução à eletricidade e magnetismo, seus principais conceitos e aplicações.				
1. Carga elétrica e Lei de Coulomb				
1.1. As primeiras descobertas no campo da Eletromagnetismo.				
1.2. Carga elétrica e quantização da carga.				
1.3. Condutores e isolantes.				
1.4. A lei de Coulomb.				
1.5. A carga é quantizada.				
2. O Campo Elétrico				
2.1. Definição de campo elétrico.				
2.2. O campo elétrico de cargas pontuais.				

2.3. Linhas de força.

2.4. O campo elétrico de distribuições contínuas de cargas.

2.5. Uma carga pontual em um campo elétrico.

3. Lei de Gauss

3.1. O fluxo do campo elétrico.

3.2. Lei de Gauss.

3.3. Aplicações da lei de Gauss.

3.4. Verificações experimentais das leis de Gauss e de Coulomb.

4. Potencial elétrico

4.1. Potencial elétrico.

4.2. O potencial criado por uma carga puntiforme.

4.3. Várias cargas puntiformes.

4.4. Superfícies Equipotenciais. Energia Potencial elétrica

4.5. Um condutor isolado.

4.6. O gerador eletrostático.

5. Corrente e resistência elétrica

5.1. Corrente e densidade de corrente.

5.2. Resistência, resistividade e condutividade.

5.3. A lei de Ohm.

5.4. Transferência de energia num círculo elétrico.

6. Magnetismo

6.1. Campo Magnético.

6.2. Linhas de campo magnético e fluxo magnético.

6.3. Movimento de partículas carregadas num campo magnético.

6.4. Força magnética sobre um condutor.

6.5. Aplicações do Movimento de Partículas Carregadas.

6.6. FEM induzida.

6.7. Lei da indução de Faraday.

6.8. Transformadores.

AValiação DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Resolução N° 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentos de física: eletromagnetismo, vol. 3.** 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. **Curso de física básica: eletromagnetismo.** 4. ed. São Paulo: E. Blücher, 2006.

TIPLER, Paul Allen. **Física para cientistas e engenheiros: física moderna, mecânica quântica, relatividade e a estrutura da matéria, vol.3.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

2. COMPLEMENTAR

FEYNMAN, Richard Phillips. **Física em seis lições.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HALLIDAY, David; WALKER, Jearl. **Fundamentos de física: eletromagnetismo, vol.3.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.



HAYT JR., William H;. **Eletromagnetismo.** 8. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2013. 595 p.

YOUNG, Hugh D et al. **Física : eletromagnetismo.** 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2006.

MÁXIMO, Antônia. **Curso de Física.** v 4. ed. Scipione, 2012.



LEDC 245 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 245- METODOLOGIA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			4º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
105	45h	30h	30h	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de estudar teorias de ensino e aprendizagem, diferentes estratégias e abordagens de ensino, além disso propiciar ao futuro professor a pesquisa em Educação Matemática.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a história da Educação Matemática e sua aplicabilidade no Ensino de Matemática; • Conhecer e aplicar no processo de ensino e aprendizagem de Matemática as diferentes teorias da aprendizagem e de ensino tais como: Transposição didática (Ives Chevalard); Teoria Antropológica do Didático (Ives Chevalard); Teoria da Aprendizagem Significativa (David Ausubel); Teoria dos Campos Conceituais (Gérard Vergnaud). • Conhecer e utilizar as diversas estratégias e abordagens metodológicas para o melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem da Matemática, tais como: modelagem matemática; resolução de problemas; história da matemática; jogos e projetos de pesquisa. • Conhecer as diretrizes curriculares para a Educação Básica através dos Documentos Curriculares de Roraima do Ensino Fundamental e Médio e a Base Nacional Comum Curricular. • Compreender os conceitos, procedimentos e estratégias matemáticos e planejar soluções para problemas novos, que exijam iniciativa e criatividade; • Aplicar conhecimentos matemáticos para compreender, interpretar e resolver situações-problema do cotidiano ou do mundo tecnológico e científico; • Desenvolver a capacidade de comunicação de ideias matemáticas por escrito ou oralmente, promovendo sua capacidade de argumentação; • Estabelecer relações, conexões e integração entre os diferentes campos da Matemática para resolver problemas, interpretando-os de várias maneiras e sob diferentes pontos de vista. 				
EMENTA				
Educação Matemática e suas tendências atuais no campo da metodologia de ensino.				

Teorias da Aprendizagem e Ensino (Teoria da Transposição Didática, Teoria Antropológica do Didático, Teoria da Aprendizagem Significativa, Teoria dos Campos Conceituais, Etnomatemática). Estratégias metodológicas (Resolução de Problemas, Modelagem Matemática, História da Matemática, Jogos e Projetos de pesquisa). Planejamento e prática de aulas de Matemática para aplicação na Educação Básica. Estudo do Currículo a partir da BNCC e Documentos Curriculares de Roraima (Educação Básica).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A função do professor no processo de ensino-aprendizagem: conhecimentos e habilidades requeridos.

1.2 As relações (professor/aluno), (conteúdo matemático/recurso didático) situadas no plano de aula: contribuições da Psicologia e da Didática.

1.3 Formas de apresentação do conteúdo matemático ao aluno.

2. Concepções e desenvolvimento de currículo de Matemática visando à construção da cidadania e interdisciplinaridade.

2.1 O currículo de matemática na educação básica: aspectos sociais, políticos e pedagógicos.

2.2 O currículo como estratégia de ação educativa: das diretrizes curriculares nacionais, estaduais aos currículos escolares.

3: Planejamento do ensino da Matemática, seleção e organização de conteúdos

3.1 Etapas de um planejamento de ensino.

3.2 Objetivos de ensino: definição e características.

3.3 Graduação dos objetivos: gerais, específicos e operacionais.

3.4 Seleção e organização dos conteúdos da disciplina

3.5 Seleção e organização dos procedimentos e recursos didáticos

4. Metodologia e técnicas de ensino aplicadas à Matemática

4.1 Educação Matemática e suas tendências atuais no campo da metodologia de ensino.

4.2 Uso de materiais didáticos manipuláveis, jogos, computadores e calculadoras.

4.3 Etnomatemática, resolução de problemas, modelagem matemática e história da Matemática como propostas metodológicas para o ensino.

5. Situações didáticas e materiais didáticos

5.1 Situações didáticas e transposição didática.

5.2 Planejamento de unidades e elaboração de recursos para o ensino de Matemática: módulos, textos e material didático.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Na avaliação do conhecimento matemático prevalecerá o aspecto qualitativo ao quantitativo, visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

PAIS, L. C. **Didática da Matemática**. Uma análise da influência francesa. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2001

POLYA, G. **A Arte de Resolver Problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1975

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Tradução: Robson C. Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2000.

TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela Martins Soares. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula**. 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

2. COMPLEMENTAR

AUSUBEL, D. D., NOVAK, J., & HANESIAN, H. **Psicologia Educativa: Um Ponto de vista cognitivo**. México, D. F.: Trillas, 1999.

CARVALHO, Dione Luches de. **Metodologia do Ensino de Matemática**. Coleção Magistério do 2º Grau. Série Professor. Cortez Editora. 1990.

DANTE, Luiz Roberto. **Formulação e resolução de problema de Matemática**. São Paulo: Ática, 2009.

DANTE, L. R. **Matemática: Contextos e Aplicações**. Editora Ática, 2009. Coleção para o Ensino Médio.

DIAZ BORDENAVE, Juan.; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem** 29. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 5. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI. **Fundamentos de Matemática Elementar**. Volume 1. 9. Ed. – São Paulo: Atual, 2013.

LIMA, Elon Lages. **Matemática e Ensino**. Coleção do Professor de Matemática. SBM.



IMPA. Rio de Janeiro. 2001.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21^a e. ver. E atual. – Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. – 2. Ed. Ampl. – São Paulo: EPU, 2011.

LEDC 246 - BIOLOGIA III

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 246- BIOLOGIA III				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			4º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Proporcionar conhecimentos básicos de Genética , permitindo que os alunos sejam capazes de descrever os principais mecanismos de transmissão e variação da hereditariedade.				
EMENTA				
Evolução; Neodarwinismo; Primeira lei de Mendel, Segunda lei de Mendel; Genética na agricultura.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Introdução a Teoria da Evolução e agentes evolutivos.; Origem da vida: DNA e RNA; Divisões celulares Mitose e Meiose. Mecanismos de herança dos caracteres hereditários e sua associação com a Meiose. Mapeamento cromossômico e histogramas de hereditariedade. Estrutura e duplicação de DNA. Biossíntese de RNA e proteínas.				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Resolução N° 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo,				



relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

Gould, Stephen Jay. **Darwin e os grandes enigmas da vida**. Tradução Maria Elizabeth Martinez. - 2. ed. - São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

Ridley, Mark. **Evolução**. 3. ed. - Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MICKLOS, David A., FREYER, Greg A., CROTTY, David A. Crotty. **A ciência do DNA**. - 2. ed. - Porto Alegre: ARTMED, 2005.

2. COMPLEMENTAR

Sadava, David - Heller, H. Graig - Orians, Gordon H. - Purves, William K.- Hillis, David M. **Vida: A Ciência da Biologia – Volume II**. Ed. Artmed, 2009.



DAWKINS, Richard. **A escalada do monte improvável** [Livro] / Richard Dawkins ; tradução de: Suzana Sturlini Couto. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DAWKINS, Richard, 1941. **O gene egoísta** [Livro] / Richard Dawkins; traduzido por Geraldo H. M. Florsheim. - São Paulo: Companhia das letras, 2007.

MORRIS, Desmond. **O macaco nu – Um estudo do animal humano**. Record Editora, 2017. Download < <https://oiipdf.com/desmond-morris-o-macaco-nu>>

KLUG, William S. **Conceitos de Genética** [Livro] / William S. Klug...[et al.]. - 9. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

LEDC 123 - EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO</p>	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 123 - EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA		
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre



Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			5°
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
30	30h	-	-	
OBJETIVO				
<ul style="list-style-type: none"> • Contemplar abordagens de questões socioambientais em modelos educacionais que favoreçam discussões sobre sustentabilidade ambiental e soberania alimentar. • Refletir sobre organização social e resistência à política agrícola no panorama brasileiro atual. 				
EMENTAS				
Educação do campo e a questão ambiental; questões socioambientais e educação; educação ambiental; educação ambiental camponesa; educação e resistência camponesa; educação para sustentabilidade; educação em agroecologia; educação em agroecologia e cotidiano escolar; educação em agroecologia e as organizações camponesas.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • Educação do campo e a questão ambiental. • Questões socioambientais e educação; educação ambiental; educação ambiental camponesa; educação e resistência camponesa; educação para sustentabilidade; educação em agroecologia; educação em agroecologia. • Cotidiano escolar; educação em agroecologia e as organizações camponesas. 				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.				
O aluno estará:				
Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.				
Recuperação: Média entre 6 e 6,9.				
Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
5. BÁSICA				
ALTIERI, Miguel. Agroecologia. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba. Agropecuária. 2009.				



MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF: NEAD, 2010.

ODUM, E. **Ecologia**. Ed. Guanabara, 2012.

SIOLI, Harald. **Amazônia**. Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Rio de Janeiro. Vozes, 1985.

6. COMPLEMENTAR

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 1999.



ALMEIDA, L.M.M.C.; BERGAMASCO, S. M. P.P. Agroindústrias e Segurança Alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos Assentamentos. **Retratos de Assentamentos**, v. 12, p. 87-108, 2009

FERRANTE, Vera Lúcia S Botta; BERGAMASCO, S. M. P. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Os parceiros da cana: paradoxos da integração dos assentamentos rurais com as agroindústrias. **Reforma Agrária**, v. 35, p. 100-135, 2008

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação** [Livro] / Mauro Guimarães. - 11. ed. - Campinas: Papirus, 2011.

SOUZA, Jacimar Luis de. **Agroecologia e agricultura orgânica [princípios técnicos, métodos e práticas]** / Jacimar Luis de Souza. - Vitória, ES: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2012.

LEDC 251 - FÍSICA IV

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 251- FÍSICA IV			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		5º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão
60	45h	-	15h
OBJETIVO			
Compreender os fenômenos relacionados às oscilações, ondas e óptica, bem como suas aplicações no dia a dia. Saber associar e identificar as ondas mecânicas e sua utilidade no cotidiano. Tornar esse conhecimento útil e agregar valores à sua utilização em conformidade com sua vivência cotidiana no Campo.			

EMENTAS

Oscilações; Introdução à ondulatória; Ondas mecânicas; Ondas sonoras; Óptica e suas aplicações na Educação do Campo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução a Oscilações, Ondas e Óptica, seus principais conceitos e aplicações.

1. Oscilações

- 1.1. O oscilador harmônico simples.
- 1.2. O pêndulo simples.
- 1.3. O movimento harmônico simples.
- 1.4. Considerações de energia no movimento harmônico simples.
- 1.5. Aplicações do movimento harmônico simples.

2. Introdução a Ondas Mecânicas

- 2.1. Classificação das Ondas.
- 2.2. Ondas Mecânicas.
- 2.3. Elementos de uma Onda.
- 2.4. Equação da Onda.
- 2.5. Fenômenos Ondulatórios: reflexão, refração, interferência, difração e ressonância.
- 2.6. Energia no movimento ondulatório.
- 2.7. Princípio de superposição.
- 2.8. Ondas estacionárias.
- 2.9. Ressonância.

3. Ondas Sonoras e suas aplicações

- 3.1. Ondas audíveis, ultrassônicas e infrassônicas.
- 3.2. Propriedades fisiológicas do som.
- 3.3. Intensidade e nível sonoro.
- 3.4. Sistemas vibrantes e fontes sonoras.
- 3.5. Batimentos.
- 3.6. O efeito Doppler.

4. Óptica geométrica

- 4.1. Fenômenos ópticos.
- 4.2. Reflexão da luz: Leis da reflexão.
- 4.3. Reflexão total em prismas e fibra óptica.
- 4.4. Refração da Luz: Leis da refração.
- 4.5. Espelhos planos e esféricos: aplicações.



4.6. Instrumentos ópticos.

4.7. Lentes esféricas.

4.8. Óptica da visão.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

HALLIDAY, David; WALKER, Jearl. **Fundamentos de Física: gravitação, ondas e termodinâmica**, vol. 2. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. **Curso de física básica: fluidos oscilações e ondas calor**. 4. ed. São Paulo: E. Blücher, 2002.

MOSCA, Gene; TIPLER, Paul A. **Física para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica**, vol. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

2. COMPLEMENTAR

FEYNMAN, Richard Phillips. **Física em seis lições**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. **Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor**, 4. ed. São Paulo: Blucher, 2002.

SHIGEKIYO, Carlos Tadashi Fuke Luiz Felipe; YAMAMOTO, Kazuhito. **Os alicerces da física: termologia óptica ondulatória**. 14. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. 479 p.

RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Fundamentos de física : óptica e física moderna**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. **Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor**. 3. ed. São Paulo, SP: E. Blücher, 1997.



LEDC 252 - ESTÁGIO EM MATEMÁTICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 252 - ESTÁGIO EM MATEMÁTICA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			5º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	LEDC 245
105	15h	90h	-	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de rever os conhecimentos necessários para que possa realizar o Estágio de Matemática na Educação Básica. Com isto, os estudantes deverão conhecer os documentos que regulamentam o estágio supervisionado da Instituição (UFRR-LEDUCARR) e o funcionamento da escola de Educação Básica conveniada.</p> <p>Além disso, os discentes terão a oportunidade de observar os professores de Matemática do Ensino Fundamental e Médio atuando em sala de aula, bem realizar a regências nessas nesses níveis de ensino aplicando o que foi trabalhado ao longo da graduação.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o regimento do Estágio Supervisionado do Curso de Educação do Campo e da UFRR; • Conhecer os vários documentos e formulários pertinentes ao Estágio Supervisionado; • Elaborar planos de aulas; • Elaborar o Relatório final. 				
EMENTA				
<p>Observação e seleção do campo de estágio. Regimento do Estágio Supervisionado do Curso de Educação do Campo e da UFRR. O que é o Estágio Supervisionado de Matemática. A atuação do discente em formação docente como estagiário numa unidade escolar. A importância do Estágio Docente. Execução do projeto de ensino/aprendizagem interdisciplinar no ensino fundamental/médio. Elaboração do relatório das atividades.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. O estágio supervisionado na formação docente; 2. O estágio supervisionado de Matemática em formação docente; 3. A importância da Educação Matemática no Estágio Supervisionado; 4. A atuação do discente reflexivo como estagiário da Licenciatura em Matemática; 5. Documentos Curriculares do Ensino Fundamental e Médio de Roraima (Educação Básica); 6. Aspectos da Didática da Matemática, tais como: contrato didático e transposição 				

- didática;
7. Execução do projeto de ensino/aprendizagem interdisciplinar no ensino fundamental/médio;
 8. Reflexão sobre as metodologias contemporâneas da Educação Matemática.
 9. Elaboração do relatório das atividades de estágio da Matemática;

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do Estágio supervisionado de Matemática, será realizada em três momentos: o primeiro, no final do TU, o segundo, a partir da orientação do professor da disciplina (UFRR-LEDUCARR) a partir do acompanhamento do supervisor da escola e o terceiro a partir do Relatório Final. Esta avaliação considera a relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. 5. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PICONEZ, S.C.B (Coord.) **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 24ª. Ed.- Campinas, SP: papirus, 2012 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. - 8ª ed. Ver., atual e ampl. – São Paulo: Cortez, 2017.

2. COMPLEMENTAR

AUSUBEL, D. D., NOVAK, J., & HANESIAN, H. **Psicologia Educativa: Um Ponto de vista cognitivo**. México, D. F.: Trillas, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, **Evandro. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica**. 3. Ed. - São Paulo: Cortez, 2005.



SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem.** Tradução: Robson C. Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2000.

TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela Martins Soares. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula.- 2. Ed. –** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S.; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com pesquisa.** São Paulo: Cortez, 2015, 279 p. ISBN: 9788524923425.

LEDC 253 - QUÍMICA IV

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 253- QUÍMICA IV				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			5º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Abordar o equilíbrio químico e o meio ambiente como uma ciência que possui suas especificidades em termos de conceitos, representações e linguagem e como um instrumento de formação humana, possibilitando a observação e a identificação de fenômenos químicos do cotidiano, a construção do conhecimento científico e a leitura de mundo com aporte desse conhecimento.				
EMENTAS				
Equilíbrio químico. Equilíbrio ácido-base. Reações de oxirredução. Eletroquímica: células galvânicas, células eletrolíticas e corrosão.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. Equilíbrio químico:</p> <p>1.1. Estudo geral dos equilíbrios químicos;</p> <p>1.2. Conceito de reações reversíveis;</p> <p>1.3. Conceito de equilíbrio químico;</p> <p>1.4. Equilíbrios homogêneos e heterogêneos;</p> <p>1.5. Grau de equilíbrio;</p> <p>1.6. Constante de equilíbrio.</p> <p>2. Equilíbrio ácido-base:</p> <p>2.1. Equilíbrios iônicos em geral;</p> <p>2.2. Equilíbrio iônico na água/pH e pOH;</p>				

2.3. Hidrólise de sais.

3. Reações de oxirredução:

3.1. Conceitos de oxidação, redução, oxidante e redutor;

3.2. Conceito de número de oxidação (*Nox.*);

3.3. Números de oxidação usuais;

3.4. Cálculo dos números de oxidação.

4. Eletroquímica: células galvânicas, células eletrolíticas e corrosão:

4.1 A pilha de Daniell;

4.2. A montagem e o funcionamento da pilha de Daniell;

4.3. Outras montagens da pilha de Daniell;

4.4. Eletrodo-padrão de hidrogênio;

4.5. As pilhas em nosso cotidiano.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas;

b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente;

c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;

d) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BACCAN, N.; ANDRADE, J. C.; GODINHO, O. E. S.; BARONE, J. S. **Química analítica quantitativa elementar**. 3ª edição revisada. Campinas: Edgard Blücher, 2004.

BAIRD, C. **Química ambiental**. 4ª edição, 2011.

HARRIS, D. C. **Análise química quantitativa**. 7ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

2. COMPLEMENTAR

MENDHAM, J.; NENNEY, R. C.; BARNES, J. D.; THOMAS, M. J. K. VOGEL: **análise Química quantitativa**. 6ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

ROCHA, J. C. **Introdução a química ambiental**. 2ª edição, 2009.

SILVA, D. T. **Avaliação de qualidade química e biológica do solo em sistema de cultivo e ambiental de savana natural**. 2013.

ROCHA, J. C. **Introdução a química ambiental**. 2004.

ATKINS, P. **Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio**



ambiente. 7ª edição, 2018.

LEDC 254 - BIOLOGIA IV

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 254 BIOLOGIA IV				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre		
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	5º		
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
Identificar os princípios que regem os sistemas biológicos; Relacionar os pontos teóricos da ecologia com as atividades antrópicas; Entender as interações entre as populações e comunidades; Apontar caminhos para as atividades menos impactantes; Compreender o processo de regeneração e recuperação de áreas degradadas.				
EMENTA				
Introdução e Conceitos. Teoria de sistemas. Fatores Ecológicos e a Distribuição e Abundância das Espécies. Interações entre Espécies. Ecologia Energética. Ecologia de Populações. Ecologia de Comunidade. Transferências de Matérias nos Ecossistemas. Sucessão Ecológica.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Unidade I – O âmbito da ecologia 1.1 Ecologia e sua relação com as outras ciências e sua importância para a civilização 1.2 Níveis de organização do Ecossistema; 1.3 O princípio das propriedades emergentes; Unidade II – O Ecossistema 2.1. Conceito do Ecossistema; 2.2 A estrutura do Ecossistema; 2.3 O controle biológico do Ambiente Geoquímico; 2.4 Produção global e decomposição; 2.5 Exemplos de Ecossistemas; 2.6 A natureza cibernética e a estabilidade dos ecossistemas. Unidade 3 – A energia nos sistemas ecológicos 3.1 A Lei da Entropia; 3.2 O Ambiente Energético; 3.3 Cadeias alimentares, Redes Alimentares e Níveis Trópicos; 3.4 Metabolismo e tamanho de indivíduos; 3.5 Estrutura Trópica e pirâmides ecológicas 3.6 Capacidade de suporte; 3.7 Classificação de ecossistema baseado na energia Unidade 4 – Ciclos Biogeoquímicos 4.1 Padrões e tipos básicos de ciclos biogeoquímicos 4.2 A ciclagem global do carbono e da água 4.3 O ciclo Sedimentar 4.4 A ciclagem de elementos de nutrientes nos trópicos Unidade 5 – Fatores limitantes e o ambiente 5.1 Conceito de fatores limitantes, Lei do mínimo de Liebig 5.2 Fatores físicos de importância como fatores limitantes 5.3 Estresse antropogênico e resíduos tóxicos. Unidade 6 – Dinâmica de populações 6.1 Propriedades de grupo populacional 6.2 Forma de crescimento populacional 6.3 A taxa intrínseca de aumento natural 6.4 Flutuação e oscilações 6.5 Ação independente e dependente da densidade no controle de populações 6.6 Estrutura das populações 6.7 Repartição e				

otimização da energia Unidade 7 – Populações, comunidades e ecossistemas 7.1 Tipos de interações entre duas espécies 7.2 Competição interespecíficas e coexistência 7.3 Interações harmônicas e desarmônicas 7.4 Conceitos de habitat, nicho ecológico 7.5 Diversidade de espécies nas comunidades 7.6 Populações e comunidades em gradientes geográficos: ecotones e efeitos de borda.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BERGON, Michael. **Ecologia**: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

ODUM, Eugene Pleasanto. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1988.

ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. Tradução de Antônio Manuel de Azevedo Gomes. - 7. ed. - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 2004.

2. COMPLEMENTAR

SADAVA, David - Heller, H. Graig - Orians, Gordon H. - Purves, William K.- Hillis, David M. **Vida**: A Ciência da Biologia – Volume III. Ed. Artmed, 2009.

RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza** [Referência] / Robert E. Ricklefs. - 6. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.



DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira** [Livro] / Warren Dean; [Tradução de: Cid Knipel Moreira]. - São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Jacimar Luis de. **Agroecologia e agricultura orgânica** [princípios técnicos, métodos e práticas] / Jacimar Luis de Souza. - Vitória, ES: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2012.

MILLER JR., G. Tyle. **Ciência ambiental** [Livro] / G. Tyler Miller Jr. - 11. ed. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2007.



LEDC 255 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 255- METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			5º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
105	45h	30h	30h	
OBJETIVO				
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar reflexões sobre o papel do professor, a tarefa de ensinar e valorização da realidade local, com associação de conteúdos didáticos e dos saberes tradicionais, diversidade ambiental e o histórico cultural e econômico do contexto local. • Avaliar situações relacionadas à docência na escola camponesa para uma posterior intervenção durante a realização do estágio. • Apresentar diferentes estratégias de ensino, buscando a reflexão constante sobre a tarefa de ensinar. • Planejar atividades didáticas por meio da mobilização de conhecimentos específicos de Ciências e Biologia a fim de alcançar aprendizagem dos conteúdos didáticos relacionando-os aos contextos sociais. • Estimular a produção de recursos didáticos, preferencialmente com material alternativo. • Discutir sobre instrumentos legais que orientam a seleção dos conteúdos didáticos. 				
EMENTAS				
Compreensões sobre educação e o papel do professor. Contextualização dos conteúdos. Estratégias de ensino como opções para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas escolas do campo. Recursos Didáticos. Preparação do Estágio. Os instrumentos legais que orientam a seleção de conteúdos de Ciências e Biologia: Base Nacional Comum Curricular-BNCC e Base Nacional Comum Curricular-BNCC.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • Concepções sobre educação: aspectos sociais, políticos e econômicos. • O papel do professor na Educação Básica. • Planejamento, prática e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem. • As diferentes estratégias de ensino e os recursos didáticos. • Análise, reflexão crítica das estratégias didáticas. • Reflexões sobre práticas pedagógicas contextualizadas para o ensino de Ciências e Biologia na Escola Campo. 				

- Os instrumentos legais que orientam a seleção de conteúdos de Ciências e Biologia.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2007 (Coleção Docência em Formação).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 43ª ed, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

LIBÂNEO, C. L. **Adeus Professor, Adeus professora?: novas exigências e profissão docente**. 13ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Júlio César França e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

TRIVELATO, S.F.; SILVA, R.L.F. **Ensino de Ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2012 (Coleção Ideias e Ação)

2. COMPLEMENTAR

ANASTASIOU, L.G.C.; ALVES, L.P. (Orgs). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3ª ed. Joinville/SC: Editora Univille, 2005.

IMBERT, Francis. **Para uma Práxis Pedagógica**. Brasília, Plano Editora, 2012.

MARANDINO, Martha. SELLES, Sandra, E.; FERREIRA, Marcia S. **Ensino de biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos**.

MORAIS, R. (Org.). **Sala de Aula: que espaço é esse?** 3ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 2009.

RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza** [Referência] / Robert E. Ricklefs. -



6. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

DEAN, Warren, **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira** [Livro] / Warren Dean; [Tradução de: Cid Knipel Moreira]. - São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Jacimar Luis de. **Agroecologia e agricultura orgânica** [princípios técnicos, métodos e práticas] / Jacimar Luis de Souza. - Vitória, ES: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, 2012.

MILLER JR., G. Tyle. **Ciência ambiental** [Livro] / G. Tyler Miller Jr. - 11. ed. - São Paulo, SP: Cengage Learning, 2007. 563 p. : il.

LEDC 261 - ESTÁGIO EM BIOLOGIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 261- ESTÁGIO EM BIOLOGIA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			6º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	LEDC 255
105	15h	90h	-	
OBJETIVO				
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a interlocução entre as aprendizagens teóricas do acadêmico no tempo-universidade e as atividades práticas realizadas no tempo-comunidade. • Refletir sobre a importância da contextualização dos conteúdos didáticos para a valorização dos saberes tradicionais e às realidades locais. • Estimular a realização de ações didáticas na escola do campo como contribuições na formação docente e na organização do trabalho pedagógico. 				
EMENTA				
A Educação Básica sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. Escola do Campo: espaço interdisciplinar e transdisciplinar, onde se podem articular teoria e prática por meio da ação docente. Prática docente: observação, seleção de conteúdos e metodologias para o ensino de Ciências e Biologia. Experiências Pedagógicas na Educação do Campo.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • A Educação Básica sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura • Escola do Campo: espaço interdisciplinar e transdisciplinar - local especial para valorização dos saberes empíricos. 				

- Etapas preparatórias para ação docente no estágio: observação; planejamento: seleção de conteúdos e estratégias didáticas, e preparação das aulas – plano de aula e avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- Integração teoria e prática: propostas de atividades dinâmicas voltadas para o ensino de conteúdos de forma contextualizada.
- Compartilhamento e reflexão sobre as experiências pedagógicas da Educação do Campo – Atividades realizadas no Tempo Comunidade-TC.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa. Planejamento, produção de relatórios e aulas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

LIMA, Júlio César França e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 43ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GHEDIN, Evandro. OLIVEIRA, Elisangela S.; ALMEIDA, Whasgthon, A. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015, 279p.

2. COMPLEMENTAR

CALDART, Roseli Salete, PALUDO, Conceição e DOLL, Johannes. **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: Pronera/NEAD, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004


IMBERT, Francis. **Para uma Práxis Pedagógica**. Brasília, Plano Editora, 2012.

PICONEZ, STELA C. BERTHOLO. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24ª ed. Campinas: Papyrus, 2016, 128p.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção Docência em Formação, Série Saberes Pedagógicos).



LEDC 124 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO					
CENTRO DE EDUCAÇÃO					
CURSO					
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática					
NOME DA DISCIPLINA					
LEDC 124- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS					
Categoria		Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			6º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão		
60	45h	-	15h		
OBJETIVO					
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o processo histórico da alfabetização de jovens e adultos; • Compreender a alfabetização como leitura de mundo, para além da palavra; • Conhecer o método de alfabetização de jovens e adultos; • Entender a importância das políticas públicas no contexto da educação do campo. 					
EMENTA					
<p>Concepção de alfabetização. O processo histórico da alfabetização de jovens e adultos. A natureza simbólica da linguagem. Paulo Freire e a prática da educação popular. O perfil sociocultural dos educandos jovens e adultos e suas necessidades de aprendizagem: concepções de mundo, representações sociais, valores, crenças, cultura e os processos metodológicos. Desafios e perspectivas da EJA frente às transformações do mundo do trabalho. Conceito e origem das políticas públicas. Perspectivas das políticas educacionais na construção da cidadania e inclusão social. Política educacional de Educação de Jovens e Adultos. Políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>1. Alfabetização</p> <p>1.1 O processo histórico da alfabetização de jovens e adultos.</p> <p>2 Caracterização da Educação de Jovens e Adultos</p> <p>2.1 O perfil sociocultural dos educandos jovens e adultos</p> <p>2.2 Necessidades de aprendizagem e processos metodológicos</p> <p>3 Fundamento teórico</p> <p>3.1 Paulo Freire e a prática da educação popular</p> <p>3.2 Método de alfabetização de jovens e adultos</p> <p>3.3 Desafios e perspectivas da EJA frente às transformações do mundo do trabalho</p> <p>4 Conceito e origem das políticas públicas</p> <p>4.1 Perspectivas das políticas educacionais na construção da cidadania e inclusão social</p> <p>4.2 Política educacional de Educação de Jovens e Adultos</p>					

4.3 Políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

- a) Capacidade de apreensão das ideias principais e argumentos dos textos;
- b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica;
- c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- d) atendimento às normas da ABNT;
- e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

2. COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.


OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 115, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre educação de adultos**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.



LEDC 262 - MATEMÁTICA IV

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA LEDC 262- MATEMÁTICA IV				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			6º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de reaver os conhecimentos da Matemática trabalhada na Educação Básica (Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio), a partir da perspectiva da formação docente. Com isto, os estudantes deverão se aprofundar no conhecimento matemático, compreendendo o funcionamento das operações básicas e a linguagem matemática desse contexto.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a ideia de razão e proporção • Determinar a razão entre dois números racionais dados; • Determinar porcentagens utilizando o conceito de razão; • Verificar se duas razões são iguais e se formam proporção; • Aplicar as propriedades fundamentais das proporções • Utilizar a definição de grandezas diretamente proporcionais para resolver problemas; • Utilizar a definição de grandezas inversamente proporcionais para resolver problemas; • Classificar as grandezas em diretamente proporcionais; inversamente proporcionais ou não proporcionais. • Resolver problemas de porcentagem; • Resolver problemas de porcentagem voltados para a Matemática financeira; • Resolver problemas utilizando regra de três simples e regra de três composta; • Resolver situações-problema contextualizadas para a realidade do campo, da educação do campo envolvendo os conceitos de razão, proporcionalidade, grandezas diretas e inversas e regra de três. • Resolver situações-problema contextualizadas para a realidade do campo, da educação do campo envolvendo os conceitos de razão, proporcionalidade e geometria. 				
EMENTA				
<p>Proporcionalidade: razões e proporções; regra de três simples e regra de três composta. Proporcionalidade e geometria; razão entre segmentos de retas e segmentos de retas</p>				

proporcionais. Números diretamente proporcionais e números inversamente proporcionais. Regra de sociedade; Porcentagem. Proporcionalidade e Matemática financeira (juros simples e juros composto).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à proporcionalidade
2. Razões – a ideia de razão; porcentagem como razão
3. Proporções – a ideia de proporção; propriedade fundamental das proporções; outras propriedades das proporções; grandezas proporcionais;
4. Razões especiais – Escala; velocidade média; densidade demográfica;
5. Regra de três simples em situações de proporcionalidade direta; regra de três simples em situações de proporcionalidade inversa; porcentagem de números usando a regra de três;
6. Outras aplicações de proporcionalidade – movimento uniforme; velocidade constante; ampliação e redução de figuras e fotografias;
7. Proporcionalidade direta e gráfico
8. Números proporcionais – números diretamente proporcionais; números inversamente proporcionais; divisão de um número em partes proporcionais a números dados.
9. Regras de sociedade
10. Porcentagem em Matemática financeira;
11. Juros – juros simples e juros composto.
12. Proporcionalidade e geometria – razão entre segmentos de reta e segmento de reta proporcionais – proporcionalidade na circunferência: o número pi; a divina proporção: o número de ouro; proporcionalidade e escala; proporcionalidade em triângulos retângulos com ângulos de 30°; feixe de retas paralelas e o teorema de Tales.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do conhecimento matemática preza pela relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA



1. BÁSICA
DANTE, L. R. Matemática: Contextos e Aplicações. Editora Ática, 2009. Coleção para o Ensino Médio.
DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos da Matemática Elementar. – 8. Ed. – São Paulo, SP: Atual, 2009.
IEZZI, Gelson; MURAKAMI. Fundamentos de Matemática Elementar. Volume 1. 9. Ed. – São Paulo: Atual, 2013.
2. COMPLEMENTAR
Coleções de Matemática do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio do acervo do Curso de Ciências da Natureza e Matemática (CNM-LEDUCARR):
BARROSO, J. M. Conexões com a Matemática. Ensino Médio, volume 1. Editora Moderna. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.
DANTE, Luiz Roberto. Projeto Teláris: Matemática: Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano). – 2. Ed. – São Paulo: Ática, 2016.
SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Matemática: Matemática: ensino médio , volume 1. – 6ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.
IEZZI, Gelson; HAZZAN Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de Matemática Elementar: Matemática comercial, Matemática financeira e Estatística descritiva. Volume 2. ed. – São Paulo: Atual, 2013. ISBN: 9788535717600.
LIMA, Elon Lages. A Matemática do Ensino Médio , Volume 1. 9. Ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006.

LEDC 263 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E FÍSICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 263- METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E FÍSICA		
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	6º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)
Total	Teórica	Prática
105	45h	30h
		Extensão
		30h
OBJETIVO		
Proporcionar aos professores uma reflexão crítica sobre as diferentes abordagens		



metodológicas utilizadas no ensino de ciências e de física, para que possam selecionar as mais adequadas em função do perfil de seus alunos e dos objetivos de aprendizagem.

EMENTAS

Planejamento e criação de sistema ensino/aprendizagem em física e aplicação interdisciplinar, segundo enfoque derivado das Tecnologias Educativas: Prática, experimento e resolução de problemas para o Ensino da Física na Educação do Campo, contemplando a produção de material didático de baixo custo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Metodologia experimental e fenomenológica: a constituição do objeto de estudo – observar, representar, descrever etc., o estabelecimento de relações entre propriedades do fenômeno e a sua interpretação – relacionar, estimar, medir, quantificar, interpretar etc., a transposição de conhecimento – aplicar, inferir, deduzir, generalizar, solucionar etc.;
2. Solução de problemas: experimentais ou teóricos, empregando instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;
3. Aplicação de modelos físicos: reconhecendo seus domínios de validade;
4. Planejamento e realização de experimentos e medições;
5. Familiaridade com as TICs para o ensino da Física.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BRITO L. P.; GOMES, N. F. **O ensino de física através de temas no atual cenário do ensino de ciências**. VI ENPEC. Florianópolis, Santa Catarina.2007.

CAMPOS, A. A., ALVES, E. S. e SPEZIALI, N. S. **Física Experimental Básica na Universidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Silva. Sequência Didática para o Ensino da Física. Bahia, 2021.

2. COMPLEMENTAR

FEYNMAN, Richard Phillips. **Física em seis lições**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.



PIETROCOLA, M. (org.), **Ensino de física:** conteúdo, metodologia e epistemologia numa concepção integradora. Florianópolis: UFSC, 2005.

VALADARES, E. C., **Física mais que divertida.** Belo Horizonte. 2010.

WEISSMANN, Hilda (org.). **Didática das ciências naturais:** contribuições e reflexões. Porto Alegre, Artmed, 1998.

CARVALHO, Anna Maria et al. **Ensino de Física.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.



LIMA, M. E. C. C.; PAULA, H. F. e SANTOS, M. L. B. **Ciências da Vida e da Natureza no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMG.** (No prelo).

LEDC 125 - TCC I

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 185 - TCC I			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		7º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	30	30	
OBJETIVOS			
Aprofundar conhecimentos nas áreas de formação do curso através da pesquisa; Adquirir conhecimentos sobre acesso e busca nas bases de dados científicos; Desenvolver habilidades e atitudes investigativas.			
EMENTA			
Investigação Científica. Estrutura e organização do TCC. Bases de Dados Científicos. Metodologias quantitativas e qualitativas de pesquisa. Instrumentos de coleta de dados.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1 A investigação científica através da pesquisa acadêmica. 1.1 As diferentes abordagens ao problema de pesquisa. 2 Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. 3 Credibilidade e qualidade das fontes. 4 Bases de dados científicos. 5 Instrumentos de coleta de dados.			
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM			
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua ao longo do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso.			

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. Atividades presenciais e o Projeto de Pesquisa.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
2. COMPLEMENTAR
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
FAZENDA, Ivani (Org). Metodologia da pesquisa educacional. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2017.
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LUCKESI, Cipriano; et al. Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica. 17 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.



LEDC 271 - ESTÁGIO EM FÍSICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 271- ESTÁGIO EM FÍSICA		
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	7º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)
Total	Teórica	Prática
105	15h	90h
		Extensão
		-
		LEDC263
OBJETIVO		
Avaliar a afirmação do discente diante da aprendizagem como sendo parte de uma metodologia pedagógico na construção de ferramentas como o conhecimento, o desenvolvimento de competências e a habilidade individual de regência.		



EMENTA	
Planejamento, observação e seleção do campo de estágio; Espaço de discussão e reflexão sobre as ações mediadoras em sala de aula; criação de sistema ensino/aprendizagem em física e aplicação interdisciplinar; Regência na escola da rede estadual no Campo para Ensino Médio. Elaboração do relatório das atividades.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Observação e seleção do campo de estágio; 2. Atividade de Regência na escola do Campo.	
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM	
A avaliação tomará por base o definido no Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFRR.	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	
Resolução N° 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. Os critérios de avaliação deverão seguir os estabelecidos pela Instituição.	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
1. BÁSICA	
BRITO L. P.; GOMES, N. F. O ensino de física através de temas no atual cenário do ensino de ciências. VI ENPEC. Florianópolis, Santa Catarina.2007.	
CAMPOS, A. A., ALVES, E. S. e SPEZIALI, N. S. Física Experimental Básica na Universidade. Belo Horizonte: UFMG, 2007.	
OLIVEIRA, Ana Maria Silva. Sequência Didática para o Ensino da Física. Bahia, 2021.	
2. COMPLEMENTAR	
FEYNMAN, Richard Phillips. Física em seis lições. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.	
BURIOLLA, Marta A. Feiten. O Estágio Supervisionado. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2001	
MACEDO, L. Desafios à prática reflexiva na escola. Pátio. Revista Pedagógica (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 23, p. 12-15, 2002.	
PACCHIONI, Margareth Maria. Estágio e Supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa. São Paulo: Stiliano, 2000.	
SOARES, Keyla Rebouças et al. Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos da UFRR. 3ª ed. Boa Vista, 2017.	
CARVALHO, Anna Maria et al. Ensino de Física. São Paulo: Cengage Learning, 2010.	

LEDC 126 - NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: IDENTIDADE E CULTURA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	 UFRR
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		



Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 126- NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: IDENTIDADE E CULTURA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			7º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	45h	-	15h	
OBJETIVO				
Oferecer subsídios para a escrita de autobiografia e construção da identidade do professor do campo.				
EMENTA				
As dimensões das narrativas: biografia, autobiografia, relato de vida e memória. A tríplice mimese na prefiguração, configuração e refiguração e a re-narração de si como processo de construção da identidade narrativa. A construção da autobiografia e a formação de professores do campo.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> • O perfil de narrativas: técnicas do narrador; • A biografia e o relato de vida; • A construção do texto memorialístico; • A autobiografia, o sujeito do campo e as escritas de si; • O professor do campo e a identidade em contexto de formação. 				
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM				
Produção de resenhas, resumos, artigos científicos e outras produções inerentes à disciplina como análises textuais e provas dissertativas.				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.				
O aluno estará:				
Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.				
Recuperação: Média entre 6 e 6,9.				
Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.				
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA				
1. BÁSICA				
BOSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.				
COMBE, Dominique. A Referência Desdobrada . O Sujeito Lírico entre a Ficção e a <i>Autobiografia</i> . Seção Arquivo. Revista USP, 2010. (84), p.113-128.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . Saberes necessários à prática educativa. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.				



ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **História e histórias de vida**: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ASSMAN, Hugo e SUNG, Jung M. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

2. COMPLEMENTAR

_____. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

BENJAMIN, Walter, 1892-1940. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rovannet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: _____ LINS, Daniel (org). **Cultura e Subjetividade**: saberes nômades. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

BUENO, Belmira Oliveira; CHAMLIAN, Helena Coharik; SOUZA, Cyntia Pereira;

BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CATANI, Denise Barbara. **Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente** (Brasil, 1985-2003). In: *Educação e pesquisa*. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 385-410, maio/ago. 2006. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.


FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 35.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GABRIEL, G. L. **Narrativa autobiográfica como prática de formação continuada e de atualização de si**. Os grupos-referência e o grupo reflexivo na mediação da constituição identitária docente. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

RICOUER, Paul. **O percurso do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LEDC 272 - MATEMÁTICA V

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA LEDC 272- MATEMÁTICA V		
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	7º



Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
60	60h	-	-	
OBJETIVO				
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de reaver os conhecimentos da Matemática trabalhada na Educação Básica, a partir da perspectiva da atuação como docente, para que possa perceber a diferença entre sua aprendizagem como aluno da Educação Básica e sua aprendizagem como estudante de um curso de licenciatura de formação docente. Com isto, os estudantes deverão se aprofundar no conhecimento matemático, compreendendo o funcionamento das operações básicas e a linguagem matemática desse contexto.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dominar o uso da linguagem algébrica; • Resolver problemas envolvendo os diferentes tipos de função; • Identificar representações algébricas que expressam a relação entre grandezas; • Resolver situações-problema utilizando as noções de taxa de variação de função; • Conhecer noções de limites, derivadas e de cálculo integral; • Aplicar as propriedades fundamentais dos limites; • Aplicar as propriedades fundamentais das derivadas. 				
EMENTA				
Funções (Função modular; função exponencial; função logarítmica e função trigonométrica). Somatório. Introdução ao estudo de limite e derivadas.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Funções <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Noção de função (definições, lei de correspondência, domínio e imagem) 1.2 Principais funções elementares (Funções polinomiais; funções modulares, funções exponenciais, funções logarítmicas e funções trigonométricas) 1.3 Operações com funções. 2. Somatório. 3. Limite. <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Noção intuitiva de limite 3.2 Definição do limite 3.3 Unicidade do limite 3.4 Propriedades do limite de uma função 3.5 Limite de uma função polinomial 3.6 Limites laterais 3.6 Limites infinitos (propriedade dos limites infinitos) 3.7 Limites trigonométricos; limites da função exponencial; limites da função logarítmica; limite exponencial fundamental. 3.8 Noção de continuidade 4. Derivadas. <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Introdução; incremento de uma variável; razão entre incrementos: taxa média de variação. 				



- 4.2 Definição de derivada; cálculo da derivada.
- 4.3 Derivadas de algumas funções: Derivada da função afim; derivada da função identidade; derivada da função constante; derivada da função potência com expoente natural.
- 4.4 Propriedades operatórias das derivadas (derivada da soma; derivada do produto; derivada do quociente; derivada de uma função composta; derivada de uma função inversa).
- 4.5 Estudo da variação das funções.
- 5. Noções do Cálculo Integral
 - 5.1 Áreas;
 - 5.2 Integral definida;
 - 5.3 Cálculo da Integral.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do conhecimento matemática presa pela relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática:** Contextos e Aplicações. Volume 3. São Paulo: Ática, 2009. Coleção para o Ensino Médio.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI., Carlos; MACHADO, Nilson José **Fundamentos de Matemática Elementar:** Limites, Derivadas, Noções de integral. Volume 8. – São Paulo: Atual, 2005.

LEITHOLD, Louis. **O cálculo com Geometria Analítica.** Tradução de Cyro de Carvalho Patana. 2. Ed. – São Paulo: Harbra, 1994.

2. COMPLEMENTAR

BARROSO, J.M. **Conexões com a Matemática.** Ensino Médio, volume 1. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.



SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. Matemática: **Matemática**: ensino médio, volume 1. – 6ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Sthephen. **Cálculo**. 8. Ed. Porto Alegre: BOokman, 2007.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de Matemática Elementar: Conjuntos, funções**. 9. Ed. – São Paulo, SP: Atual, 2013. 374p. il. ISBN: 9788535716801.

STEWART, James. **Cálculo**. Volume 1. 4. Ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017. 647p. ISBN: 9788522125838.

LEDC 273 - METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIA E QUÍMICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 273- METODOLOGIA PARA O ENSINO DE CIÊNCIA E QUÍMICA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()			Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()			7º
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	Extensão	
105	45h	30h	30h	
OBJETIVO				
A presente disciplina tem por objetivos gerais fornecer aos alunos do curso de Licenciatura em Química, subsídios teóricos e práticos relacionados à metodologia do ensino de Química, para que o futuro professor de Química que está sendo formado desenvolva competências e habilidades na sua prática pedagógica, contribuindo desta maneira juntos aos seus futuros alunos, uma aceleração no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos ao longo do curso de graduação.				
EMENTA				
Visão geral da estrutura organizacional e administrativa da Universidade Federal de Roraima; Metodologia de estudo e elaboração de trabalhos didáticos; A natureza da atividade científica; A química e o papel do químico; Leis e atribuições do profissional da química; Caracterização do curso de Licenciatura em Química, O educador em química: aspectos do trabalho docente.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Visão geral da estrutura organizacional e administrativa da Universidade Federal de Roraima; 2. Metodologia de estudo e elaboração de trabalhos didáticos; 3. A natureza da atividade científica; 4. química e o papel do químico;				

- 5. Leis e atribuições do profissional da química;
- 6. Caracterização do curso de Licenciatura em Química;
- 7. O educador em química: aspectos do trabalho docente.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

- a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas;
- b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente;
- c) Participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- d) Respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

CHAGAS, A. P. **Como se faz Química:** Uma reflexão sobre a Química e a atividade do químico. 3ª edição revisada. Campinas: UNICAMP, 2009.

CHRISPINO, A. **O que é química.** 3ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica:** guia para a eficiência nos estudos. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2011.

2. COMPLEMENTAR

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª edição, revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2010.

TRINDADE, L. S. P. **A alquimia dos processos de ensino e aprendizagem em química.** 2010.

FIALHO, N. N. **Jogos no ensino de química e biologia - Química ensino médio, 1º ano.** 2ª edição, 2013.

ROMANELLI, L. I. **Aprendendo química.** 2005.

MACHADO, A. H. **Aula de química: discurso e conhecimento.** 2ª edição, 2004.



	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 187 - TCC II			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		8º
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	LEDC 125 - TCC I
60	30	30	
OBJETIVO			
Aprofundar conhecimentos nas áreas de formação do curso através da pesquisa; Finalizar a construção do TCC; Apresentar publicamente o tema investigado na forma de relatório final de pesquisa.			
EMENTA			
Investigação Científica. Estrutura e organização do TCC. Sistematização e análise de dados da pesquisa. Escrita do relatório de pesquisa e defesa pública.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1 A investigação científica através da pesquisa acadêmica. 2 Regras de organização do relatório da pesquisa. 2.1 Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. 3 Apresentação e análise dos dados no relatório de pesquisa. 4 Escrita do relatório de pesquisa: atendimento às normas como critério de qualidade.			
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM			
A avaliação do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua pelo orientador até a versão final. Para fins de registro serão considerados os pareceres dos professores da banca avaliadora.			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO			
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. Relatório de pesquisa, produto ou artigo e a apresentação oral.			
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA			
1. BÁSICA			
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.			

2. COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCKESI, Cipriano; et al. **Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica**. 17 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEDC 281 - ESTÁGIO EM QUÍMICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO				
CENTRO DE EDUCAÇÃO				
CURSO				
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática				
NOME DA DISCIPLINA				
LEDC 281 - ESTÁGIO EM QUÍMICA				
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()	Semestre		
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	8º		
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática	Extensão	LEDC 273
105	15h	90h	-	
OBJETIVO				
Avaliar a afirmação do discente diante da aprendizagem como sendo parte de uma metodologia pedagógico na construção de ferramentas como o conhecimento, o desenvolvimento de competências e a habilidade individual sob um processo de supervisão ao longo de todo o curso de graduação.				
EMENTA				
Observação e seleção do campo de estágio. Levantamento das opiniões dos representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Elaboração do relatório das atividades. Execução do projeto de ensino/aprendizagem interdisciplinar no ensino fundamental/médio. Espaço de discussão e reflexão sobre as ações mediadoras em sala de aula. Elaboração do relatório das atividades. Execução do projeto de ensino/aprendizagem interdisciplinar no ensino médio. Espaço de discussão e reflexão sobre as ações mediadoras em sala de aula. Elaboração do relatório das atividades.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1.Observação e seleção do campo de estágio; 2.Levantamento das opiniões dos representantes de todos os segmentos da comunidade				

- escolar;
3. Elaboração do relatório das atividades;
 4. Execução do projeto de ensino/aprendizagem interdisciplinar no ensino fundamental/médio;
 5. Espaço de discussão e reflexão sobre as ações mediadoras em sala de aula;
 6. Elaboração do relatório das atividades;
 7. Execução do projeto de ensino/aprendizagem interdisciplinar no ensino médio;
 8. Espaço de discussão e reflexão sobre as ações mediadoras em sala de aula;
 9. Elaboração do relatório das atividades.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

- a) Capacidade de relacionar o conteúdo com a prática das ideias principais estudadas durante as aulas;
- b) Competência de apontamento, análise e reflexão crítica da química na sociedade e no meio ambiente;
- c) Participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- d) Respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALVARENGA, M. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 4. ed. revisada, 2009.

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. 2006.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 3ª edição, 2003.

GHEDIN, E. **Estágio com Pesquisa**. Editora: Cortez; 1ª edição. 2015.

SANTOS, W.L.P.; SCHNETZIER, R. P. **Educação em Química, Compromisso com a Cidadania**. 4ª edição, Ijuí: Unijuí, 2010.

2. COMPLEMENTAR

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio Supervisionado**. Editora: Cortez; 7ª edição. 2018.

PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência**. 6ª Edição. 2010.

PORTELA, K. C. A. **Estágio supervisionado Livro teoria e prática**. 2007.



OLIVEIRA, E. A. **Aulas práticas de química**. 2ª edição, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). **Regimento Geral**.



EMENTAS ELETIVAS

LEDC 411 - FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADE

		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO			
CENTRO					
CENTRO DE EDUCAÇÃO					
CURSO					
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática					
NOME DA DISCIPLINA					
LEDC 411- FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADES					
Categoria		Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre	
Modalidade		Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR	
Carga Horária			PRÉ- REQUISITO (S)		
Total	Teórica	Prática			
60	60h	-			
OBJETIVO					
Geral:					
- Apresentar aos estudantes a área temática das fronteiras, migrações e territorialidades enquanto campo de estudos multidisciplinar, que possuem relação direta com as Ciências Humanas e Sociais.					
Específicos:					
- Analisar as abordagens conceituais empregadas nos estudos fronteiriços, migratórios e das territorialidades;					
- Estudar as fronteiras, as migrações e as territorialidades à luz da construção em distintos processos das Ciências Humanas e Sociais, em especial a Geografia, História e Sociologia;					
- Identificar as relações de poder em áreas de fronteira e a construção das territorialidades estabelecidas pelos migrantes e a sociedade estabelecida;					
- Debater as metodologias e técnicas de pesquisa em uso para os estudos fronteiriços e migratório.					
EMENTA					
Bases conceituais de fronteiras, migrações e territorialidades nas Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nas abordagens geográficas, sociológicas e históricas; Estudos fronteiriços contemporâneos; As fronteiras territoriais nacionais e as territorialidades transfronteiriças; Formação de identidades individuais e coletivas em espaços fronteiriços; Metodologias para os estudos fronteiriços e migratórios.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Estudos fronteiriços contemporâneos (controle, fluidez, migração, integração fronteiriça e políticas públicas para as fronteiras);					
2. A fronteira como conceito geográfico, sociológico e histórico em construção;					

3. Migrações contemporâneas (redes migratórias, estigmatização e racismo, interação social, memória e território);
 4. Formação de identidades (individuais e coletivas) e a relação com a cultura no espaço fronteiriço: alteridade no processo migratório;
 5. Conceitos do território e territorialidades;
 6. Fronteiras territoriais, mobilidades espaciais e poder;
- Metodologias para os estudos os estudos fronteiriços e migratórios.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação será pautada no predomínio de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, alcançados de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

INDRIUNAS, Luís. **Migração: gente em movimento**. São Paulo: Salesiana, 2011. pp.08-57.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. 91p.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

2. COMPLEMENTAR

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli. **Cruzando fronteiras disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. pp. 35-46.

MOREIRA, Paula Gomes. Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, Bolívar (Coord.) et al. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, MI, 2018. pp.21-42.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade (Etnicidade e multiculturalismo). In: _____. **Caminhos da identidade: ensaios sobre a etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. pp.87-115.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Interações e estigmas entre brasileiros e venezuelanos na**



fronteira Brasil/Venezuela: redefinição do fluxo migratório. In: Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Florianópolis: UFSC, 2019. pp. 01-26.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: _____. A imigração. São Paulo: EDUSP, 1998. pp. 45-72. SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli. **Cruzando fronteiras disciplinares:** Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. pp.17-32

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1. pp. 199-218.


LEDC 412 - LITERATURA EM RORAIMA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 412- LITERATURA EM RORAIMA			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
Conhecer obras de autores em diversos contextos que fomentam a cultura local e deslindam múltiplas identidades.			
EMENTAS			
A literatura produzida em Roraima. As vozes femininas na literatura contemporânea em Roraima. Leitura e análise de obras de escritores roraimenses nos gêneros: poesia, conto e romance. O cordel para o campo. Literatura indígena em Roraima.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ul style="list-style-type: none"> • O Movimento Roraimeira: história e cultura; • A diversidade da poesia em Roraima; • O conto e seu processo de criação; • Leitura e análise do romance em Roraima; • Cordel e causos para o campo; • Literatura indígena em Roraima; • Diálogo com autores locais. 			
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM			
Produção de resenhas, resumos, artigos científicos e outras produções inerentes à			

disciplina como análises textuais e provas dissertativas.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.
O aluno estará: Aprovado: Média maior ou igual a 7,0. Recuperação: Média entre 6 e 6,9. Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
BENJAMIM, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e Técnica, Arte e Política . São Paulo: Brasiliense, 1993. (Obras Escolhidas).
HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais . BH: Editora UFMG, 2006.
_____. A identidade cultural na pós-modernidade . 11ª edição. RJ: DP&A, 2006.
ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
2. COMPLEMENTAR
BERGSON, Henri. Matéria e Memória . São Paulo: Martins Fontes, 1990.
BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social . São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
BOSI, Alfredo. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: Dialética da colonização . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.308-345.
CANDIDO, Antonio. A Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . São Paulo: Azul editora, 2007.
FRAGA, Rosidelma Pereira. Cruzamento de culturas e identidades nas canções poéticas de Roraima . Ensaio Pós-Doutoral. PACC. Rio de Janeiro, 2016.
JOBIM, José Luís. Formas da Teoria: sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários . Rio de Janeiro: Caetés, 2003.
TUAN, Yu - Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente . São Paulo: Difel, 1980, p. 106-128.
WANKLER, Cátia; NASCIMENTO, Cléo Amorim. Literatura regional: anacronismo em tempos de globalização? In: NASCIMENTO, Luciana Marino do; MIBIELLI,

Roberto; FIOROTTI, Devair Antônio. (Orgs) **Nós da Amazônia**: Literatura, Cultura e identidade na/da Amazônia. Letracapitalp. 200-2015.

LEDC 413 - ARTE EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 413- ARTE EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
Compreender a importância do estudo da arte para a formação do professor como um agente transformador, valorizando os aspectos sociais, morais, políticos e econômicos do educando como um todo			
EMENTAS			
Conceito de Arte. Expressão dramática e musical na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação inclusiva e profissional. Construção do conhecimento e a especificidade das linguagens teatral, musical e estética. As artes visuais: pintura, desenho, modelagem, colagem, vídeo. Jogos teatrais.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
I – PRESSUPOSTO HISTÓRICO SOBRE A ARTE E SEU ENSINO NO BRASIL E NO MUNDO. 1.1 O que é ensinar arte 1.2 Por que ensinar arte 1.3 Arte e Educação segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de arte; 1.4 Os objetivos gerais de arte para o Ensino Fundamental; II – EXPRESSÃO DRAMÁTICA E MUSICAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 2.1 Caminhos metodológicos; 2.2 Os conteúdos de arte nos diferentes níveis e modalidades de ensino; 2.3 Critérios para seleção de conteúdos; 2.4 Conteúdos gerais de Arte segundo o PCN; 2.5 A arte voltada para uma perspectiva inclusiva / A arte na Educação Especial; III - ENSINO DE ARTE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A ESPECIFICIDADE DAS LINGUAGENS TEATRAL, MUSICAL E ESTÉTICA. 3.1 O planejamento no ensino da arte; 3.2 A Arte e interdisciplinaridade; 3.3 Os Quatro Pilares da Educação Mundial e o Ensino de Artes; 3.4 Artes visuais, música, dança e teatro segundo o PCN e a BNCC; 3.5 Jogos e dinâmicas para o ensino de arte.			
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM			
Os conteúdos serão trabalhados, privilegiando: - levantamento do conhecimento prévio dos estudantes; - motivação com leituras, charges, situações problemas ou pequenos vídeos; - Exposição oral / dialogada;- Discussões, debates e questionamentos; - Leituras			

e estudos dirigidos; - Atividades escritas individuais e em grupos; - Apresentações por parte dos alunos de: plenárias, painéis, mini aulas etc.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae. **Redesenhando o desenho:** educadores, política e história. São Paulo: Cortez, 2015. 453 p: il.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Porque arte-educação?** 6. ed. - Campinas: Papyrus, 1991.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Arte na educação escolar.** 4. ed. - São Paulo, SP: Cortez, 2010. 157 p. - (Magistério 2. grau . Formação Geral)

2. COMPLEMENTAR

COMPLEMENTAR

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** Petropolis: Vozes. 2009.

FEARNSIDE, Philip M. **Amazônia:** Desflorestamento 1995-1997. Documento. São José dos Campos, São Paulo: INPE, 1998. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/prodes1995-1997.pdf>

FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais.** Manaus: INPA, 2003.

FERREIRA, Sávio José Filgueiras; SILVA, Márcio Luiz da; PASCOALOTO, Domitila. **Amazônia das Águas:** Qualidade, Ecologia e Educação Ambiental. Manaus: Editora Valer, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília, D. F: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.



LEDC 414 - EDUCAÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 414- EDUCAÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
- A Educação/percepção ambiental buscam a valorização da vida, a formação de um novo estilo de vida, sem consumismo excessivo, sem o desperdício de recursos e sem degradação ambiental , portanto, tem como objetivo formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo a levar a adoção de comportamentos. A disciplina objetiva. Apresentar/discutir a base teórica de pesquisas em educação e percepção ambiental como ferramenta de pesquisa em sala de aula para alunos do curso;			
EMENTAS			
- Percepção ambiental e cognição; Percepção e cognição em ambientes escolares; Percepção e pesquisa; Percepção e a pesquisa ação.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1.Cognição e percepção ambiental; 2. Educação e percepção ambiental; 3. Técnicas/ferramentas para a pesquisa na percepção/educação ambiental; 4. Seminários.			
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM			
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO			
Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.			
O aluno estará:			
Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.			
Recuperação: Média entre 6 e 6,9.			
Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.			
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA			
1. BÁSICA			



RANDOW, Priscila Christina Borges Dias. **Percepção ambiental e gestão universitária: novos olhares, novos desafios.** Curitiba: Appris, 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Londrina: Eduel, 2013.

2. COMPLEMENTAR

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia- um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** Londrina: Eduel, 2018. 247 p

ARNHEIM, Rudolf. **Arte & percepção visual: uma psicologia da visão criadora** [Livro] / Rudolf Arnheim. - São Paulo: Cengage Learning, 2017.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. 395 p.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 214p.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso** [Livro] / Célestin Freinet. - 7. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEDC 415 - NOÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 415- NOÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário . Capacitar o aluno a conhecer os mecanismos de formação de cooperativas e redes e conscientizá-lo da importância e efetividade da economia solidária e do trabalho em rede.			
EMENTAS			
A disciplina busca introduzir o/a estudante no processo de conhecimento sobre a evolução e histórico do cooperativismo e da economia solidária, no sentido de provocar uma melhor compreensão acerca do funcionamento deste sistema associativista e desta			

nova maneira de organização econômica. Sobretudo, esta disciplina objetiva capacitar o/a estudante para o acompanhamento das ações das cooperativas na construção da economia solidária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- História do cooperativismo; 2- Leis cooperativistas; 3- Como montar uma cooperativa; 4- A prática da cooperação e da solidariedade; 5- A economia solidária; 6- Desenvolvimento e perspectivas da economia solidária; 7- As relações do cooperativismo com a economia solidária; 8 – Visitas técnicas junto aos cooperados/incubados.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Aulas expositivas. Apresentação da teoria. Leitura e discussão de textos científicos. Relatórios de visitas técnicas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

CANÇADO, Airton Cardoso; CAPDEVILLE, Adriane (Org). **Economia solidária cooperativismo popular e autogestão**. Tocantis: Palmas, 2007.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo M. de. **As Cooperativas Populares e Seus Desafios, Limites e Possibilidades**: Casos de Cooperativas da Cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.175 f. 2006

PERIM, Mary Lucia Silva. **Cooperativismo agropecuário e desenvolvimento local: a experiência da Coopercinco**. Boa Vista, 2018.

2. COMPLEMENTAR

LEITÃO, Gilvandro Sá. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002, 127 p.



SINGER, Paul. **Globalização e desemprego** [Livro] / Paul Singer. - 4.ed. - São Paulo, SP: Contexto, 2003. 139p.:il.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **Universidade e economia solidária: um diálogo necessário** / Rosângela Alves de Oliveira. - Natal: EDUFRN, 2012.



SILVA, Sandro Pereira. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento** / Sandro Pereira Silva, Fernanda Abreu Nagem. - Brasília: IPEA, 2011.

LEDC 416 - ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e da Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 416 - ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO			
Categoria	Obrigatória (X) Eletiva ()		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar elementos que permitam pensar a temática da escolaridade em sua relação com o mundo do trabalho; • Entender a função da linguagem do ponto de vista evolucionista; • Compreender o diálogo entre antropologia e educação; • Historiar criticamente o processo de construção da educação. 			
EMENTA			
Antropologia enquanto um campo de conhecimento com metodologia e conjunto teórico-conceitual próprio; Antropologia e enquanto uma postura existencial específica diante da diversidade; Diálogo entre a Antropologia e a Educação; Debate sobre diversidade e relativismo cultural.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Antropologia e educação: história social da criança e da família. <ul style="list-style-type: none"> ➤ A ideia de família; ➤ A família e sociabilidade; ➤ A origem das classes escolares 2. Educação: processo de formação da escola; <ul style="list-style-type: none"> ➤ O que é educação; ➤ A educação escolar e não escolar; ➤ Genealogia da escola. 3. Atividades do Tempo comunidade 			

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

- a) Capacidade de apreensão das ideias principais dos textos e dos argumentos que as sustentam/ elucidam;
- b) capacidade de registro, análise e reflexão crítica;
- c) participação efetiva nas produções realizadas em sala de aula ao longo da disciplina;
- d) atendimento às normas da ABNT;
- e) respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006.
 - 4. Utilização dos conceitos; escrita clara e objetiva, referências a conteúdos;
 - 5. Utilização de conceitos, escrita clara e objetiva, “enfocamento” nos tópicos abordados em aula;
 - 6. Relatório de atividades do Tempo comunidade.
- Obs. As atividades terão notas de 0,0 a 10,0.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Leopoldo Jesús. **Cadernos de Antropologia da Educação: Antropologia e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

2. COMPLEMENTAR

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. **Antropologia, interculturalidade e educação escolar indígena em Roraima**. Curitiba: Appris, 2017.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. **Antropologia, cotidiano e educação**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.



VALENTE, Ana Lúcia. A Educação no campo e a sua realidade: por um novo patamar de discussão. **Ruris**, Revista do Centro de Estudos Rurais/Unicamp. v.2, n. 2. Campinas: Unicamp, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GENTILI, Pablo. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.





LEDC 417 - AS TIC'S NO ENSINO DE CIÊNCIAS

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 417- AS TIC'S NO ENSINO DE CIÊNCIAS			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
Compreender as bases teóricas das Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao ensino de Ciências. Entender como as tecnologias contribuem para a aprendizagem. Elaborar estratégias de ensino utilizando as TIC's. Tornar esse conhecimento útil e agregar valores à sua utilização em conformidade com sua vivência cotidiana no Campo.			
EMENTAS			
Conceitos Introdutórios de Tecnologia da Informação e Comunicação aplicados a Educação. Tópicos em Informática Educativa. A mediação Pedagógica e o uso das TIC's.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1 Conceitos Introdutórios de Tecnologia da Informação e Comunicação. Tópicos em Informática Educativa			
1.1 Introdução às TIC's – reconhecimento de recursos tecnológicos.			
1.2 Reflexões acerca da presença e do papel das tecnologias na produção de conhecimento contemporâneo.			
1.3 A informática como uma tendência de ensino de ciências: possibilidades de uso dos computadores, aplicativos e softwares para as aulas de ciências.			
2 A mediação Pedagógica e o uso das TIC's			
2.1 A sala de aula e as TIC's: oportunidades e desafios.			
2.2 Pesquisa em ensino de ciências no contexto das TIC's.			
2.3 Sala de aula invertida: metodologia ativa de aprendizagem para o uso das TIC's.			
2.4 Análise de propostas educacionais e políticas públicas para o uso de tecnologias em sala de aula.			
3 Incorporação das TICs no ensino de Ciências			
3.1 Web 2.0 e 3.0 no ensino de Ciências.			
3.2 O uso das redes sociais e blogs aplicados ao ensino de Ciências.			
3.3 Mobile-Learning no ensino de Ciências.			
3.4 E-learning como um cenário de utilização das tecnologias no ensino de Ciências.			

<p>3.5 O uso de vídeos no processo de ensino-aprendizagem de Ciências.</p> <p>3.6 Webquest, podcast e softwares no ensino de Ciências.</p> <p>3.7 Gamificação no ensino das ciências.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM
<p>A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
<p>Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.</p> <p>O aluno estará:</p> <p>Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.</p> <p>Recuperação: Média entre 6 e 6,9.</p> <p>Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.</p>
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
1. BÁSICA
<p>CUNHA, Marcus Vinicius Da; MONEREO, Carles. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica, 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.</p> <p>SILVA, Marco. Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. 4. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2012.</p>
2. COMPLEMENTAR
<p>BARANAUSKAS, Maria Cecília C; MAZZONE, Jaures S; VALENTE, José Armando. Aprendizagem na era das tecnologias digitais. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Percursos na formação de professores com tecnologias da informação e comunicação na educação. Maceió: EDUFAL, 2007.</p> <p>ROSINI, Alessandro Marco. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2014.</p> <p>KAMINSKI, Omar. Internet legal: o direito na tecnologia da informação. Curitiba: Juruá, 2011. 291 p.</p> <p>SILVA, Mozart Linhares da. Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação. Rio de Janeiro: Autêntica, 2001. 92p.</p>

LEDC 418 - ETNOBIOLOGIA E ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 418 - ETNOBIOLOGIA E ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
<ul style="list-style-type: none"> • Assimilar a contribuição da Etnobiologia para o ensino de Ciências e Biologia • Discutir sobre os principais conceitos em Etnobiologia. • Entender a importância da interdisciplinaridade e da contextualização no ensino de Ciências e Biologia. • Fazer conexões entre métodos etnobiológicos com educação. • Realizar planejamento de aulas e atividades práticas tomando como base a Etnobiologia 			
EMENTA			
Etnobiologia: Definição, histórico e delimitação enquanto campo científico. Etnobiologia e ensino de Ciências e Biologia. Métodos e técnicas etnobiológicas relacionadas ao ensino de Ciências e Biologia. Possibilidades de associar, no ensino de conteúdos didáticos, os conhecimentos local e o científico. Práticas didáticas interdisciplinares com base nos pressupostos da Etnobiologia.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ul style="list-style-type: none"> • Etnobiologia: definição e histórico da ciência • O papel da Etnobiologia no ensino de Ciências e Biologia • Diálogos sobre as realidades locais e contemplação de aspectos ambientais e culturais no ensino de conteúdos didáticos. • Reflexão crítica das estratégias didáticas contextualizadas • Diálogos sobre métodos e técnicas etnobiológicas relacionadas ao ensino • Planejamento e prática interdisciplinares com suporte da Etnobiologia 			
AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM			
A avaliação tomará por base a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, aferidos de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO			
Resolução N° 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas			

e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

AGUIAR, M.O.; FREITAS, E **Plantas da ilha Duraka: São Gabriel da Cachoeira - Amazonas**: estudo etnobotânico, 2007. Manaus: FAPEAN, 2007.

BAPTISTA, G. C. S. Importância da demarcação de saberes no ensino de Ciências para sociedades tradicionais. In: *Ciência & Educação*, v.16, n0.3, 2010, p. 679-694.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 43ª ed, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de Ciências**: tendências e inovações. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARANDINO, Martha. SELES, Sandra, E; FERREIA, Márcia S. **Ensino de biologia**: histórias e práticas em diferentes espaços educativos.

2. COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, U. P. (Editor). **Introdução à etnobiologia**. Recife/Pernambuco: NUPEA, 2014

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. de; CUNHA, L. V. F. C. da. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife-PE: NUPEA, 2010.



GARCÍA, C.M. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Trad. Isabel Narciso. Porto Editora, 1999 (Coleção Ciência da Educação – século XXI).

POZO, J.I. **Aprendizes e Mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre. ArtMed, 2002.

TRIVELATO, S.F.; SILVA, R.L.F. **Ensino de Ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2012 (Coleção Ideias e Ação).



LEDC 419 – ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 419 – ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
<p>Proporcionar ao estudante em formação docente a oportunidade de estudar os objetos de conhecimento de Estatística e, de modo a ser aplicados na Educação Básica, a partir da perspectiva da formação docente a fim de desenvolver as seguintes competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretar informações de natureza científica e social obtidas da leitura de gráficos e tabelas; realizando previsão de tendência, extrapolação, interpolação e interpretação. • Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculos de probabilidade para interpretar informações de variáveis apresentadas em uma distribuição estatística. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolver problemas que envolvam coleta, organização e representação de dados. • Utilizar porcentagem em cálculos estatísticos. • Calcular média, variância e desvio padrão. • Compreender o conceito de distribuição normal. • Identificar e utilizar a curva de distribuição normal e, em particular, a curva de Gauss na análise de dados estatísticos. • Compreender o conceito de probabilidade frequencista. • Elaborar gráficos de probabilidade. • Desenvolver estratégias pessoais para compreender e analisar fenômenos do dia a dia. 			
EMENTA			
<p>Noções básicas de Estatísticas. Dados organizados em classes. Representação gráfica de uma distribuição de frequência em classes. Medidas de tendência central: moda, média e mediana. Medidas de dispersão: variância e desvio padrão. Introdução à probabilidade. O uso da probabilidade na Estatística. Função ou distribuição de probabilidade. Probabilidade frequencista. Probabilidade e Estatística.</p>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. Introdução ao conhecimento estatístico.			

2. Tipos de gráficos usados na Estatística
3. Dados organizados em classes
4. Representação gráfica de uma distribuição de frequências em classes
5. Medidas de tendência central: moda, média e mediana
6. Medidas de dispersão: variância e desvio padrão.
7. Recordando Probabilidade
- Experimento aleatório, espaço amostral, evento, probabilidade
8. O uso da probabilidade na Estatística
9. Probabilidade frequencista e lei dos grandes números
10. Probabilidade e Estatística

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do conhecimento matemática preza pela relevância do aspecto qualitativo visando o contexto social dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Contudo, por ser um curso de formação de professores, visa sobretudo verificar as competências e habilidades que devem ser adquiridas pelo professor da Educação Básica.

São indicadores de avaliação:

- Obter médias e avaliar desvios de conjuntos de dados ou informações de diferentes naturezas;
- Compreender e emitir juízos sobre informações estatísticas de natureza social, econômica, política ou científica apresentadas em textos, notícias, propagandas, censos, pesquisas e outros meios.
- Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos e eventos naturais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

DANTE, L. R. **Matemática: Contextos e Aplicações**. Editora Ática, 2009. Coleção para o Ensino Médio.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. **Fundamentos da Matemática Elementar: geometria plana** – 8. Ed. – São Paulo, SP: Atual, 2005.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI. **Fundamentos de Matemática Elementar: Matemática comercial, Matemática financeira e Estatística descritiva**. Volume 11. 9. Ed. – São Paulo:



Atual, 2013.

SPIEGEL, Murray R. **Probabilidade e estatística**. [Tradução Alfredo Alves de Farias] – São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

2. COMPLEMENTAR

Coleções de Matemática do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio do acervo do Curso de Ciências da Natureza e Matemática (CNM-LEDUCARR):

BARROSO, J.M. **Conexões com a Matemática**. Ensino Médio, volume 1. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2010.


DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Teláris: Matemática: Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano)**. – 2. Ed. – São Paulo: Ática, 2016.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Matemática: ensino médio. volume 1**. – 6ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e Estatística**. 7. Ed. Ver. São Paulo, SP: EDUSP, 2013. 408p. (Acadêmica; 40). ISBN: 9788531406775.

RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo. **Análise estatística no Excel: guia prático**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2004. 246p. il. ISBN: 8572691758.

LEDC 420 - HISTÓRIA DE RORAIMA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 420- HISTÓRIA DE RORAIMA		
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)
Total	Teórica	Prática
60	60h	-
OBJETIVO		
Geral: - Discutir os antecedentes e as fases da ocupação territorial, com a finalidade de possibilitar aos acadêmicos uma visão crítica sobre os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da formação e estruturação do Estado de Roraima.		
Específicos:		



- Proporcionar aos alunos os elementos necessários para a compreensão das principais abordagens historiográficas da História de Roraima;
- Estudar a sociedade roraimense em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais durante o final do século XIX e do século XX;
- Oportunizar o conhecimento e aprendizado sobre a História de Roraima, a fim de conscientizar os alunos sobre seu passado, aplicando esse estudo na atualidade.

EMENTA

Transformações econômicas, políticas e culturais em Roraima, da expansão portuguesa aos dias atuais; O extrativismo e a expansão da pecuária; A criação dos Território Federal do Rio Branco; Migração e garimpos; A questão ambiental; Os movimentos camponeses e indígenas; As novas tentativas de desenvolvimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Antecedentes da formação do Estado de Roraima: o período colonial

- O Rio Branco no contexto do projeto colonial português;
- Fronteira, colonização e conflitos;
- O forte São Joaquim e o início da pecuária.

A transição do Império para a República

- Expansão da pecuária e avanço sobre as áreas públicas e indígenas;
- A ação da Igreja no Rio Branco;
- O extrativismo mineral e vegetal.

As ações da Ditadura Civil-militar e o processo recente de ocupação de Roraima na segunda metade do século XX

- O Território Federal do Rio Branco;
- A criação do Estado de Roraima e suas bases de organização econômica e política;
- A questão da terra e a questão indígena

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação será pautada no predomínio de aspectos qualitativos sobre os quantitativos, alcançados de maneira contínua, ao longo do processo de trabalho em estrutura de pontuação cumulativa.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

FREITAS, Luiz Aimberê. **A história política e administrativa de Roraima: 1943-1985.** Manaus: Calderaro, 1993.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia: extrativismo vegetal no sul de Roraima. 1943 a 1988.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.



SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e Poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

2. COMPLEMENTAR

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Ocupação humana em Roraima I**. In: Museu Paraense Emilio Goeldi, Séria Antropologia, 1994.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.


FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a civilização**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1998.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

REPETTO, Maxim. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no Estado de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora UFRR, 2007

LEDC 421 - HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO	
CENTRO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO		
CURSO		
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática		
NOME DA DISCIPLINA		
LEDC 421 - HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E MATEMÁTICA		
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)	Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()	A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)
Total	Teórica	Prática
45	60h	-
OBJETIVO		
Realizar uma abordagem crítica sobre o desenvolvimento do conhecimento científico, tendo em vista uma perspectiva que avalie sua formação histórica, suas determinações culturais, suas limitações e contradições como resposta aos problemas humanos.		
EMENTA		
Abordar tópicos de História e Filosofia da Ciência e Matemática, com ênfase ao desenvolvimento da Ciência no ocidente até o surgimento da ciência moderna. Aspectos relacionados a visão de ciências ao longo dos tempos e a reflexão dos processos e finalidades da ciência moderna que deverão permear os conteúdos.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		



- 1) O que é ciência e conhecimento científico.
- 2) Tipos de conhecimento: uma rota histórica no ocidente.
- 3) História do conhecimento no ocidente - Idade Antiga: da civilização micênica ao período helenístico (séc. XII a I a.C), o Império Romano (até séc. V d.C.
- 4) História do conhecimento no ocidente - Idade Média e Renascimento
- 5) História do conhecimento no ocidente - Idade Moderna: O nascimento da Ciência Moderna, o método científico e contexto histórico, a astronomia e a física.
- 6) Conceito de paradigma e a evolução da ciência e seus paradigmas nos séculos XX e XXI.
- 7) Ciências naturais - evolução dos conceitos e a aplicação no ensino de ciências.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de avaliação será contínuo, ao longo do desenvolvimento das atividades propostas, priorizando o aspecto formativo dos acadêmicos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. 14ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 12ª ed. São Paulo: EDUC, 2007.

BOYER, Carl B. **História da matemática.** 3.ed. São Paulo, SP: E. Blücher, 2010.

HALLIDAY, D. E RESNICK, R. - **Fundamentos de Física,** Vol. 1, Livros Técnicos e Científicos Editora. Rio de Janeiro.

2. COMPLEMENTAR

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Cláudio. **Breve História da Ciência Moderna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. volumes 1 a 5.

CHALMERS, Ahan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo, 2003.



KUHN, Thomas. **Estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LAKATOS, I.M.R.E. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Portugal: Edições 70, 1998.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da Ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Coleção Passo-a-passo, vol. 31.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: UNESP, 2002.

RONA, Colin A. **A História Ilustrada da Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEDC 373 - LITERATURA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO		
CENTRO			
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
CURSO			
Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática			
NOME DA DISCIPLINA			
LEDC 373- LITERATURA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA			
Categoria	Obrigatória () Eletiva (X)		Semestre
Modalidade	Presencial (X) Semipresencial () A Distância ()		A DEFINIR
Carga Horária		PRÉ- REQUISITO (S)	
Total	Teórica	Prática	
60	60h	-	
OBJETIVO			
Estudar o movimento social <i>Quilombhojee</i> sua relevância para a efetivação da Lei 10.639/2003, do ensino de cultura e literatura afro-brasileira na educação básica, a fim de conhecer a literatura negra e a construção da identidade brasileira.			
EMENTAS			
Leitura e análise da poesia e do conto afro-brasileiros. Identidade cultural, memória e história do negro nas diferentes manifestações e representações literárias. Movimentos sociais negros e as implicações da Lei 10.639/03 para o ensino de língua portuguesa.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos e fundamentos da literatura negra; • Identidade afro-brasileira na poética de autores em diversos tempos e movimentos. 			



- A legislação para compreender o ensino de cultura e literatura afro-brasileira nas escolas do campo.
- Leitura e debate de temas significativos: combate ao racismo e à intolerância religiosa, representação da mulher negra na formação da identidade, dentre outros.
- Análise de textos representativos da literatura afro-brasileira em diálogo com as africanas.

AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Produção de resenhas, resumos, artigos científicos e outras produções inerentes à disciplina como análises textuais e provas dissertativas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Resolução Nº 015/2006 – CEPE, de 19 de dezembro de 2006. A natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar da disciplina, poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno.

O aluno estará:

Aprovado: Média maior ou igual a 7,0.

Recuperação: Média entre 6 e 6,9.

Reprovado: Média menor ou igual que 5,99.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BÁSICA

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1988.

DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Jul, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**. 1999. In: BARROS, G. M. N.; ADÃO, J. M.; RAMOS, M. N. (Coords.). **Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnologia, 2003.

BERND, Zilá. **Racismo e anti-Racismo**. São Paulo: Moderna, 1994. – (coleção polêmica).

2. COMPLEMENTAR

_____. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Age, 1992.

BENJAMIM, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Obras Escolhidas).

CHAVES, Rita. (Org.). **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006

DAMASCENO, Benedita. **Poesia negra no modernismo brasileiro**. São Paulo: Pontes,



2008.

DELGADO, Ignácio G (Org.). **Vozes além da África: tópicos sobre identidade negra, literatura e histórias africanas.** Juiz de Fora: Ed. UF JF, 2006.

FRAGA, R. O ensino da poesia afro-brasileira: cultura, memória e identidade. In: OLIVEIRA, Carvalheiro (orgs). **Dialéticas amazônicas da literatura.** Manaus, Editora UEA, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações/** Kabengele Munanga – São Paulo: Global, 2009.

REVISTA **África e Africanidades.** Disponível em:
<<http://www.africaeafricanidades.com.br>>. Acesso em: Agos, 2019.



**APÊNDICE B: REGULAMENTO DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**



REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDUCARR/Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas e Sociais do Campus Paricarana da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e compreende pesquisa individual, em qualquer temática vinculada a área específica de formação do acadêmico, sendo realizada sob a orientação e acompanhamento na forma definida por esse Regulamento, de acordo com a legislação em vigor, Resolução do CEPE/UFRR 011/2012.

Art. 2º O TCC deve ser um trabalho de natureza acadêmico-científica, com o objetivo de ensinar uma reflexão sistemática sobre um tema relacionado a uma área de conhecimento e de atuação docente em Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 3º O TCC possibilita ao acadêmico o desenvolvimento de pesquisas que contemplem questões vivenciadas nos espaços do campo, prioritariamente as atividades relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem e tem como objetivos:

I - Proporcionar aos acadêmicos do campo e suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização dos costumes e de sua ciência;

II - Pesquisar e registrar o conhecimento tradicional dos grupos que constituem os espaços do campo, valorizando as narrativas históricas para compreender as concepções de mundo e o modo de vida do/no campo;

III - Diagnosticar os principais problemas vividos pelas comunidades do campo, formular hipóteses e buscar em diferentes fontes propostas para resolução ou mitigação desses problemas, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e a permanência das populações do campo no campo;

IV - Desenvolver pesquisas relacionadas aos saberes escolares, aos processos de ensino e aprendizagem e de gestão nos diversos espaços educacionais, colaborando para a melhoria da educação escolar do campo;

V – Estimular o desenvolvimento de habilidades de planejamento e disciplina, de observação e



reflexão sobre a realidade e de resolução de problemas dentro das áreas de formação do curso;
VI - Produzir sistematicamente material didático específico e diferenciado para as escolas do campo.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º A realização do TCC é obrigatória a todos os discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas e Sociais da UFRR e indispensável para a colação de grau destes.

Art. 5º A organização do TCC deve levar em consideração um tema vinculado a uma área específica de interesse e de formação do discente, articulando teorias, metodologias e práticas estudadas durante o curso.

Art. 6º O TCC será desenvolvido em conformidade com o disposto no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo, tendo como pré-requisito o projeto elaborado na disciplina correspondente de metodologia à pesquisa.

§1º As mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto serão permitidas em qualquer tempo, desde que autorizadas pelo professor orientador;

§2º As mudanças de tema serão permitidas, desde que expressamente autorizadas pelo professor orientador, mediante elaboração de um novo projeto.

Art. 7º O TCC poderá ser elaborado à critério do orientador, em comum acordo com o aluno, na modalidade de monografia, artigo científico ou qualquer outra modalidade que esteja expressamente definida no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR - LEDUCARR.

§1º As normas técnicas do Manual de Trabalhos Técnicos Científicos da Biblioteca Central da UFRR, vigente, serão aplicadas na elaboração do TCC.

§2º Em caso de TCC na modalidade de artigo científico, deverão ser observadas as normas da revista de submissão.



CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 8º A coordenação de TCC, indicada em colegiado, será exercida por um professor responsável por coordenar as ações e atividades desenvolvidas pelos discentes e professores orientadores, não tendo, portanto, o papel de orientar a pesquisa, somente o professor orientador poderá orientar o trabalho.

Parágrafo único. O mandato do coordenador de trabalho de conclusão de curso será de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 9 São atribuições da coordenação de TCC:

- I – Apoiar a coordenação do curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC;
- II - Divulgar o regulamento de TCC aos docentes orientadores e discentes em fase de elaboração de TCC;
- III – Promover a integração entre os discentes e professores orientadores, considerando as áreas de atuação e linhas de pesquisa dos docentes do LEDUCARR;
- IV - Encaminhar à Coordenação do Curso o quadro geral de distribuição do número de TCC's e professores orientadores;
- V - Encaminhar aos professores orientadores o formulário para registro das atividades e desempenho dos acadêmicos (Anexo 1 desse regulamento);
- VI - Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores do TCC;
- VII - Solicitar emissão das portarias de defesa de TCC junto à coordenação do curso;
- VIII - Acompanhar o lançamento das notas no diário de classe após a defesa e entrega da versão final e corrigida do TCC na secretaria do curso;
- IX - Propor um cronograma semestral para as atividades relativas ao TCC, fixando prazos para constituição das bancas examinadoras, realização das defesas e entrega da versão final;
- X – Propor ao colegiado, ajustes nas fichas mencionadas nesse regulamento, na medida em que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. Ao término da data limite para entrega das cópias dos TCC, a Coordenação de TCC divulgará a composição das bancas examinadoras, as datas, os horários e as salas destinadas às suas defesas.



CAPÍTULO IV

DOS ORIENTADORES

Art. 10 A orientação do TCC compete aos docentes que fazem parte do quadro efetivo do LEDUCARR, levando em consideração a indicação do discente, preferencialmente, vinculado à área temática do TCC.

§1º Os professores substitutos e colaboradores que estiverem atuando no curso também poderão ser indicados à orientação.

§2º Somente poderão ser indicados professores de outros cursos, quando esgotado o limite máximo de orientandos por professor do LEDUCARR, observando que estes devem atuar nas subáreas de conhecimento da área de Ciências da Natureza e Matemática e/ou Ciências Humanas e Sociais.

§3º Poderá ser coorientador do TCC, docentes lotados em outros cursos da UFRR ou pertencentes a outras Instituições de Ensino Superior, desde que atuem nas subáreas de conhecimento pertinentes.

Art. 11 O número máximo de orientações concomitantes, será definido semestralmente, levando em consideração o número de alunos em fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art.12 O professor orientador é o responsável pelo efetivo acompanhamento e avaliação do desempenho do discente durante a realização do TCC. A definição da metodologia de orientação é de inteira autonomia do professor orientador, cabendo ao mesmo comunicá-la aos alunos orientandos.

Art.13 São atribuições dos professores orientadores de TCC:

- I - Apresentar termo de aceite do discente como orientando (a), conforme anexo 2, deste regulamento;
- II - Propor um cronograma de orientação que esteja em conformidade com o calendário acadêmico do curso e com o cronograma proposto pela coordenação de TCC para a realização das orientações no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;



- III - Estabelecer com o orientando o plano de estudo, o respectivo cronograma, os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias;
- IV - Orientar o discente em todas as fases de produção do TCC até sua defesa;
- V - Avaliar o desempenho e a produção do discente sob sua orientação;
- VI - Autorizar a apresentação pública do trabalho de graduação mediante termo de anuência, conforme anexo 3;
- VII - Realizar o convite, em consonância com o orientando para os membros da banca com o prazo mínimo de 15 dias;
- VIII - Presidir as bancas de TCC de seus orientandos;
- IX – Preparar e repassar à coordenação de TCC as atas de defesa, fichas de avaliação do TCC e lista de presença de registro do público presente, conforme os anexos 4, 5 e 6;
- X - Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da apresentação pública de defesa do TCC;
- X - Repassar à coordenação de TCC as notas aferidas por seus orientandos no prazo estipulado para registro da respectiva nota;
- XI - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 14 Quando pertinente, o professor orientador apoiará o discente no processo de submissão do trabalho ao Comitê de Ética, com antecedência.

Parágrafo único. A substituição do professor orientador, por interesse de uma das partes (docente ou discente), deve ser solicitada, por escrito, com a devida fundamentação, à coordenação de TCC, que avaliará os motivos da solicitação e emitirá parecer referente ao pedido.

CAPÍTULO V DOS DISCENTES

Art. 15 Considera-se discente em fase de realização de TCC aquele regularmente matriculado nas atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso do currículo do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRR.

Art. 16 Cabe ao discente:



- I - Escolher o tema do Trabalho de Conclusão de Curso levando em conta sua área de formação e linha de pesquisa do orientador;
- II - Formalizar o processo de orientação com o docente orientador e com a coordenação de TCC (Anexo 2 – Termo de aceite);
- III - Proceder o registro das suas atividades referentes ao processo de Orientação (Anexo 7 – Ficha de Acompanhamento);
- IV - Frequentar a agenda de atividades previstas pelo professor orientador, com presença mínima obrigatória de 75%;
- V - Cumprir as normas e prazos do calendário divulgado pela Coordenação de TCC para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final do TCC;
- VI - Elaborar e apresentar publicamente o seu TCC, em conformidade a esse regulamento e mediante anuência escrita do orientador;
- VII - Entregar, ao orientador, dentro dos prazos definidos as atividades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa;
- VIII - Entregar 1 (cópia) impressa da versão final do TCC para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com sete dias de antecedência da apresentação;
- IX - Comparecer em dia, hora e local determinados, com trinta minutos de antecedência, para apresentação e defesa do TCC;
- X - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Parágrafo único. Após a defesa, em caso de aprovação, o aluno deverá entregar na coordenação do curso uma cópia da versão corrigida do TCC, encadernada (tipo brochura), com a folha de aprovação devidamente assinada pelos integrantes da banca examinadora e um arquivo em mídia digital (CD).

CAPÍTULO VI

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17 A banca examinadora deverá ser composta, obrigatoriamente, pelo professor orientador, que assumirá a presidência, e outros dois membros avaliadores.

§1º. O primeiro membro avaliador deverá ser professor integrante do LEDUCARR. O segundo membro poderá, a critério do orientador, fazer parte de outro curso da UFRR ou de outras



Instituições de Ensino Superior.

§2º. Se houver coorientador, a banca será composta por quatro membros.

Art. 18 A banca examinadora avaliará a qualidade do trabalho escrito, no que diz respeito ao conteúdo e a apresentação oral feita pelo acadêmico.

CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

Art. 19 As sessões de defesa do TCC serão públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos do TCC, antes de suas defesas.

Art. 20 Na defesa do TCC, o discente terá até 20 minutos para apresentar seu trabalho, sendo que cada componente da banca examinadora terá até 10 minutos para arguição dispendo o aluno de 05 minutos para respondê-las.

Art. 21 A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador e a sessão privada para a definição do resultado final.

§1º Utiliza-se, para a atribuição de notas, fichas de avaliação individuais, onde o examinador atribuirá sua nota, conforme anexo 5.

§2º. A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca.

§3º Para aprovação o aluno deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 22 Os alunos que não entregarem as vias do TCC previamente para a banca examinadora ou que não se apresentarem para a sua defesa oral, na forma da legislação em vigor, estarão automaticamente reprovados.



Parágrafo único. Se o discente comprovar um impedimento plausível para a não apresentação oral do TCC na data definida, o professor orientador poderá marcar uma nova data, considerada a disponibilidade dos professores avaliadores e respeitado o calendário descrito no Artigo 10 deste Regulamento.

Art. 23 Em caso de REPROVAÇÃO:

I - Fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema do TCC desde que o motivo não tenha sido plágio. Quando reprovado por plágio fica o aluno impedido de continuar com o mesmo tema;

II - Não há recuperação da nota atribuída ao TCC. A reprovação nas atividades relacionadas à orientação ou à defesa implicará ao acadêmico cursá-la novamente;

III - Caso opte por mudança de tema, o aluno deve reiniciar as atividades atinentes ao TCC, a partir da elaboração do projeto de pesquisa.

Parágrafo único. Caso seja comprovado plágio, o discente estará reprovado automaticamente sem direito a recurso e sem direito à reformulação do TCC em que for constatado e comprovado plágio total ou parcial em qualquer etapa do trabalho, implicando também em outras sanções previstas na Lei de Direitos Autorais N° 9.610 de 19.02.98, sendo que a UFRR, assim como o professor orientador ficará isento de qualquer responsabilidade sobre atitude ilícita do acadêmico.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 24 Compete ao Coordenador do TCC dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 25 Os professores orientadores poderão solicitar ajustes necessários nos formulários previstos nesse regulamento.

Art. 26 Os casos omissos nesse regulamento serão resolvidos pelo colegiado do curso de Licenciatura em Educação do Campo.



ANEXO 1

Formulário de Acompanhamento de Atividade da Disciplina de TCC pelo Orientador

A Coordenação do TCC não receberá relatórios sem a assinatura do Orientador e do Orientado ou sem o acompanhamento desse formulário

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO

NOME DO ORIENTANDO:

NOME DO ORIENTADOR:

DISCIPLINA A QUE SE REFERE: TCCI TCC II

NUMERO DO RELATÓRIO:

PERÍODO A QUE SE REFERE:

Relatório Parcial

Relatório Final

Relatório Complementar

Relatório Reformulado

2. APRECIÇÃO DO ORIENTADOR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

2.1	Ótimo	Bom	Regular	Fraco
Etapa cumprida no relatório apresentado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programa de trabalho para a próxima etapa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.2	Acima	Dentro	Aquém	Muito Aquém
Em relação das expectativas da proposta inicial, os resultados obtidos são:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.3 A evolução do projeto permite sua conclusão dentro do prazo previsto? Em caso negativo, por favor, comente no espaço abaixo.

Sim

Não



3. APRECIÇÃO DO ORIENTADOR SOBRE O DESEMPENHO DO PERÍODO ORIENTANDO

Ótimo ()	Bom ()	Regular ()	Fraco ()
-----------	---------	-------------	-----------

3.1. Houve trabalhos científicos publicados ou apresentado com a participação do orientando na autoria?
() Sim, () Não. Em caso afirmativo, quais?

3.2 Etapa Faça as observações que julgar pertinentes sobre o desempenho do orientando:

4. SOBRE A INTERAÇÃO Orientador/ Orientado

Qual a frequência de realização de discussões científicas e técnicas entre o ORIENTADOR e o ORIENTANDO?

Semanal ()	Quinzenal ()	Mensal ()	Bimestral ()
-------------	---------------	------------	---------------

Observações adicionais: (Faça as observações que julgar pertinentes quanto ao desenvolvimento do projeto revisão de literatura, número de horas dedicadas a atividades como pesquisa de campo, participação em seminários, palestras e congressos relacionados com tema do TCC, etc.)

5. LOCAL, DATA E ASSINATURA DO ORIENTADOR	
LOCAL:	DATA:
ASSINATURA DO ORIENTANDO:	
ASSINATURA DO ORIENTADOR:	



ANEXO 2

TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR DE TCC

Eu, _____, Matrícula SIAPE _____, professor/a do curso de Licenciatura em Educação do Campo (**se docente de outro curso/departamento, preencher de acordo**), confirmo o meu aceite em orientar o/a aluno(a) _____ no desenvolvimento do seu projeto de pesquisa e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto na Resolução nº XXXX, em horários disponíveis, previamente combinados com o acadêmico.

O tema do TCC será: _____

Boa Vista, RR, _____ de _____ de _____.

Orientador(a)

Orientando(a)



ANEXO 3

AUTORIZAÇÃO DO ORIENTADOR PARA DEFESA DO TCC

Venho por meio desta, na qualidade de orientador(a), autorizar a apresentação perante banca examinadora _____ do TCC intitulado _____, realizado pelo (a) acadêmico(a) _____, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, considerando que este reúne as condições necessárias para defesa.

Sem mais finalizo.

Boa Vista, RR, _____ de _____ de _____.

Orientador(a)



ANEXO 4

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

Ata de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Ciências da Natureza e Matemática) pelo(a) aluno (a) _____

Ao (s) ___ dias do mês de _____ do ano de _____ às ___ h, *on line/ ou local* _____, realizou-se a Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do (a) aluno (a) _____, intitulado: “_____”, apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. A comissão Examinadora foi constituída pelo (a) Prof. (a) _____ e Prof. (a) _____, sendo presidida pelo (a) Prof (a) _____, orientador(a) do (a) acadêmico (a). O (a) Presidente da Comissão avaliadora deu início à sessão, apresentando os membros da comissão e a acadêmica requerente o título de Licenciatura em Educação do Campo e, em seguida, informou sobre os procedimentos de defesa. A palavra foi dada ao aluno para apresentar seu trabalho. Após a apresentação, o presidente passou a palavra aos professores membros da Comissão Avaliadora para seus questionamentos. Os professores _____ fizeram sugestões para melhoria do texto e recomendaram que sejam feitas alterações a partir das ressaltadas apontadas. Em seguida, o aluno agradeceu os professores membros da comissão e respondeu às perguntas, acatando as sugestões formuladas. Após isso, a Comissão Avaliadora se reuniu para a deliberação, divulgando a seguir o resultado de sua avaliação: _____. A sessão foi encerrada às _____. Eu, _____ (nome do orientador), lavrei a seguinte ata que vai assinada pelos membros da Comissão Avaliadora.

Boa Vista – RR, ___ de _____ de _____

Nome e assinaturas da Comissão:

Nome e assinaturas do(a) acadêmico(a):



ANEXO 5

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PARA DEFESA DE TCC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO: _____

DISCENTE (nome completo): _____

Critério de Avaliação (documento formal)	Valor	Nota
Estrutura (estética, criatividade e organização = Diretrizes)	1,0	
Descrição metodológica (revisão, procedimentos e análise)	2,0	
Relevância da Monografia (temática, técnica, econômica e social)	1,0	
Pertinência das Considerações Finais (adequação, coerência)	1,0	
Conteúdo (contemporâneo; focado; embasado; alinhado)	1,0	
Subtotal 1	6,0	
Critério de Avaliação (apresentação oral)		
Comunicação (clareza, objetividade e coerência)	1,5	
Recursos audiovisuais (qualidade, adequação e estrutura)	0,5	
Postura (desenvoltura, vestuário e desenvolvimento)	0,5	
Conteúdo (segurança e argumentação)	1,5	
Subtotal 2	4,0	
Total	10,0	

Data: ____ / ____ / ____

Nome Docente Avaliador (legível): _____



PARECER FINAL DA BANCA EXAMINADORA

Critério de Avaliação (média dos avaliadores)	Valor	Nota
Monografia	6,0	
Apresentação oral	4,0	
Total	10,0	

PARECER FINAL

O (a) graduando (a) _____,

com o TCC sob título

_____ obteve

nota final _____ sendo considerado (a) _____

pela Comissão Avaliadora.

Recomendação (se necessário): _____

Boa Vista-RR, ____ / ____ / ____

Avaliadores: _____

Orientador: _____



ANEXO 6

LISTA DE PRESENÇA DE DEFESA DE TCC

TÍTULO: _____

DISCENTE (nome completo): _____

Data da apresentação: ____ / ____ / ____

Horário da apresentação: ____ h ____ min.

Local da apresentação _____

Nº	Nome completo	Nº Matrícula	Assinatura
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			



ANEXO 7

FICHA DE ACOMPANHAMENTO – TCC I e II

Discente:

Orientador (a):

Título da Pesquisa:

Data	Atividades Solicitadas/ Desenvolvidas	Comentários/ Recomendações	Assinatura do discente	Assinatura do orientador (a)



APÊNDICE C: REGULAMENTAÇÃO DE ESTÁGIO



RESOLUÇÃO 01 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta as normas dos Estágios Supervisionados obrigatórios e não obrigatórios dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETIVOS

Art. 1º Fixar as normas para o Estágio Curricular Supervisionado – ECS do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCARR, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas e Sociais do Campus Paricarana da Universidade Federal de Roraima (UFRR), de acordo com a legislação em vigor; Resolução do CEPE/UFRR 012/2012 e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado, é uma atividade acadêmica obrigatória específica, definida como o ato educativo escolar, de aprendizagem técnica, científica, social e cultural, inerentes à atividade profissional e à contextualização curricular, desenvolvido em ambiente de trabalho produtivo, que visa proporcionar ao discente o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho produtivo.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório objetiva:

- I garantir a formação acadêmica com a conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- II vivenciar a aprendizagem com experiências educacionais tendo em vista a interdisciplinaridade;
- III desenvolver atividades que possibilitem ao discente o conhecimento da instituição de ensino das comunidades bem como da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 4º O ECS é componente obrigatório, definido no Projeto Pedagógico dos Cursos – PPC do LEDUCARR, cuja carga horária é requisito indispensável para integralização curricular e obtenção do diploma.



Art. 5º O ECS pode ser realizado na própria UFRR, nos Campi que atendam as especificidades do PPC ou em ambiente externo, Escolas Públicas Estaduais e Municipais das comunidades que atendam o Ensino Fundamental, anos finais e o Ensino Médio, sob a responsabilidade, supervisão e coordenação da UFRR, junto às pessoas jurídicas de direito privado, aos órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, bem como junto a profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

I - para o ECS ser desenvolvido em ambiente externo à UFRR, faz-se necessário a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFRR ou com agentes de integração com ela conveniados, onde estarão acordadas todas as condições de realização do ECS e as atribuições de cada parte envolvida, bem como a celebração do Termo de Compromisso; e

II - cabe à Coordenação do LEDUCARR representar a UFRR na formalização do Termo de Compromisso.

Parágrafo Único. O Termo de Compromisso que trata o inciso I do caput deste artigo deve seguir os modelos dos Anexos A, B e C deste Regulamento.

Art. 6º O ECS somente pode ser realizado em unidades que tenham condições de proporcionar experiências práticas na área de formação de cada componente de estágio e dispor de um profissional da área de formação ou com experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário para assumir a função de supervisor de até 10 (dez) estagiários simultaneamente; Parágrafo único. Não serão admitidos no ESC discentes que estejam em situação de abandono, desligamento ou trancamento total de suas atividades acadêmicas, devidamente comprovadas pelo departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFRR.

Art. 7º O ECS não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observada as situações previstas na legislação vigente.

Art. 8º É facultada à instituição concedente a concessão ao estagiário de bolsa ou outra forma de contraprestação, como auxílio-transporte, auxílio-alimentação, plano de saúde, dentre outros.

Art. 9º Em nenhuma hipótese será cobrada do discente qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para obtenção e realização do ECS.



Art. 10. O funcionamento regular do ECS será acompanhado pelo Coordenador de estágio do curso de graduação, pelo Professor-orientador, quando houver, e pelo supervisor da Instituição concedente.

§1º O Coordenador de ECS é um professor do quadro efetivo da UFRR, nomeado pela Coordenação de curso, responsável pela administração dessa atividade no âmbito do curso;

§2º O Professor-orientador é o docente habilitado na área das disciplinas de ECS, responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades didático-pedagógicas do estagiário, observados os seguintes critérios para as áreas:

I - áreas das disciplinas do ECS da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais – Sociologia, Geografia, História e Língua Portuguesa; e

II - áreas das disciplinas do ECS da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza e Matemática – Física, Química, Biologia e Matemática.

§3º O Supervisor da instituição concedente é o profissional lotado na unidade de realização do ECS, com formação ou experiência profissional na área de formação do LEDUCARR ou na área das disciplinas de ECS, podendo estar no exercício de funções administrativas de Gestor da escola, Coordenador Pedagógico ou Supervisor escolar.

Art. 11. Para a realização do estágio serão apresentados ao Coordenador de estágio, no prazo de sete dias úteis, a contar da data do início do Tempo Comunidade, três vias dos Termos de Compromisso assinados, o Plano de Atividades do Estagiário e o Plano de Ensino a ser realizado na instituição concedente, aprovado pelo Coordenador de estágio, podendo ser enviada uma cópia anexada, por meio eletrônico que será definido pelo Coordenador de estágio, conforme o modelo Anexo D deste Regulamento.

Parágrafo único. O período de observação e de regência, realizados nas escolas das Comunidades, será acompanhado pelo Supervisor da Instituição concedente, que ao final do ECS deverá preencher as Fichas de Avaliação do Estagiário e Controle do Estágio Supervisionado do ECS devendo conter sua respectiva assinatura acompanhada do carimbo da Escola, conforme o modelo dos Anexos E e F deste Regulamento.

Art. 12. O estagiário se obriga a entregar relatório final à Coordenação de estágio e à unidade concedente, quando solicitado.

Art. 13. A Coordenação de estágio dos cursos LEDUCARR, a qual o estagiário está



vinculado deverá receber da Instituição concedente as avaliações e as frequências do estagiário assinadas e carimbadas pelo supervisor, conforme os modelos dos Anexos E e F deste regulamento.

Art. 14. Ao final do ECS o estagiário deverá entregar, ao Coordenador de estágio que está vinculado, os seguintes documentos:

I - ficha de Avaliação do Estagiário, preenchida pelo supervisor de estágio da instituição concedente; e

II - relatório Final das Atividades de Estágio, de que trata o artigo 10 deste Regulamento.

Art. 15. O estagiário poderá ser desligado do estágio:

I - a qualquer tempo, no interesse da instituição concedente; II - a qualquer tempo, a pedido do estagiário;

II- em decorrência do descumprimento do termo de compromisso de estágio e do plano de atividades do estagiário; e

III - pela interrupção do curso, por trancamento, desistência ou desligamento.

Art. 16. A não entrega ou a entrega intempestiva dos documentos estabelecidos nos artigos 11, 12 e 14 deste Regulamento, implicam em reprovação no estágio.

Art. 17. Para avaliação do ECS será instituída, por meio de portaria, uma comissão composta pelos Professores-orientadores dos componentes curriculares de ECS ofertados no semestre.

CAPÍTULO III

DO APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS DE ESTÁGIOS

Art. 18. Será permitido ao discente o aproveitamento de carga horária da disciplina de ECS, nas seguintes situações não cumulativas:

I - quando estiver em efetivo exercício profissional na área e nível de ensino a que se destina o estágio;

II - quando participar em projeto de extensão ou monitoria; e

III - quando participar no Programa Residência Pedagógica.

§1º O discente do LEDUCARR, que comprovar estar em efetivo exercício de docência



na Educação Básica em escolas do Campo, por um período mínimo de 200 (duzentos) dias letivos como professor nas Áreas das disciplinas de sua formação, deverá entregar à Coordenação de estágio em que está vinculado, em até trinta dias do início do semestre letivo da UFRR, os seguintes documentos:

I - comprovante de vínculo empregatício (carteira de trabalho para professores de instituições privadas; contrato de prestação de serviço para professores substitutos; contrato de estágio não-obrigatório para graduando bolsistas; declaração institucional para professores efetivos da rede pública de ensino);

II - declaração emitida pela unidade escolar contendo as informações sobre a área de docência, o nível de ensino, a série e período da regência escolar;

III - plano de ensino na área de formação que será solicitado o aproveitamento da disciplina de ECS aprovado instituição concedente; e

IV - relatório da experiência docente de acordo com modelo estabelecido pela NBR14724:2011 da ABNT.

§ 2º O discente que participar como professor em projeto de extensão na condição de discente regular do LEDUCARR, ou de monitoria, deverá entregar à Coordenação de estágio a qual está vinculado, em até trinta dias do início do semestre letivo da UFRR, os seguintes documentos:

I- declaração do coordenador do projeto, comprovando a sua participação;

II- resumo da ação, atividades desenvolvidas e carga horária semanal que totalize oitenta horas;

III- relato de experiência das atividades desenvolvidas durante o projeto.

§ 3º O discente bolsista ou voluntário dos subprojetos do Programa Residência Pedagógica na UFRR, mesmo que não esteja matriculado em algum ECS, deverá entregar, à Coordenação de estágio que esta vinculado, em até trinta dias do início do semestre letivo da UFRR, os seguintes documentos:

I- certificado de conclusão do Programa;

II- declaração assinada pelo orientador do subprojeto que está vinculado e pelo Coordenador institucional, indicando sua conclusão do Programa; e

III- relato de experiência das atividades desenvolvidas durante o Projeto.

Art. 19. O aproveitamento de carga horária da disciplina de ECS determinado nos §§ 1º e 2º do artigo 18 deste Regulamento não será cumulativo. **Art. 20.** A solicitação de



aproveitamento deve ser protocolada na Coordenação de estágio, em formulário específico, acompanhada da documentação comprobatória, declaração do Coordenador do projeto, a sua participação no projeto contendo resumo da ação, atividades desenvolvidas e carga horária semanal, conforme o modelo do Anexo G deste Regulamento.

Art. 21. Para avaliação dos pedidos de aproveitamento de disciplinas de ECS será instituída, por meio de portaria, no início do semestre letivo, uma comissão composta pelos docentes do quadro permanente do LEDUCARR habilitados na área das disciplinas de ECS correspondente à solicitação que trata o artigo 20.

Parágrafo único. A solicitação de aproveitamento deverá ser protocolada na Coordenação de estágio no primeiro mês da disciplina ECS do semestre letivo correspondente seguindo orientações descritas neste Regulamento de ECS.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 22. O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido pelo discente como atividade opcional e extracurricular, previsto no âmbito das atividades complementares.

Art. 23. São pré-requisitos para a realização do estágio não obrigatório:

I- matrícula e frequência regular do discente;

II- compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no plano de atividade do estagiário; e

III- assinatura do termo de compromisso, conforme o disposto no artigo 5º deste Regulamento.

Art. 24. Aplica-se ao estágio não obrigatório o disposto no artigo 11 deste Regulamento.

Art. 25. A realização do estágio não obrigatório deve obedecer, ainda, às seguintes determinações:

I - as atividades cumpridas pelo discente em estágio devem compatibilizar-se com o horário de aula;

II - o estágio deve ser desenvolvido na área de formação do discente.

Art. 26. No estágio não obrigatório, a concessão de seguro contra acidentes pessoais é de responsabilidade da pessoa jurídica concedente do estágio.



Art. 27. A carga horária mínima associada ao estágio não obrigatório para o aproveitamento como atividade complementar é a estabelecida no PPC.

Art. 28. Ao término do estágio não obrigatório, o discente deve apresentar documento comprobatório para convalidação como atividade complementar.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. As comissões designadas para fins das análises previstas neste Regulamento apresentarão, no prazo de dez dias, parecer com análise conclusiva sobre o estágio ou aproveitamento, que deverá ser encaminhado à Coordenação de estágio, acompanhado da documentação entregue pelo discente.

Parágrafo único. Recebido o parecer da comissão, o Coordenador de estágio emitirá parecer e encaminhará à Coordenação geral.

Art. 30. Compete ao Conselho do Curso a avaliação e decisão dos casos omissos neste Regulamento.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.



ANEXO A
Termo de Compromisso de Estágio
(De acordo com a Lei nº 11.788/2008 e Resolução nº 012/2012-CEPE)

Termo nº: _____

No dia ____ de _____ de 202__, na cidade de BOA VISTA - RR as partes a seguir nomeadas:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR , Instituição de Ensino, com endereço na Av. Capitão Ene Garcez, 2413, Aeroporto, Município de Boa Vista - RR, CNPJ nº 34.792.077/0001-63, neste ato representado pelo Magnífico Reitor(a) Prof. Dr(a). _____, aqui denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO .
CONCEDENTE DE ESTÁGIO
(NOME DO ÓRGÃO/EMPRESA/ESCOLA) , CNPJ nº _____, situada na _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, Cidade _____ – Estado _____, neste ato representado pelo(a) _____, aqui denominada CONCEDENTE DE ESTÁGIO .
ESTAGIÁRIO
_____, nacionalidade _____, documento de Identificação nº _____, CPF nº _____, data de nascimento ____/____/____, telefone _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no _____ Semestre do curso de _____ da UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR, residente e domiciliado(a) na _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ – Estado _____, CEP _____, aqui denominado(a) ESTAGIÁRIO(A) .

Celebram entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio, convencionando as cláusulas e condições seguintes com base na Lei 11.788/08:

Cláusula 1ª - O Termo de Compromisso de Estágio tem a finalidade de regulamentar a realização do Estágio, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

Cláusula 2ª - O presente estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme previsão da Lei nº 11.788/08, art. 3º.

Cláusula 3ª - Este estágio, de **caráter obrigatório**, será realizado dentro da linha de formação do Estagiário e **conforme projeto pedagógico do curso**, sendo respeitados os horários e obrigações do Estagiário com a Instituição de Ensino à qual está vinculado.

Cláusula 4ª - Cabe à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

I - Aprovar e assinar o Termo de Compromisso de Estágio juntamente com seu respectivo Plano de Atividades de Estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - Avaliar as instalações da parte Concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estudante;



III - Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do Estagiário;

IV - Receber do estudante a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do Relatório e Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas;

V - Comunicar, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

VI - Participar do acompanhamento, supervisão e avaliação dos estágios, fornecendo semestralmente a regularidade de matrícula do aluno;

VII - Manter durante a vigência do estágio, **seguro contra acidentes pessoais** através de apólice de Seguros em favor do Estagiário;

VIII - **Informar toda vez que ocorrer desligamento do estudante ou interrupção do curso, para as providências legais, técnicas e administrativas.**

Cláusula 5ª - Cabe à CONCEDENTE DE ESTÁGIO:

I - Celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a Instituição de Ensino e o estudante, zelando por seu cumprimento;

II - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - Indicar **funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do Estagiário, para orientar e supervisionar no desenvolvimento das atividades de estágio, observado o limite de até 10 (dez) estagiários simultaneamente para cada supervisor;**

IV - Solicitar ao Estagiário, quando necessário, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar, uma vez que trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou mudança de Instituição de Ensino constituem motivos de imediata rescisão;

V - Informar ao Estagiário que não haverá pagamento de Bolsa Auxílio e de Auxílio Transporte por ser um estágio de caráter obrigatório;

VI - Garantir ao Estagiário o gozo de 30 (trinta) dias de recesso remunerado nos casos em que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, na forma do artigo 13 e parágrafos da Lei nº 11.788/08, podendo tal recesso ser fracionado, em observância ao interesse da CONCEDENTE. O recesso será concedido de maneira proporcional nos casos em que o estágio tenha duração inferior a um ano;

VII - Entregar o certificado de estágio, contendo o período e o resumo das atividades realizadas, não podendo ser expedido na hipótese em que o estudante não obtiver aproveitamento satisfatório ou no caso de desligamento antecipado causado pelo Estagiário, hipótese em que a Concedente preencherá o Termo de Desligamento de Estágio;

VIII - Aplicar ao Estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;

IX - Reduzir pelo menos à metade a carga horária do estágio nos períodos de avaliação, quando a Instituição de Ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, segundo comunicação da Instituição de Ensino, conforme artigo 10 §2º da Lei nº 11.788/08;

X - Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

XI - Enviar à Instituição de Ensino, o Relatório e Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas, com vista obrigatória ao Estagiário;

XII - Iniciar as atividades de estágio somente após o recebimento deste Termo de Compromisso de Estágio assinado por todas as partes signatárias.

Cláusula 6ª - Cabe ao ESTAGIÁRIO(A):

I - Desenvolver com empenho e zelo as atividades estabelecidas para realização do estágio;

II - Observar, obedecer e cumprir as normas internas da Concedente de Estágio, bem como outras eventuais recomendações ou requisitos ajustados entre as partes e preservar o sigilo referente às informações a que tiver acesso;



III - Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem a regularidade de sua situação escolar;

IV - Manter sempre atualizados seus dados cadastrais e escolares durante a vigência do estágio, bem como sua situação escolar, informando à Concedente de Estágio, imediatamente, a conclusão, o abandono ou o trancamento do curso a que se relacione o presente estágio;

V - Entregar, obrigatoriamente, à Instituição de Ensino, e à Concedente de Estágio uma via do presente Termo de Compromisso de Estágio, devidamente assinado pelas partes;

VI - Informar previamente à Concedente de Estágio os períodos de avaliação na Instituição de Ensino, para fins de redução da jornada de estágio;

VII - Preencher, assinar e entregar, obrigatoriamente, o Relatório e Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas conforme as datas informadas no Plano de Atividades de Estágio.

VIII - Informar à Instituição de Ensino quando suas atividades de estágio estiverem em desacordo com as atividades descritas no Plano de Estágio ou em seu curso de formação.

Cláusula 7ª - As principais atividades do estágio estão relacionadas no Plano de Atividades de Estágio e poderão ser alteradas, substituídas, ampliadas ou reduzidas de acordo com a progressão do estágio e do curso, desde que respeitado o contexto básico da profissão.

Cláusula 8ª - O presente Termo de Compromisso de Estágio poderá ser:

- a) cancelado unilateralmente a qualquer tempo, mediante expressa comunicação;
- b) prorrogado ou alterado, a critério da Concedente de Estágio mediante termo aditivo e prévio entendimento entre as partes, não podendo, entretanto ultrapassar o limite de 4 (quatro) semestres, exceto quando se tratar de Estagiário com deficiência, que poderá estagiar até o término do curso na Instituição de Ensino a que pertence.

Cláusula 9ª - Constitui motivos para a rescisão imediata do presente Termo de Compromisso de Estágio:

- a) A não regularização da documentação de estágio exigida no prazo máximo de 30 dias;
- b) O não cumprimento de quaisquer cláusulas convencionadas neste Termo de Compromisso de Estágio;
- c) A conclusão ou abandono do curso, ou trancamento da matrícula, pelo Estagiário;
- d) Após decorrida a terça parte do tempo previsto para duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação do desempenho na Concedente de Estágio ou na Instituição de Ensino;
- e) Por conduta incompatível com a exigida pela Concedente de Estágio.

Cláusula 10ª - O estagiário signatário deste termo declara para todos os fins e sob as penas da lei que não realiza estágio em outro Órgão ou Empresa Concedente, sendo este estágio o seu único vínculo.

Plano de Atividades de Estágio		
Data de Início do Estágio	Data de Término do Estágio	Curso
/ /	/ /	
Horário de Estágio		Carga Horária Diária
Das às		Horas
Supervisor	Cargo do Supervisor	Formação do Supervisor
Setor de atuação do Estagiário	Frequência do Relatório	Data de Entrega dos Relatórios
Atividades a serem desenvolvidas		



E por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes este Termo de Compromisso de Estágio e seu respectivo Plano de Atividades de Estágio em 03 (três) vias de igual teor.

BOA VISTA/RR, ____ de _____ de 202__.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO

CONCEDENTE DE ESTÁGIO

ESTAGIÁRIO(A)

COORDENADOR(A) DE ESTÁGIO



ANEXO B

Termo de Compromisso entre o CEDUC - UFRR e Instituições de Estágio

1. Identificação

Estagiário(a): _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Matricula nº. _____ . Semestre: _____

Escola/Instituição: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

O presente Termo está fundamentado no compromisso firmado entre o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima e os Campos/Instituições de Estágios, credenciados ao Centro de Educação, desta instituição, para realização de Estágios Supervisionados.

O estagiário desenvolverá o Estágio Supervisionado obedecendo à carga horária de 100h na disciplina de _____ até _____.

A carga horária deverá ser desenvolvida, em consonância com a orientação do Prof. Orientador de Estágio, da seguinte forma:

- a) 16 horas de Encontro de orientação (TU).
- b) 20 horas de Planejamento de aula (TC).
- c) 14 horas de Observação (TC).
- d) 20 horas de Regência (TC).
- e) 30 horas de Confecção do Relatório (TC).

É importante enfatizar que o estagiário deve se comprometer a seguir as normas estabelecidas pela Coordenação do Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio de Ciências da natureza e matemática, bem como obrigando-se a cumprir fielmente a programação de estágio elaborada pela proposta pedagógica do Curso e pelo Professor Orientador.

O aluno estagiário poderá desenvolver seus projetos, minicursos e outras atividades inovadoras que contribuam para a eficácia da aprendizagem e que estejam de acordo com a proposta de Ensino da série.

O estagiário declara concordar com o que neste instrumento foi firmado, conduzir-se dentro da ética profissional e submeter-se a acompanhamento e avaliação de seu desempenho e aproveitamento.

Fica firmado o presente termo, que será anexado na pasta do estagiário.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 202__

Coordenador(a) do Curso

Estagiário(a)

Coordenador(a) de Estágio

Diretor(a) da Escola



ANEXO C

OF. CIRC. N. _____ CNM/LEDUCARR/CEDUC

Boa Vista-RR, ____ de _____ de 202__.

De: Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR)

Profa.

Senhor Diretor,

Cumprimentando Vossa Senhoria e certos de que podemos contar com vossa cooperação, encaminhamos acadêmicos matriculados regularmente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, para que desempenhem atividades de observação e regência da disciplina Estágio Supervisionado em _____.

A seguir, constam os nomes dos acadêmicos que estagiarão nesse estabelecimento de ensino com sugestões dos anos escolares em que devem atuar. Anexos a este ofício, estão os formulários necessários ao acompanhamento das atividades de Estágio, as quais serão integralizadas da seguinte maneira:

- a) 16 horas de Encontro de orientação (TU).
- b) 20 horas de Planejamento de aula (TC).
- c) 14 horas de Observação (TC).
- d) 20 horas de Regência (TC).
- e) 30 horas de Confeção do Relatório (TC).

Acadêmicos	Campo de Estágio
	Anos finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio

* TU: Tempo Universidade (desenvolvido na UFRR).

* TC: Tempo Comunidade (desenvolvido na escola/campo).

Colocamo-nos à vossa inteira disposição e, desde já, agradecemos.

Atenciosamente,



ANEXO D
PLANO DE TRABALHO DO ESTÁGIO - CNM

Disciplina:

Responsável da
Disciplina:
Semestre: _____.

Aluno(a) _____ N° Matrícula _____

ATIVIDADES	ESCOLA	UFRR	CONTRO LE DO ALUNO
Encontro de Orientação com o professor do estágio - TU	-	16	
Tempo de observação do aluno – TC	14	-	
Regência – TC	20	-	
Planejamento de aula – TC	20	-	
Confecção de relatório – TC	30	-	
Carga horária total	84	16	10 0

Entrega do Relatório do Estágio:

Primeira data: ____/____/____

Última data: ____/____/____

Importante: O(A) ALUNO(A) QUE NÃO APRESENTAR O RELATÓRIO DE ESTÁGIO COM TODAS ATIVIDADES ESTABELECIDAS NAS DATAS COMBINADAS PELO(A) PROFESSOR(A) DA DISCIPLINA E FIXADAS NESTE PLANO DE ESTÁGIO, DEVERÁ REFAZER A DISCIPLINA CONFORME ESTABELECIDO.

Assinatura do estagiário(a)

Bos Vista-RR, ____ de ____ de 202__



ANEXO E

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO SUPERVISOR

IDENTIFICAÇÃO

Aluno(a): _____

Matrícula: _____ Estágio em: _____

Escola: _____

Avaliador(a): _____

1. Em relação ao desempenho do estagiário acima identificado, determine um conceito para os itens de avaliação abaixo, considerando os seguintes valores:

1- Insuficiente	2- Regular	3- Bom	4- Excelente
-----------------	------------	--------	--------------

ITENS DE AVALIAÇÃO	1	2	3	4
Pontualidade				
Assiduidade				
Iniciativa				
Conhecimento Teórico				
Conhecimento Prático				
Desempenho				

2. Avalie o estagiário em relação à sua interação no campo de estágio:

1- Insuficiente	2- Regular	3- Bom	4- Excelente
-----------------	------------	--------	--------------

ITENS DE AVALIAÇÃO	1	2	3	4
Relacionamento com o prof. da turma				
Relacionamento com os alunos				
Relacionamento com a equipe gestora				



3. Avalie o estagiário em relação a aspectos teóricos e metodológicos observados no campo de estágio

TÓPICOS DE AVALIAÇÃO	SIM	NÃO	ÀS VEZES
1. Demonstrou interesse em conhecer a documentação da Instituição escolar/ extra escolar?			
2. Apresentou a proposta de estágio e/ou intervenção coerentes?			
3. A temática do projeto e/ou do relatório realmente é relevante para a comunidade escolar/extraescolar?			
4. O projeto e/ou relatório propõe(m) alternativas para a problemática identificada?			
5. Preocupou-se em participar das reuniões/encontros periódicos?			
6. Mostrou-se disponível para prestar qualquer informação e auxílio na atividade de estágio?			
7. Apresentou organização na rotina de estágio?			
8. Demonstrou iniciativa em promover estratégias e/ou participação nas atividades escolares/extraescolares?			
9. Desenvolveu uma ética de atuação profissional?			

4. Com base nos dados acima, elabore um parecer descritivo do referido aluno.

Supervisor(a) de Campo

Coordenador(a) de Estágio

Boa Vista/RR, ____ de _____ de 202__





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DE RORAIMA
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO**



ANEXO F

CONTROLE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO - CNM

Disciplina:

Professor(a) da disciplina:

Nome da Escola: _____

Nome do Professor(a) da Escola: _____ Contato _____

Nome do Estagiário(a): _____ Matrícula: _____

Período em que ocorreu o estágio: _____

Duração do Estágio (h): _____

Anexe todos os documentos recebidos de acompanhamento da disciplina

Mapa de Controle do Estágio



Data		H/A	Tipo de Atividade Desenvolvida	Tema das aulas ou atividades	Série/Ano	Metodologia/ Recurso utilizado/Avaliação	Nome do Professor



REQUERIMENTO DE APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS COMO ESTÁGIO

Eu, _____, regularmente matriculado(a) no _____ período do curso _____, venho através deste requerer, junto a Coordenação de Estágio o aproveitamento de atividades profissionais como estágio curricular supervisionado, nos termos da **Resolução xxxxxxxxx** que aprova o regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDUCARR.

Apresento, em anexo, a documentação discriminada abaixo para apreciação, análise e emissão de parecer.

Pelos termos acima, peço deferimento.

_____ de _____ de 20 _____.

NOME E ASSINATURA DO(A) ESTUDANTE

Aproveitamento de atividades profissionais no Estágio.

ANEXOS:

- Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação do(a) estudante, página onde configure o vínculo empregatício) para professores de instituições de ensino privada.
 - Contrato de prestação de serviço para professores substitutos.
 - Cópia de Contrato de estágio não obrigatório para graduando bolsistas.
 - Cópia de declaração institucional para professores efetivos da rede pública de ensino.
 - Declaração emitida pela unidade escolar, em papel timbrado e com o(s) respectivo(s) carimbo(s) de seu(s) dirigente(s) e seu(s) registro(s) de autorização, contendo as seguintes informações: área de docência, nível de ensino e série, período da regência escolar.
 - Plano de ensino na área de formação que será solicitado o aproveitamento.
 - Relatório da experiência docente.
 - Documentos adicionais: _____
- _____



Parecer da Comissão avaliadora de Estágio:

Deferido: _____

Indeferido: _____

Avaliador 1 _____

Avaliador 2 _____

Avaliador 3 _____

Assinatura do **Professor Orientador**

Assinatura Do Coordenador Estágio



**APÊNDICE D: NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO
ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICA-CULTURAIS-AACC**



CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento normatiza as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, de acordo com a resolução nº 014/2012-CEPE para o âmbito do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo de Roraima-LEDUCARR da Universidade Federal de Roraima.

Art. 2º - As AACC, constante do PPP do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo de Roraima-LEDUCARR, são previstas para os acadêmicos das áreas de Ciências Humanas e Sociais (CHS) e para Ciências da Natureza e Matemática (CNM), a saber:

§ 1º Na área de concentração de Ciências Humanas e Sociais (CHS), Sociologia, História, Geografia e Português;

§ 2º Na área de concentração de Ciências da Natureza e Matemática (CNM), Química, Física, Biologia e Matemática.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DA CARGA HORÁRIA

Art. 3º São atividades complementares (AC) aquelas que aproveitam os conhecimentos adquiridos pelo discente, dentro ou fora do ambiente acadêmico, através de estudo e práticas independentes presenciais e/ou à distância, com a ideia de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º- Nos cursos de licenciatura as Atividades Complementares (AC), serão denominadas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

§ 2º De acordo com o projeto político do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo-LEDUCARR, a carga horária para a AACC é 200h.

§ 3º- O discente deverá realizar as AACC da primeira a última fase do curso.

§ 4º- O cumprimento das AACC é de responsabilidade do discente.

CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DAS ATIVIDADES-ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAL

Art. 4º - As AACC poderão ser desenvolvidas, no decorrer do curso pelo discente, nas seguintes categorias:

Atividades de ensino;

Atividades de pesquisa;



Atividades de extensão;

Art. 5º - As atividades de ensino complementares:

- a) Exercício de monitoria (bolsista ou voluntário) em disciplina do curso.
- b) Cursos, oficinas e atividades afins, presenciais ou a distância (atualização, aperfeiçoamento, complementação, aprofundamento de estudo ou outros) que versem sobre a temática de interesse na formação do graduando, com certificação.
- c) Participação como bolsista ou não bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Incentivo a Docência (PIBID) e programa de Educação Tutorial (PET).

Art. 6º- As atividades de pesquisa compreendem:

- a) Trabalho publicado em Anais de eventos técnico-científico- resumo/resumo expandido;
- b) Artigo publicado em periódico técnico-científico;
- c) Livro e capítulo de livro da área de formação;

Art. 7º -As atividades de extensão compreendem:

- a) Participação em eventos relacionados com o curso ou áreas afins (cursos, feiras, palestras, seminários, congressos, fóruns, simpósios, jornadas, conferências, encontros, mesas redondas, semana acadêmica);
- b) Participação como bolsista ou voluntário em projeto ou atividade de extensão;
- c) Viagem de intercâmbio, técnico-científica ou visita técnica extracurricular.

Art. 8º As atividades sociais, políticas, culturais e esportivas, compreendem;

- a) Produção e participação em eventos culturais, artísticos, esportivos nas escolas do campo, desde que não sejam oriundos de atividades curriculares.
- b) Participação como voluntário em ações sociais e comunitárias;
- c) Participação nos processos eleitorais devidamente certificada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

CAPÍTULO IV DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGISTRO E CERTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 9º O controle, a avaliação e o registro de atividades Complementares ficarão a cargo de uma Comissão de Avaliação de Atividades Complementares -CAAC, constituída por ato da coordenação do curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo-LEDUCARR.



§ 1º - A coordenação do LEDUCARR informará ao DERCA o código correspondente ao componente curricular da AACC, em conformidade a resolução 014/2012-CEPE;

§ 2º - O presidente da CAAC será registrado no DERCA como professor responsável pelo componente curricular no semestre definido no PPP do LEDUCARR.

Art. 10- Somente serão válidas para o cumprimento de atividades complementares, aquelas que forem certificadas após o ingresso do aluno no curso.

Art. 11 – O acadêmico deverá entregar por meio de um requerimento, em data pré-estabelecida pela CAAC, os documentos comprobatórios originais e as respectivas cópias das atividades que pretenda convalidar.

Parágrafo Único - Os documentos originais serão devolvidos ao aluno, após a conferência.

Art. 12 – Após a análise dos documentos comprobatórios, a CAAC emitirá parecer nota 0 (zero) em caso de não cumprimento da carga horária ou 10 (dez) no caso do cumprimento da carga horária exigida.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13- Outras AACC consideradas relevantes para a formação do discente poderão ser autorizada pela CAAC, de acordo com a resolução 014/2012-CEPE.

Parágrafo Único- A coordenação do curso e a CAAC criarão uma tabela de equivalência através de uma determinada carga horária e sua correspondente pontuação.

Art. 14- O componente curricular AACC não requer registro de frequência.

Art. 15 – No caso do não cumprimento da carga horária total de atividades complementares previstas no PPP do Curso de Licenciatura em Educação do Campo- LEDUCARR, o acadêmico fica impedido de colar grau.

Art. 16- Os casos omissos serão dirimidos em primeira instância pelo Conselho do Curso, e em grau de recurso, ao Conselho de Centro e na sequência pelos demais Conselhos Superiores da instituição.



APÊNDICE E: REQUERIMENTO PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR



ANEXO I
MODELO
REQUERIMENTO PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR

Eu, _____, matrícula N° _____, RG n° _____, expedido por _____, CPF n° _____, ingressante na Universidade Federal de Roraima (UFRR), Campus _____ no ano de _____, no Curso de _____, solicito migrar para o novo Projeto Pedagógico de Curso – (ano), a partir de _____.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de _____.

(Nome completo)

N° de matrícula e assinatura do/a Discente da UFRR

De acordo,

Coordenador do Curso

